



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA -
PPGEHIS**

KESSE DHONE VIANA CARDOSO

**ENSINO DE HISTÓRIA E LITERATURA: A TRANSIÇÃO PARA O *ÉTHOS*
CAPITALISTA EM “HISTÓRIA DA GRANDEZA E DA DECADÊNCIA DE CÉSAR
BIROTTEAU”, DE BALZAC.**

Araguaína, TO

2024

Kesse Dhone Viana Cardoso

**ENSINO DE HISTÓRIA E LITERATURA: A TRANSIÇÃO PARA O *ÉTHOS*
CAPITALISTA EM “*HISTÓRIA DA GRANDEZA E DA DECADÊNCIA DE CÉSAR
BIROTTEAU*”, DE BALZAC.**

Texto de Defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PPGEHIST) da UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins, Campus Universitário de Araguaína para obtenção de título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Dagmar Manieri

ARAGUAÍNA - TO

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V614e Viana Cardoso, Kesse Dhone .

Ensino de História e literatura: a transição para o éthos capitalista em “História da grandeza e da decadência de César Birotteau”, de Balzac / Kesse Dhone Viana Cardoso. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2024.

144 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) (Pós-Graduação - Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - ProfHistória) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2024.

Orientador: Dagmar Manieri.

1. Ensino de História. 2. Literatura. 3. Honoré de Balzac.

CDD 980

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

KESSE DHONE VIANA CARDOSO

**ENSINO DE HISTÓRIA E LITERATURA: A TRANSIÇÃO PARA O ÉTHOS
CAPITALISTA EM “HISTÓRIA DA GRANDEZA E DA DECADÊNCIA DE
CÉSAR BIROTTEAU”, DE BALZAC.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PPGEHIST) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como exigências para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Data da aprovação: 26/11/2024

Banca examinadora

Documento assinado digitalmente
 **DAGMAR MANIERI**
Data: 20/12/2024 16:11:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidente: Prof. Dr. Dagmar Manieri

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DO ROSARIO LONGO MORTATTI**
Data: 07/02/2025 18:51:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro Externo: Prof.^a Dra. Maria do Rosário Longo Mortatti

Documento assinado digitalmente
 **OLIVIA MACEDO MIRANDA DE MEDEIROS**
Data: 20/12/2024 12:00:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro Interno: Prof.^a Dra. Olivia Macedo Miranda de Medeiros

Araguaína - TO

2024

Para Aurora e Dionisia

Ali os calcamentos são secos, os riachos não têm lama e nem água, o mato cresce ao longo dos muros. Ali o homem mais indiferente se entristece, como todos os passantes, o barulho de um carro torna-se um acontecimento, as casas são sombrias, os muros cheiram a prisão. Ali um parisiense perdido só enxergaria pensões burguesas ou instituições, miséria ou tédio, velhice que morre, alegre juventude obrigada a trabalhar. (...) Quem decidira o que é mais horrível ver, corações ressecados ou crânio vazios?

Honoré de Balzac em *O pai Goriot*.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, meus agradecimentos são direcionados ao professor Dagmar Manieri. Desde o período como aluno na graduação, e no mestrado, seu profissionalismo e sua amizade tem me acompanhado e contribuído de forma significativa para a minha formação. Sua grande sabedoria me serviu de guia em momentos de dificuldade intelectual.

Também agradeço a minha família por todo o apoio. Todas as minhas produções intelectuais e acadêmicas só foram possíveis graças a minha avó/mãe Dionizia, que sempre acreditou nos sonhos do neto, e do meu tio Joaquim, que sempre prestou o devido apoio ao sobrinho, assumindo o papel de pai. Meus agradecimentos também se direcionam a minha esposa e companheira Daniela, por compreender minhas ausências e me apoiar nos momentos mais difíceis que a vida nos proporciona. Meus agradecimentos também vão para os professores do curso de História da UFNT, pelas críticas e contribuições no meu processo formativo. O amadurecimento intelectual é um processo coletivo, e a minha formação não seria possível sem o apoio desses profissionais educadores.

Dedico essa dissertação aos meus alunos e alunas. Não pelo que ensinei a eles, porém, mais pelo que eles me ensinaram. Dedico essa dissertação também a todos os professores e professoras, guerreiros e guerreiras que estão na linha de frente na luta por um mundo melhor. Esse mundo é possível, e o primeiro passo para conquistá-lo é a educação. Por último, agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ensino Profissional de História (PPGHIS/PROFHISTORIA) pelos aprendizados colhidos com os profissionais que participaram da minha formação como mestre em ensino de História.

RESUMO

A presente dissertação realizou um estudo sobre a relação entre o ensino de História e a literatura. Nesse sentido, analisou-se a obra de Honoré de Balzac, *História da grandeza e da decadência de César Birotteau*, à luz do conceito de *éthos*, constituído nas obras de Max Weber e Norbert Elias, respectivamente: *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo* (1904) e *A sociedade de corte* (1969). Pesquisa-se a transição do *éthos* através desta investigação e procura-se atingir uma forma de consciência (histórica) nos alunos (a)s que julga o caráter contemporâneo como produto das relações humanas. Na obra de Balzac, esses modelos de caráter (nobre e burguês) são figurados em sua personagem principal: César Birotteau. Dessa forma, pode-se visualizar e contextualizar a transição de um modo de conduta de época para outra forma comportamental. Na etapa final desse processo de pesquisa, se propôs a elaboração de um material didático que auxilie os professores de História em sua prática educacional. Através desse material, os educadores poderão se defrontar com uma proposição didática que articula literatura e História no âmbito da prática pedagógica.

Palavras-chave: Ensino de História; Literatura; *Éthos*; Honoré de Balzac; Mimesis.

ABSTRACT

This dissertation aims to conduct a study on the relationship between the teaching of history and literature. In this sense, the work of Honoré de Balzac, *History of the Greatness and Decline of César Birotteau*, is analyzed in light of the concept of ethos, established in the works of Max Weber and Norbert Elias, respectively: *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (1904) and *The Court Society* (1969). The transition of ethos is researched through this study (from a historical perspective), seeking to achieve a form of consciousness (historical) in students that judges contemporary character as a product of history. In Balzac's work, these character models (noble and bourgeois) are depicted in his main character: César Birotteau. Thus, it is possible to visualize and contextualize the transition from one mode of conduct to another. In the final stage of this process, the development of a model educational material is proposed to assist history teachers in their educational practice. Through this material, educators will be able to confront a teaching model that integrates literature and history within the scope of didactic practice.

Keywords: History teaching; Literature; *Éthos*; Balzac; *Mimesis*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Comentário de aluno (a)	95
Figura 2 – Comentário de aluno (a)	95
Figura 3 – Comentário de aluno (a)	96
Figura 4 – Comentário de aluno (a)	103
Figura 5 – Comentário de aluno (a)	103
Figura 6 – Comentário de aluno (a)	104
Figura 7 – Comentário de aluno (a)	104
Figura 8 – Comentário de aluno (a).....	105
Figura 9 – Comentário de aluno (a)	105
Figura 10 – Comentário de aluno (a)	105
Figura 11 – Comentário de aluno (a)	106
Figura 12 – Comentário de aluno (a)	106
Figura 13 – Comentário de aluno (a)	107
Figura 14 – Comentário de aluno (a)	108
Figura 15 – Comentário de aluno (a)	108
Figura 16 – Comentário de aluno (a)	109
Figura 17 – Comentário de aluno (a)	109
Figura 18 – Gráfico com a quantificação dos dados da pesquisa.....	111

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 –Quadro das etapas de aplicação da metodologia em sala de aula.....	89
Tabela 2 – Quadro com dados de aplicação de questionário	96
Tabela 3 – Tabela com os dados da pesquisa sobre a atividade conceitual aberta do material didático.....	110
Quadro – Atividade de múltipla escolha respondida pelos alunos (as).....	112

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1. Capítulo – A literatura sob perspectiva.....	19
1.1 O ensino de História e campo literário.....	19
1.2 Literatura, ensino de História e consciência histórica.....	29
1.3 Literatura e crítica social.....	33
1.4 Considerações sobre a <i>mimesis</i>	42
1.5 Arte e educação: contribuições para o ensino de História.....	46
2. Capítulo – As transformações do <i>éthos</i> nobre para o burguês.....	49
2.1 O feudalismo na transição para o capitalismo.....	49
2.2 O comportamento nobre em Norbert Elias.....	66
2.3 A internalização do capitalismo: o comportamento burguês.....	75
2.4 A obra de Balzac como objeto de estudo da conduta nobre e burguesa.....	81
3. Capítulo – Ensino de História e literatura na sala de aula.....	88
3.1 O local de pesquisa.....	88
3.2 Metodologias de pesquisa.....	82
3.3 Cultura literária na educação básica.....	91
3.4 Produção e aplicação do material didático.....	100
3.5 A formação do gosto na literatura.....	114
3.6 Considerações finais	118
Referências.....	122
Apêndice I.....	128
Apêndice II.....	130

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte do princípio de que o conhecimento histórico é uma forma de se interpretar à existência humana no decorrer do tempo e do espaço. Não que o conhecimento histórico seja reduzido a uma perspectiva, meramente, existencialista; mas, que esse conhecimento, em sua forma singular, é parte da explicação que os sujeitos atribuem às suas vivências, experiências e formas de se relacionar com o mundo.

O primeiro parágrafo dessa introdução evidência a forma como o autor dessa dissertação vislumbra o conhecimento histórico. Ele é fluido, dinâmico e, singularmente, conexo com a forma como nós (seres humanos), atribuímos sentido à vida. Em resumo, o conhecimento histórico é portador de uma “vitalidade” que nos permite conceber distintas formas de sensibilidade em sintonia com os acontecimentos que abarcam a nossa existência cotidiana.

Essa intuição, em relação à história, não foi algo que brotou em minha consciência na universidade. No ensino fundamental e médio essa percepção já era sentida; porém, o que não havia, em minha pessoa, era uma “consciência” dessa percepção. Quem estimulou essa “consciência” foi a universidade. Essa foi uma das grandes contribuições do espaço acadêmico para a minha vida.

Durante o meu período como estudante no ensino fundamental e médio às obras literárias já me faziam visualizar a construção dos espaços sociais. Eu sabia, de forma íntima, que o mundo nem sempre teve uma configuração. A diversidade da vida me fazia perceber que, em outros momentos, formas distintas de existência haviam sido concebidas. As obras literárias me aproximaram da história de forma a discorrer sobre o meu comportamento e à minha existência. Para além da visão monolítica do livro didático, elas, as obras literárias, me fizeram apreender a “sensibilidade” de determinados eventos do passado; e que mais que um “dado”, os processos históricos são permeados de sofrimentos, silenciamentos e de derrotas.

Em minha visão como aluno, o conhecimento histórico somente adquire “vitalidade” quando ele nos possibilita visualizar as contingências do passado. Ele, o conhecimento histórico, também só é “vivo” quando nos permite interpretar a nossa existência no presente. Como professor, à minha visão ainda se perpetua, agora, demonstrando aos meus alunos e alunas que o pensamento histórico possui grande relevância. Ele nos situa e permite a nossa consciência do tempo projetar ou imaginar os

processos do passado; mas, além disso, é importante também entender as nuances, às singularidades e as formas como os acontecimentos do passado se processaram, e principalmente, como esses acontecimentos contribuíram para a formação do mundo como o conhecemos.

Selva Guimarães Fonseca, professora e educadora, argumenta que um dos motivos pelos quais há um grande desinteresse pela História (por parte dos alunos e alunas da educação básica) se refere à forma como a História é ensinada nas escolas. Aqui, comungo com as observações da autora. Coadunando com essa crítica exponho como o problema do “como ensinar história” não é algo novo e que deve ser pensado e repensado pelos professores de história.

Fonseca avalia, em sua obra *Didática e prática de ensino de história* (2003), que o espaço escolar, em múltiplas ocasiões, “são meros espaços de transmissão de uma ou outra leitura historiográfica” e que essa “história” sendo “fragmentada e simplificada, acaba muitas vezes impondo uma versão como sendo a verdade histórica sobre determinados temas”.¹ Em consequência desse problema, o campo historiográfico contraiu uma atenção específica: entrou em cena o debate sobre como ensinar História.²

Nesse sentido, a partir da constituição da disciplina de História, como um campo materializado do saber acadêmico, e sua preocupação com o ensino, surgem as seguintes questões: como ensinar história? Ou melhor, como ensinar história de forma crítica? Como promover uma consciência histórica nos educandos que os possam fazer entender, historicamente, o espaço social que vivenciam cotidianamente? Essas indagações anunciam os desafios atuais do ensino de História.

Investiga-se nessa dissertação, retendo como finalidade respostas as indagações aqui inferidas, a possibilidade de diálogo entre diferentes campos do saber na construção de um conhecimento questionador da naturalização ideológica³ do espaço social. Nessa dissertação o uso da palavra “ideologia” se alinha a percepção de Karl Marx e Friedrich Engels em sua obra *A ideologia alemã*. Na percepção de Marx e Engels a ideologia é compreendida como uma como um processo de “inversão da realidade”. O termo ideologia, nesse sentido, é empregado de forma distinta da palavra “ideário”, que remete a um conjunto de ideias.

¹ SELVA, 2003, p. 39.

² NADAI, 1993, p. 143.

³ MARX; ENGELS, 2007, p. 47.

Dessa forma, propõe-se circunscrever uma relação entre ensino de História e a literatura. Algumas outras indagações insurgem ao se modelar esse tema: como a literatura pode contribuir para o aperfeiçoamento do ensino de História? Há uma semelhança/sintonia entre esses campos do saber? A literatura pode ser uma fonte crítica para o professor de História aperfeiçoar a sua didática em sala de aula?

É nesse anseio de respostas a essas indagações que a presente pesquisa tem como título: *Ensino de história e literatura: a transição para o éthos capitalista em “História da grandeza e da decadência de César Birotteau”, de Balzac*. Propõe-se então, em consonância com essas inquiuições, investigar como o ensino de História pode se utilizar da literatura como uma forma de reflexão, crítica, sobre determinados momentos históricos. Empregou-se então, para a realização dessa meditação, a obra de Balzac *História da grandeza e da decadência de César Birotteau*, que será considerada à luz do conceito de *éthos*, presente nas obras de Max Weber e Norbert Elias, especialmente, em *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* (1904) e *A sociedade de corte* (1969).

Para articular essa ponderação com o ensino de História aplica-se as reflexões de Jörn Rüsen, delimitadas em sua obra *História viva*. Nesse instante, o conceito de “consciência histórica” se apresenta como frutífero para as reflexões sobre o ensino de História. Além desses autores, apura-se as produções recentes que possuem como foco de suas exposições a temática “ensino de História e literatura”, para assim, poder-se dialogar com elas.

O objetivo final dessa investigação é ressaltar como o campo estético pode auxiliar na compreensão do espaço social como algo constituído, historicamente, através da transformação das relações humanas. As relações sociais, econômicas e políticas, nessa lógica, não são observadas como “aspectos naturais” do mundo; ao contrário, ressalta-se agora, com esse estudo, a sua historicidade.

Situado o leitor nesse cenário, se faz indispensável apresentar um breve balanço sobre as produções acadêmicas que caminham no sentido de aproximar História e literatura⁴, numa diligência de se aperfeiçoar o ensino de História. Em primeiro lugar, é notável a carência de estudos nessa área no Programa de pós-graduação em ensino de

⁴ Nesse instante uma distinção deve ser esclarecida. Nessa pesquisa se utilizará o termo “história” para se referir aos acontecimentos e processos que fazem parte do conhecimento histórico: processos e fatos históricos. Já o termo “História” será utilizado como uma referência a ciência histórica.

História (PROFHISTÓRIA).⁵ Em uma pesquisa guiada pelas palavras-chaves “História e Literatura”, no portal do programa, apenas três dissertações abordam a temática.⁶ Essas dissertações são: *Ensino de História, Cotidiano e Literatura: escravidão e paternalismo em contos de Machado de Assis* (2016) do autor Raul Costa de Carvalho, *Fontes literárias e a construção de saberes históricos: uma proposta didático-pedagógica no Ensino de História* (2017) da autora Lucialine Duarte Silva Viana, e *Experiência histórica e literatura em tempos de pandemia: contribuições ao Ensino de História* (2021) de Fernando Lourenço Ferreira Santos.

Na dissertação *Ensino de História, Cotidiano e Literatura: escravidão e paternalismo* o autor propõe a elaboração de um material didático denominado *Caderno do Professor*. Articulado com contos de Machado de Assis esse material proporcionaria ao educador interpretar fenômenos como a escravidão e o paternalismo, característicos do Segundo Reinado (1840-1889), sob a perspectiva machadiana. Tal pesquisa se mostrou frutífera; porém, verifica-se que o tema ainda é pouco desenvolvido em sala de aula, e apesar dos resultados positivos desta pesquisa específica, essa temática ainda está em um estágio incipiente.

Outra pesquisa localizada nessa área é a de Lucialine Duarte Silva Viana, intitulada *Fontes literárias e a construção de saberes históricos: uma proposta didático-pedagógica no Ensino de História*. A autora, em sua dissertação, procura desenvolver uma metodologia de produção de conhecimento histórico com uma turma de terceira série, em um colégio militar da cidade de Araguaína. Essa pesquisa também aborda elementos importantes para a realização de uma aproximação entre ensino de História e literatura na medida em que postula uma forma de os educandos investigarem traços de historicidade em obras literárias.

Já na dissertação *Experiência histórica e literatura em tempos de pandemia: contribuições ao Ensino de História*, de Fernando Lourenço Ferreira Santos, visualiza-se também, como problema principal, uma abordagem que concilie História e literatura. O autor destaca que sua pesquisa possui como objetivo realçar nos educandos uma

⁵ Aqui, a pesquisa se refere a carência de pesquisas nessa área dentro do programa PROFHISTÓRIA. A temática “ensino de história e literatura”, ao longo dos últimos anos, é alvo de estudo em outros programas. No Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH), do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), há a dissertação de Fernanda Pagungue Moraes, intitulada *História e Literatura: produção de conhecimento histórico a partir da leitura de textos literários* (2021) que também foi utilizada nesse balanço bibliográfico.

⁶ Disponível em: ><https://www.profhistoria.com.br/articles?terms=Hist%C3%B3ria%20e%20literatura><
Acesso em: 11/03/2023.

compreensão do elo entre o que se lê e o que se vive, entre o que se postula como real e o ficcional. O contexto de sua pesquisa, como o título esclarece, é a pandemia de Covid-19; e, portanto, o trabalho do pesquisador se endereça ao auxílio pedagógico aos professores de História levando em consideração os desafios vividos nesse cenário histórico.

Examina-se, com base na análise das dissertações apresentadas, que a temática é recente e vem começando a ganhar espaço há pouco tempo no campo acadêmico. Fernanda Pagungue Moraes, em sua dissertação *Ensino de história e literatura: diálogos possíveis na educação básica* (2021) afirma que a história humana se encontra em um processo de produção, e não está acabada; sendo assim, as obras literárias “nunca perdem o sentido”, elas nos possibilitam vislumbrar, no passado, diferentes configurações sociais e modos de sentido.⁷

Outro ponto importante a ser realçado é que as pesquisas relacionadas a formação do leitor que também são recentes. As produções acadêmicas em relação a literatura infantil, por exemplo, somente vieram a adquirir impulso “(...) na segunda metade do século XX, após a constituição da literatura infantil como disciplina escolar em cursos de formação de professores”.⁸ Somente em 1992, como argumentam Mortatti e Oliveira (2015), é que foi defendida uma tese na área Ciências Humanas, especificamente no campo da Psicologia, sobre o tema literatura infantil e formação do leitor. O título da tese é *Espelho convexo: o corpo desviante no imaginário coletivo pela voz da literatura infanto-juvenil*. Dois anos depois, em 1994, foi defendida a primeira tese sobre literatura infantil na área de educação. Essa tese está conectada aos estudos históricos e possui como título *Literatura infantil e desenvolvimento moral: a construção da noção de justiça em crianças pré-escolares*.⁹

Verificando esses aspectos, é possível ponderar que esse tema é relevante não só para se pensar a prática historiográfica, mas também o ensino de História. Com as transformações empreendidas pelo emergir de diversas epistemologias historiográficas, a literatura se constitui como uma fonte eficaz para se compreender o passado e problematizá-lo, de forma a verificar suas “vozes” sociais, seus problemas, seus esquecimentos; enfim, sua história.

⁷ MORAES, 2021, p. 37.

⁸ MORTATTI; OLIVEIRA, 2015, p. 15.

⁹ Ibid., p. 20.

As obras aqui referidas instigam o pesquisador a se defrontar com o problema de forma a elaborar novos métodos para o ensino de História. Não que os métodos elaborados por elas não tenham valor; mas, porque a literatura estimula os pesquisadores a lidarem com novas formas de percepção sensível da História. As adjacências entre História e literatura podem ser positivas ao permitirem ao educador aproximar os alunos (as) do pensamento de uma época e de um relato pertencente a ela. Não que esse relato seja “toda a história”; todavia, porque ele nos permite compreender parte dela como um componente problemático para se pensar o passado e se situar no futuro.

Empreendido esse breve balanço do problema (de pesquisa que norteia essa dissertação) é importante sublinhar agora como ela (a dissertação) está dividida. No primeiro capítulo se verifica o potencial da literatura para o ensino de História. Além disso, se analisa a especificidade do campo estético, singularmente o campo literário, como uma forma de percepção sensível das relações sociais. Essa forma de percepção - como será examinado no capítulo - enriquece a compreensão da história e potencializa a qualidade do ensino de História.

No segundo capítulo há um estudo, de ordem histórica e sociológica, sobre a transição do feudalismo para o capitalismo à luz do conceito de *éthos*. Esse conceito, situado nas obras de Max Weber e Nöbert Elias, se caracteriza como uma forma de examinar a ética, os valores e as normas que regem a conduta de um determinado grupo social singular. Assim, se sublinha a transição do modo de conduta feudal para o modo de conduta característico da burguesia calvinista. O objetivo dessa investigação é esboçar o *devoir* do comportamento humano no decorrer dos processos e momentos históricos. Outro ponto importante é ilustrar como o comportamento humano está alinhado com as mudanças históricas e como ele é alterado conforme o processamento dessas mudanças econômicas, políticas e sociais. Por último, nesse capítulo, é realizado um conciso exame da obra de Honoré de Balzac *História da grandeza e da decadência de César Birotteau*.

No terceiro e último capítulo se aplica às reflexões desenvolvidas nos capítulos anteriores da dissertação de forma a esboçar uma proposição didática que auxilie os professores de História a se utilizarem da literatura em sala de aula. Em um primeiro momento, é aplicado um questionário aos estudantes se objetivando compreender por quais meios esses estudantes acessam as obras literárias: família, escola, amigos etc.

Além disso, esse questionário objetivou compreender como os alunos (a)s relacionam os conhecimentos literários ao saber histórico. Logo após essa etapa, foi repassado um material didático aos alunos, contendo trechos da obra de Honoré de Balzac, além de uma atividade direcionada a análise histórica da obra. Os estudantes conheceram o material (proposição didática), estudaram, debateram e tiveram aulas de amparo para a compreensão da obra de Balzac e dos conceitos abordados. Esse material, utilizado para a realização de reflexões históricas contidas nos escritos balzaquianos, também pode ser utilizado pelos professores de história o adaptando para o estudo de outras temáticas situadas em outras obras literárias e que sejam capazes de expor em suas tessituras outros problemas históricos.

Logo em seguida, as respostas dos alunos (a)s foram debatidas pela classe e um retorno foi dado a esses estudantes em relação as suas respostas. Assim, foi empreendido um estudo com a aplicação de um material didático em sala de aula. As informações obtidas com esse estudo foram quantificadas para medir a eficácia da aplicação da proposição didática. As informações obtidas foram analisadas e problematizadas se buscando compreender a eficácia do estudo da obra de Balzac como meio para a compreensão do *éthos* nobre e capitalista.

1. CAPÍTULO - A LITERATURA EM PERSPECTIVA

1.1 O ensino de História e o campo literário

Elza Nadai argumenta em seu texto *O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva* que o desinteresse dos educandos pela disciplina de História está associado com a condição como a História é ensinada nas escolas.¹⁰ Nesse sentido, ela propõe um novo modelo para se abordar a História em sala de aula: o ensino de História deve evitar a decoração, entendida como o seu modo “odioso”, e se enlevar a um papel que permita aos estudantes compreenderem a si mesmos, aos outros e os locais em que ocupam na sociedade e na história.

Circe Bittencourt, em convergência com Elza Nadai, considera em sua obra *Ensino de história: fundamentos e métodos* que durante muitos anos, na educação brasileira, prevaleceu um projeto de ensino de História homogeneizador.¹¹ Nesse padrão, percebe-se, em ênfase, uma História da pátria que sublinha: “(...) a riqueza e a beleza da terra, das matas e rios, o clima, a gente mestiça risonha e pacífica, a história dos portugueses, representantes da civilização, e a cristianização, que possibilitou uma moral de preconceitos”.¹²

Seria mesmo essa a história da nação brasileira? A historiadora confirma que nesse instante vários intelectuais, educadores e historiadores se opuseram a esse arquétipo de ensinar História. No entendimento desse grupo, esse “padrão” é passível de ser problematizado em razão de diversas circunstâncias: nesse projeto, o que é evidente é a perspectiva de que se trata de uma “(...) História exclusiva da elite branca, com os olhos voltados para a Europa e para a evocação de uma mestiçagem que seguia passiva o rumo dos acontecimentos”.¹³ Ou seja, não é surpresa se focalizar o caráter ideológico¹⁴ que o ensino de História vai contrair em uma variedade de momentos. Entretanto, cabe-se indagar: como produzir uma proposição didática de ensino de

¹⁰ NADAI, 1993, p. 143.

¹¹ BITTENCOURT, 2011, p. 65.

¹² Ibid., p. 65.

¹³ Ibid., p. 65.

¹⁴ Ainda se utilizando das reflexões de Karl Marx e Friedrich Engels, em *A ideologia alemã*, o conceito de ideologia é entendido da seguinte forma: para Marx e Engels as ideias que abrangem uma época (momento histórico) correspondem as ideias da classe dominante em vigor nessa referida época. Gisele Zanola, no artigo *Inversão real e inversão ideal: a crítica da ideologia em A ideologia alemã* (2021) pondera que “A classe dominante é a produtora de representações ideológicas na medida em que sua dominação ocorre materialmente, como proprietária dos meios de produção material” (ZANOLA, 2021, p. 74). Essa reflexão se encaixa nesse momento da análise, pois, no entendimento de Circe Bittencourt, o que era ensinado na disciplina de história correspondia aos valores de uma elite dirigente do país na referida época.

História que possa requerer uma ruptura com esse projeto ideológico? A literatura pode ser uma alternativa de ensino-aprendizagem histórica. Dessa forma, prognosticando os problemas que rondam o ensino de História no Brasil, propõe-se, nessa pesquisa, pensar a literatura como um meio a ser utilizado para se diversificar e aprimorar a didática do ensino de História.

Michel Vovelle avalia em *Ideologias e mentalidades* (1982) que a literatura propícia ao historiador: “(...) testemunhos elementares de uma realidade social vivida”.¹⁵ Na definição do historiador francês, a literatura apresenta informações “inocentemente ou não” que seriam difíceis de obter “de outras fontes”. Aqui, ele posiciona a contribuição da literatura para a História: mais que um mero “reflexo” do espaço social, a escrita literária figura uma realidade, um momento histórico, “(...) ela fornece um testemunho elaborado e complexo” da prática social.¹⁶

Como uma alternativa à narratividade histórica, a escrita literária conduz seu leitor por uma “sensibilidade coletiva”. Ela se propõe a meditar sobre sua época histórica com um “olhar sensível”. Sendo assim, a literatura se configura como uma fonte histórica válida, dotando o historiador de uma percepção ampliada sobre os eventos históricos que investiga.¹⁷

Outro autor que estuda as produções literárias é Mikhail Bakhtin. Ele delimita que as obras de Fiódor Dostoiévski são portadoras de uma “multiplicidade de vozes”. O teórico ilumina a compreensão de que obras como a do literato russo são portadoras de “polifonia”.¹⁸ A polifonia fornece ao leitor das obras de Dostoiévski a possibilidade de adentrar em contato com uma multiplicidade de “consciências”, de pontos de vistas, sobre um mesmo objeto/acontecimento.

Nesse processo dialógico, o leitor interage com diversos sujeitos e constata as suas concepções de forma a compreendê-las em seu mundo e em sua temporalidade. Ora, aqui não se situa uma ótima contribuição para o historiador? Ao se dotar da perspectiva literária de Bakhtin, o historiador pode se sensibilizar para as diversas vozes “ecoantes” em um texto, de forma a apreender a pluralidade de perspectivas que compõem a compreensão de um momento histórico.

¹⁵ VOVELLE, 1991, p. 55.

¹⁶ Ibid., p. 55.

¹⁷ Paul Veyne em *Como se escreve a História*, comenta: “Balzac começou fazendo concorrência ao registro civil, depois os historiadores fizeram concorrência a Balzac, que os havia censurado, no prefácio de 1842 à *Comédie humaine*, por negligenciarem a história dos costumes”. É dessa forma que, em alguns temas, a literatura se antecipa à História.

¹⁸ BAKHTIN, 1997, p. 15.

Para elucidar essa postura dialógica de Dostoiévski, Bakhtin argumenta:

A personagem não interessa a Dostoiévski como um fenômeno da realidade, dotado de traços típico-sociais e caracterológico-individuais definidos e rígidos, como imagem determinada, formada de traços monossignificativos e objetivos que, no seu conjunto, respondem à pergunta: “quem é ele?” A personagem interessa a Dostoiévski enquanto *ponto de vista específico sobre o mundo e sobre si mesma*, enquanto posição racional e valorativa do homem em relação a si mesmo e à realidade circundante.¹⁹

Seguindo, portanto, a interpretação de Bakhtin, a personagem em um romance não é apenas um “indivíduo isolado” com características fixas; a personagem é dinâmica. Ela é um construto de “vozes e ideias” em incessante interação com o autor, outras personagens e o contexto social e histórico. Para Bakhtin, a personagem em Dostoiévski é uma “entidade complexa” e ativa que expressa às tensões e contradições do mundo da vida. Ela é afeiçoada pelas vozes de diferentes ideologias e perspectivas que se confrontam, internamente, no seu interior e no seu entorno.

Na apreciação de Bakhtin as obras de Dostoiévski são polifônicas, ou seja, contêm múltiplas vozes e perspectivas que se colidem e se confluem. Dostoiévski cria personagens que representam ideários conflitantes, dando-lhes voz e espaço para se expressarem no romance. Essas vozes, muitas vezes, ilustram dramas e conflitos sociais, políticas e filosofias do momento histórico vivido, e a interação entre elas forma o “tecido” narrativo do romance.

Assim, o leitor das obras de Dostoiévski não vislumbra uma resposta à pergunta “quem é ela (a personagem)?”, o leitor não vê quem a personagem é. Mas, a forma como a personagem “toma consciência de si mesma”. Na apreciação de Bakhtin: “(...) a nossa visão artística já não se acha diante da realidade da personagem mas diante da função pura de tomada de consciência dessa realidade pela própria personagem”.²⁰

Com essa reflexão, Bakhtin esclarece que a personagem em Dostoiévski se torna “relativamente livre e independente”. Esse fenômeno se realiza porque a obra é polifônica, e as personagens têm autonomia psicológica e interpretam, subjetivamente, o mundo e as suas existências. Elas, as personagens, possuem um universo em si: suas condutas são complexas expressando a singularidade de suas personalidades. Isso lhes confere uma sensação de individualidade e liberdade, permitindo-lhes agir e interpretar sua vivência de maneiras imprevisíveis e complexas.

¹⁹ Ibid., p. 46.

²⁰ Ibid., p. 48.

Verifica-se na perspectiva da análise de Bakhtin (das obras de Dostoiévski) que a percepção sobre as personagens comportam uma riqueza de conteúdo histórico. As personagens comportam formas de vivência que esclarecem o conhecimento do momento histórico no qual estão figuradas. Essa relação com o momento histórico não é uma concordância com a percepção do autor da obra; todavia, é uma posição racional e valorativa em relação a si mesma e ao mundo em sua imediação. Elas desnudam as suas realidades de maneiras distintas e únicas, refletindo suas próprias experiências, valores e desejos. Essa interpretação subjetiva do mundo confere às personagens certa liberdade para atribuir sentido à sua existência, em consonância com suas singulares perspectivas e valores. Aqui habita uma riqueza histórica que o historiador deve se debruçar: a análise da personagem esclarece também as sensibilidades políticas e sociais de um momento específico e, nesse sentido, clarifica a compreensão da história nesse momento. Bakhtin empreende um elogio à obra de Dostoiévski ao ponderar:

Ele reunia ideias e concepções de mundo, que na própria realidade eram absolutamente dispersas e surdas umas às outras, e as obrigava a polemizar. É como se acompanhasse essas ideias distantes umas das outras, pontilhando-as até o lugar em que elas se cruzam dialogicamente. Assim, ele previu os futuros encontros dialógicos de ideias ainda dispersas.²¹

O historiador, portanto, deve conhecer essa forma de expressão. As várias concepções de mundo ainda fragmentadas são realçadas (nas obras de Dostoiévski) ao adquirirem vozes em seus escritos: elas polemizam, como afirma Bakhtin. O que há então, em Dostoiévski, é uma percepção ampliada das percepções que os sujeitos possuem dos eventos e dos fenômenos que vivenciam. O historiador pode se utilizar desses procedimentos como uma forma de vivificar a sua narrativa e elucidar o “choque” de concepções de mundo que se situam no interior dos processos históricos.

Porém é válido ressaltar que nem sempre o texto literário foi unanimidade como fonte para os historiadores. Por muito tempo, o campo histórico esteve “impregnado” de uma epistemologia metódica. A escola metódica firmou os alicerces da nova disciplina emergente negando a subjetividade. O historiador era restringido ao fazer uso da subjetividade, ele devia “escapar ao subjetivismo”.²²

Os historicistas alemães vão desenvolver uma densa análise documental. Leopold von Ranke, historicista alemão, será conhecido como um desbravador

²¹ Ibid., p. 90.

²² DOSSE, 2003, p. 40.

arquivístico. Ele procurou ressaltar a importância de uma análise documental dos escritos históricos de forma contextualizada.²³ Embora ele tenha utilizado uma diversidade de fontes, abarcando memórias e diários, ele não é, particularmente, conhecido por usar obras literárias como fontes históricas principais.

Os metódicos franceses definiram que somente os documentos oficiais e não oficiais escritos, como leis e livros, seriam fontes para o historiador. O documento histórico passa a ter grande atenção. Nesse sentido, as memórias das grandes figuras políticas conteriam em si a “verdade histórica”. Sob a perspectiva desses sujeitos, na definição dos historiadores da escola metódica, estaria situada “toda a história”.²⁴

Foi essa demarcação do corpo de estudos do campo histórico que causou uma “desilusão” em Norbert Elias ante a investigação histórica:

Não se pode esquecer isto. Com frequência, a atenção dos historiadores se dirigiu, em primeiro lugar, para aqueles indivíduos considerados especialmente significativos, em virtude de suas realizações para um determinado Estado, ou para qualquer agrupamento humano. Em geral, tratava-se de pessoas em uma posição social de grande poder, sobretudo imperadores, reis, príncipes, duques e outros membros das casas reais.²⁵

Na percepção do sociólogo as mutações ocorridas no poder político-econômico, em uma determinada sociedade, também alteravam o “proselitismo” da historiografia. Mas, não em um sentido de “tensionamento” entre a historiografia e as ações dos líderes governantes ou das classes mais bem quistas economicamente; porém, de forma a vangloriar as realizações dos antepassados de um governante, ou o poder econômico de um determinado grupo.²⁶ A interpretação de Elias associa a historiografia com a defesa das figuras proeminentes que compunham o poder em um determinado momento da história.

O sociólogo alemão interrogou essa convergência da historiografia em ressaltar figuras individuais e eventos marcantes, sublinhando que esse processo obscurece a compreensão das forças sociais mais amplas que moldam o curso dos acontecimentos.

²³ BARROS, 2013, p. 2013.

²⁴ É possível verificar, nesse instante, como a percepção de Dostoiévski é dotada de certo amadurecimento ante os escritos históricos positivistas. O literato russo não reduz a interpretação dos acontecimentos “mundanos” a ótica dos grupos dominantes. Para ele, os subjugados existem e sua existência é vivificada em seus escritos.

²⁵ ELIAS, 2001, p. 40.

²⁶ Ibid., p. 40.

Na percepção de Elias, o foco excessivo em sujeitos específicos possui como consequência a construção de uma visão simplista e distorcida da História.²⁷

Entretanto, com Ranke o campo historiográfico já começa a adotar novas preocupações ante a análise documental histórica. Agora se almeja o desenvolvimento de uma visão mais holística dos processos históricos. Com o desenvolvimento do método de análise documental de Ranke o campo historiográfico já esboça uma nova postura diante dos documentos oficiais. O estatuto de “verdade absoluta” desses documentos é questionado. Agora, não se ambiciona apenas saber quem é o autor de um determinado documento e apenas registrar o seu nome. Se objetiva, nesse instante, desnudar todos os laços que o envolvem.²⁸

No entanto, esse modo de só apreciar os documentos escritos como fontes históricas, característico da escola metódica, passou a ser remodelado no campo historiográfico. Com o nascimento da *Revista Annales*, liderada pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch, o objeto passível de investigação histórica foi repensado, e o conceito de documento histórico, ampliado. Agora, se expande as fontes de estudo e tenta se localizar “vestígios” do passado em outras fontes. São elas agora fontes orais, filmes, fotografias, obras de arte, pinturas bem como a literatura.

É nesse momento que se encontra a gênese do texto literário como objeto de estudo histórico.²⁹ Percebe-se agora que os “(...) literatos refletem, cada qual a seu modo, a sociedade que os cercam. Portanto, os textos literários escritos dentro dos diferentes movimentos literários se apresentam como importantes documentos históricos”.³⁰ Uma primeira indagação que emerge dessa aproximação entre História e literatura é: podem personagens fictícios se constituírem como objetos de análise do historiador? A resposta é sim, pois “quem conduz a pena e traceja seus destinos está com os pés fincados no presente, mesmo projetando o enredo [da obra] no passado”.³¹ De acordo com a historiadora Sandra Pesavento:

“(...) a relação entre a História e Literatura se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as

²⁷ Ibid., p. 31.

²⁸ BARROS, 2013, p. 983.

²⁹ Ver alguns estudos de Jacques Le Goff, especialmente, *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Aqui o historiador francês utiliza a literatura medieval para se compreender a mentalidade da época. Em uma passagem, ele comenta que “nos romances de corte” o “maravilhoso tem um papel tão grande (...)” (LE GOFF, 1987, p. 23).

³⁰ COSTA, 2019, p. 205.

³¹ Ibid., p. 205.

como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real”.³²

Nas palavras da historiadora a conexão entre História e literatura é fundamentalmente epistemológica. Tanto a História quanto a literatura possuem uma riqueza singular na análise dos processos que transformam as ações humanas, possuindo cada uma a sua própria maneira de entender esses processos. Entretanto, há instantes de adjacência e separação entre História e literatura. Enquanto a História ambiciona documentar e investigar os eventos históricos, alicerçada em evidências, a literatura explora o mundo através da ficção, da imaginação e da subjetividade.³³ Entretanto, História e literatura partilham o desígnio de “apanhar”, ou melhor, tatear certos aspectos da experiência humana, ainda que de maneiras divergentes. Portanto, na acepção de Pesavento (2014) a intersecção entre História e literatura é positiva, proporcionando distintas perspectivas e abordagens para se apreender o mundo e o passado. No olhar da historiadora, os dois campos possuem distinções entre si; entretanto, História e literatura trazem consigo temáticas que envolvem seus respectivos períodos de produção. O processo que ocorre, nesse instante, é a historicização da ação humana, através da escrita, das sensibilidades, dos desejos, das emoções, etc.

Fica nítido, com base nessa argumentação, que História e literatura, ao se aproximarem, comportam uma riqueza para o aprimoramento do estudo do passado. Porém, alguns detalhes são importantes de se distinguir: as duas áreas (História e literatura), trabalham de forma distinta suas concepções sobre o passado. Os historiadores, em contraposição aos literatos, possuem metodologias investigativas dos eventos que examinam, e as suas narrativas são alicerçadas nas fontes que dispõem para os seus estudos: em resumo, embora o historiador possa utilizar a criatividade, a imaginação histórica e alguns elementos de composição linguística, sua narrativa está ligada a uma metodologia e as fontes da qual dispõe na elaboração do conhecimento histórico.

³² PESAVENTO, 2014, p. 80.

³³ Ângela Maria Xavier Freitas no artigo *A importância do uso da Literatura como recurso facilitador no processo de aprendizagem* (2020), argumenta que a literatura, (...) como forma de expressão artística e como possibilidade de contato com o que é belo, estético, criativo, contribui para a formação do indivíduo como sujeito social, visto que desperta a sensibilidade, a emoção para a transcendência do que é a sua realidade (FREITAS, 2020, p. 99). A autora, em seu artigo, esboça o potencial da literatura como um espaço de incentivo a imaginação e de desenvolvimento de novas percepções sobre o mundo e a sociedade.

Paul Ricoeur nos fornece uma boa interpretação da atividade historiográfica; ele focaliza, especialmente, o processo de construção da narrativa histórica. Em *Tempo e narrativa III*, institui novas concepções para a apreensão da experiência humana na história.³⁴ Tempo e narrativa possuem uma relação complexa, o seu exame permite compreender como o historiador fundamenta as conexões entre a sua narrativa e a realidade. A humanidade, na compreensão de Ricoeur, não deve ser tratada como uma abstração: os estudos históricos precisam “revitalizar” a sensibilidade e a ação humana. Se adentrando nessa concepção de história, Ricoeur indica que o ser humano é um ser narrativo, em constante construção e reconstrução dos seus espaços e da sua história.

Assim, para o pensador francês, a narrativa adquire uma elevada relevância, pois é por meio da intriga que se encontra e se atribui significado à existência humana. É a narrativa que permite ao ser humano lidar com as contingências resultantes da complexidade do mundo. Sobre a sua concepção do fazer histórico, Ricoeur comenta: “Vejo nas intrigas que inventamos o meio privilegiado mediante o qual reconfiguramos nossa experiência temporal confusa, informe e, no limite, muda”.³⁵

Além de Ricoeur, outros intelectuais vão edificar novas formas de compreensão do saber histórico. O crítico literário brasileiro Luiz Costa Lima analisa as produções historiográficas em sintonia com a problematização dos conceitos de ficção e realidade. Em sua inquirição, Costa Lima realça que o termo “*fictio*”, desde a antiguidade romana até o cristianismo medieval “(...) tinha, na maior parte das vezes, a acepção de ilusão, falsidade, mentira”.³⁶ Em seu texto *A ficção externa e a historiografia* ele ressalta que, embora a dualidade entre realidade e ficção remonte ao mundo antigo, sua interpretação e significado não permaneceram “imóveis” a dualidade, singular no fluxo do tempo.

Principalmente entre os filósofos da antiguidade, por exemplo Platão, a “*fictio*” era repetidamente compreendida como ilusão, falsidade e mentira, apresentando a desconfiança em relação às artes que imitavam os acontecimentos do mundo. No entanto, com a redescoberta dos clássicos no período renascentista, incluindo Aristóteles, há agora um cessar efêmero dessa desconfiança em relação às artes; mas, ainda assim a “*fictio*” não se desvencilhava completamente dessas leituras negativas.³⁷ O mundo antigo é fundamentado por uma noção de realismo que, rotineiramente, se

³⁴ BARROS, 2012, p. 2.

³⁵ RICOEUR, 2010a, p. 4.

³⁶ LIMA, 2016, p. 76.

³⁷ Ibid., p. 78.

apresentava de forma mais positiva sobre a “*fictio*”. As leituras do mundo externo amparadas na ciência quase sempre se denominavam leituras do “real”.

Expressando, portando, as problemáticas históricas que envolvem a transição de significado do termo “*fictio*”, Costa Lima então organiza a crítica do conceito de “realidade”. Em sua percepção não há uma realidade imanente, pois a “realidade externa” não pode ser apreendida de forma objetiva e direta. Ou seja, não há uma interpretação dos fatos históricos que seja pura, “(...) pois todo fato vem acoplado a uma interpretação”.³⁸ Assim, há uma impossibilidade de uma interpretação pura do “real”; entretanto, o exame do que se configura como realidade é mediado pela linguagem, pela cultura e pela história.

É aqui que Costa Lima distingue dois conceitos elementares para a sua apreciação das obras culturais: a ficção interna e a externa. A ficção interna se refere aos elementos figurativos que estão, intimamente, localizados no texto literário. São eles as personagens, o enredo da obra, o cenário esboçado pelo autor, a linguagem, o estilo de escrita e outras características que modelam a estrutura narrativa da obra literária. Esses elementos figurativos são confeccionados pelo autor e cooperam para a criação de um “mundo ficcional interno” da obra, onde a história se desenvolve e os significados são construídos. Assim comenta Costa Lima sobre a ficção interna: “A ficção interna tira partido da instabilidade sociopolítica e epistemológica que a realidade adquire, e jogando com ela, se apresenta sob a suposição de que, ainda não tenha sido, pode provocar a impressão do que teria sido”.³⁹

Ao citar a “instabilidade sociopolítica e epistemológica”, o crítico literário assinala para as transformações sociais e as instabilidades que permeiam o ambiente sociopolítico e as mudanças epistemológicas resultantes dessa instabilidade. Esse espaço de transformações e emergência de novos questionamentos propicia um solo fértil para a produção literária; pois, a obra cultural reage às crises e contradições do mundo externo.

Assim, a ficção interna é influenciada por essa “instabilidade”. Entretanto, a obra literária não apenas “reflete”, passivamente, a realidade; ela utiliza o mundo de instabilidade que está situada como matéria-prima para figurar narrativas e significados. A literatura, nesse processo, reorganiza o potencial polifônico dos campos simbólicos.⁴⁰

³⁸ Ibid., p. 81.

³⁹ Ibid., p. 79.

⁴⁰ COELHO, 2018, p. 92.

Sendo assim, ficção interna se alimenta das ambivalências e “opacidades” da realidade, cultivando probabilidades imaginativas e especulativas que podem provocar novas perspectivas sobre o que poderia ter sido.

No entanto, além da ficção interna, há também a ficção externa. Na acepção de Costa Lima a ficção externa alude às composições contextuais e extratextuais que imprimem suas marcas na produção e na recepção da obra literária. Isso inclui o momento histórico, sociopolítico, cultural e biográfico do autor. Se manifestam na ficção externa também as influências literárias e filosóficas que podem ser identificadas na obra. A ficção externa abrange também as interpretações críticas e as recepções da obra ao longo do tempo. Essa abordagem que Costa Lima elabora das produções literárias consolidam a sua visão da realidade como “como uma superfície vazada”.⁴¹

Como então essas concepções da ficção afetariam a produção historiográfica? O historiador é duplamente afetado por essas duas concepções de ficção. Na ficção interna, ele é afetado em consequência do arranjo que realizada em sua investigação do passado, pois a sua interpretação ficcionaliza seus escritos. Além disso, Costa Lima argumenta que os historiadores são também influenciados por sua própria ficção externa. Isso significa que os historiadores são sensibilizados pelos contextos e conjecturas que modelam suas perspectivas e condutas. Suas investigações dos momentos históricos são, fatalmente, afeiçoadas por sua disposição no interior de uma determinada tradição historiográfica ou filosófica: manifestam-se, nesses momentos, os seus ideários políticos e suas respectivas sensibilidades em relação aos processos que envolvem o momento histórico em que estão escrevendo.

Algumas ressalvas são importantes nesse momento da reflexão de Costa Lima. O crítico literário argumenta que a conservação da oposição entre realidade e ficção não significa que ambos os conceitos se componham como completamente separáveis ou mutuamente excludentes.⁴² Ao oposto, Costa Lima expressa a existência de divergentes abordagens para a compreensão da realidade, cada abordagem com a sua própria maneira singular de procedimento. Dessa forma, as ciências naturais “duras” constituem o seu modo de investigação em paralelo com a historiografia e as obras literárias. Porém, a historiografia não se localiza no mesmo campo das “ciências duras”, onde a maneira de proceder dessas ciências duras não admite ficcionalidade.⁴³ A historiografia,

⁴¹ LIMA, 2016, p. 78.

⁴² Ibid., p. 83.

⁴³ Ibid., p. 83.

na acepção de Costa Lima, também não se encontra, totalmente, envolvida no terreno da ficção literária; ela, a historiografia está mais próxima da “ficção externa como cálculo de probabilidades”.⁴⁴

Verificando essas reflexões empreendidas por diversos intelectuais e pensadores do campo histórico e literário, observa-se que os romancistas, mesmo não sendo historiadores, compreendem tais processos e, em diversas ocasiões, se utilizam da narrativa como uma forma de construção de sentido. Porém, de forma distinta do historiador, ele está livre de “amarras” e pode dizer e fazer como bem proceder na sua escrita. Nele é concebida a liberdade de criar e recriar cenários, e “(...) mesmo que haja um esforço para que seu enredo se enquadre como um romance realista a verossimilhança é a exigência [mínima] que precisara cumprir”.⁴⁵

Conclui-se que mesmo em posições distintas e com formas dissociadas de se figurar o passado, os historiadores podem perceber, através da literatura, como determinadas ações, crenças, sensibilidades, entre outros assuntos eram representados e apreendidos em distintas épocas. A análise dos acontecimentos e processos históricos se torna fértil quando o historiador considera romances, poesias, peças teatrais e outras formas de literatura como ricas em conteúdo sobre o passado, pois elas trazem aspectos importantes de uma época.

1.2 Literatura, ensino de História e consciência histórica

E o ensino de História? Como ele se encaixa nessa argumentação? Levando em consideração esse debate acadêmico que aproxima as reflexões literárias do campo histórico é preciso se interrogar: podem os professores de História se prover da literatura como um meio de aperfeiçoar sua didática, bem como promover a consciência histórica? Pode a literatura auxiliar os educandos na compreensão mais detalhada de momentos e conceitos históricos? A hipótese aqui realçada é que sim. E para a sua ilustração verifica-se a produção artístico-literária de Honoré de Balzac.

O literato francês é notável por ter produzido obras literárias que figuram o momento histórico francês do início do século XIX. Em romances como *Eugénie Grandet* (1833), *O pai Goriot* (1835), *O lírio do vale* (1835), *Ilusões perdidas* (1837), *Esplendores e misérias das cortesãs* (1838) e *História da Grandeza e da Decadência de César Birotteau* (1839) são expostas as adversidades da elevação de modelo de

⁴⁴ Ibid., p. 83.

⁴⁵ COSTA, 2019, p. 206.

comportamento burguês, resultado da ascensão da burguesia como classe social hegemônica.

Balzac é sensível (de forma criativa) para com os temas relacionados ao novo *éthos* capitalista emergente em seu contexto. Em seus escritos é visível sua perspectiva crítica ante o modelo societário emergente na França, comandado pelo lucro e pela busca incessante de acumulação de capital.⁴⁶ A autora Sara Regina Ramos Cordeiro, em sua tese *O significado do dinheiro em Balzac* (2010) percebe, com sutileza, alguns traços da proposta literária balzaquiana:

Em *Ilusões Perdidas*, o constrangimento de Luciano pelo vestuário não teve apenas como efeito a constatação de certa inferioridade frente aos outros rapazes, mas a manifesta incompatibilidade de duas concepções de mundo, a do provinciano e a do parisiense. A do provinciano conserva ainda traços daquela bondade ingênua e protetora que Balzac atribui à sociedade tradicional, suplantada no parisiense pela lógica egoísta da sociedade burguesa em formação.⁴⁷

Nesta citação é revelada a concepção do literato francês sobre a transformação da sociedade parisiense que, com o alvorecer do capitalismo, termina por imputar a alguns sujeitos uma “humilhação”, um sentimento de inferioridade, como sublinhado pela autora. Porém, não apenas a manifestação de um sentimento de recalque; mas, o choque de concepções em decorrência do novo *éthos* burguês. O conceito de polifonia, de Mikhail Bakhtin, nesse momento, se encaixa na proposta da obra, na medida em que ela (a obra) revela o choque de “concepções de mundo”.

Além de retratar as relações sociais em um nível macro, os romances de Dostoiévski, na acepção de Bakhtin, também oferecem uma análise profunda das interações humanas em sua dimensão subjetiva. Ele explora as motivações e emoções que impulsionam o comportamento humano.⁴⁸ Balzac também possui essas características: seus romances são envoltos de uma análise psicológica de suas personagens. Essa abordagem expressa as motivações e intenções das suas personagens e como os interesses econômicos e sociais condicionam os destinos individuais.

Em *História da grandeza e da decadência de César Birotteau* não é diferente. Esse novo *éthos* emergente está situado de forma a tocar o leitor com a “tragicidade” de seu “destino”. As dinâmicas sociais e humanas são reveladas em suas singularidades na

⁴⁶ CORDEIRO, 2010, p. 105.

⁴⁷ Ibid., p. 95.

⁴⁸ Bakhtin argumenta que “(...) O principal na polifonia de Dostoiévski é justamente o fato de ela realizar-se entre diferentes consciências, ou seja, de ser a interação e a interdependência entre estas” (BAKHTIN, 1997, p. 36, 37).

obra balzaquiana. O estudo desse novo *éthos* emergente pode resultar na elaboração de uma proposição didática que auxilie os professores de História em sua prática docente, de forma a ofertar aos educandos a possibilidade de se questionarem sobre as transformações econômicas e sociais, situadas no tempo presente.

É nesse instante que o conceito de consciência histórica adquire formato. Para Rüsen a História é uma interpretação da experiência humana do passado; ela é, em sua especificidade, “uma experiência temporal mediante interpretação”.⁴⁹ A consciência histórica, em consonância com essa significação da história, pode ser definida como a capacidade de interpretar o passado e atribuir-lhe sentido. A formação histórica, portanto, é quem “dá” o sentido para a leitura do passado: é ela quem altera o estado “puro” do passado buscando nele uma atribuição de sentido.

Aqui, a reflexão de Rüsen visualiza uma nova problemática: como o aprendizado histórico pode evitar um conhecimento sem vida? Assim, ele responde a essa indagação:

Na experiência histórica, trata-se sempre de sentido, mas sobretudo também dos sentidos como porta de entrada do mundo exterior na subjetividade humana. O tempo é experimentado historicamente, mas não simplesmente como transformação e mudança, e sim como uma transformação importante para a vida humana, que possui significado, mas exatamente: que precisa ser dotada de significado para que a vida possa prosseguir na mudança experimentada pelo ser humano e pelo mundo.⁵⁰

Nas palavras de Rüsen se verifica a relevância da atribuição de sentido na experiência histórica humana. Ele enfatiza que é através deles que o mundo exterior se “conecta” com a subjetividade individual. Portando, em sua acepção, o tempo não deve ser simplesmente entendido como uma “sucessão de eventos”. O tempo deve ser apreendido como um envolvimento no aprendizado histórico. A sua percepção deve proceder em uma modificação significativa para a vida humana. Rüsen expressa que é “vital” conferir significado a essa transformação temporal para que a vida possa prosseguir e se desenvolver em meio às mudanças vivenciadas pelo ser humano. É com a formação dessa percepção sobre o tempo que se pode visualizar um aprendizado histórico dotado de significado e vida para os indivíduos.

Dessa forma, o diálogo entre esses dois campos, História e literatura, pode enriquecer o conhecimento dos educandos os permitindo vislumbrar o “tecido do

⁴⁹ RÜSEN, 2014, p. 180.

⁵⁰ Ibid., p. 182/183.

passado” nos escritos literários. A literatura, proporciona ao leitor uma “experiência de sentido”. Sendo assim, pode-se afirmar que ela pode “orientar” o sujeito de forma significativa lhe proporcionando uma versão prática que lhe consente visualizar o tempo histórico e dotá-lo de uma perspectiva problematizadora das contingências sociais.

Esclarecida essas problemáticas, pode-se concluir que a literatura é um campo fértil de estudos a ser explorado pelo professor de história visando aprimorar a sua didática. Entender as obras literárias é compreender a figuração do mundo realizada ao seu modo particular. É enriquecedor ao professor de História se tencionar com esses espaços de produção de criação literária. Assim, o ensino de História pode ser dotado de uma perspectiva interdisciplinar, visando aprimorar seus métodos, suas abordagens e seus resultados.

Outro fator importante e que justifica a utilização da literatura como forma de apreciação e aprendizado dos processos históricos é o seu potencial democrático. Terry Eagleton em *Teoria da literatura: uma introdução*, problematiza a singularidade do que é a literatura e promove a divulgação da teoria literária para um número mais abrangente de leitores. Na acepção de Eagleton, a literatura e a teoria literária não podem ser reduzidas a um tipo de conhecimento elitizado; em sua perspectiva, as obras literárias, assim como seus estudos, podem ser apreciadas também por aqueles que não possuem, especificamente, um tipo de formação cultural.⁵¹

Essa percepção é importante, já que lança para o campo da literatura o tema da democracia. Eagleton rompe com o elitismo convencional que abrevia o conhecimento literário aos estudiosos acadêmicos, bem como a uma classe economicamente abastarda. Agora, a literatura e a teoria literária são observadas como um conhecimento que deve ser acessível às diversas classes que compõem o espaço social. Quebra-se nesse instante o elitismo que envolve o acesso às obras literárias.

O que causa a investida no modo como se entende o espaço literário e o seu público receptor? Eagleton argumenta que a teoria literária, durante a década de 1960, absorve novas sinuosidades. Esse processo ocorre em razão da chegada gradual de novas classes sociais às universidades; com isso, a teoria literária se popularizou. Essa inversão de percepção do espaço literário cooperou para a libertação das “(...) obras

⁵¹ Cf. EAGLETON, 2006.

literárias da força repressora de uma ‘sensibilidade civilizada’, e abri-las a um tipo de análise do qual, pelo menos em princípio, todos pudessem participar”.⁵²

Na concepção de Eagleton, a literatura detém um grande potencial para se questionar, compreender e solucionar problemas íntimos e caros à humanidade; entretanto, para se cultivar o seu potencial transformador, o elitismo (que pode ocorrer) ao campo literário deve ser evitado em favor da diversidade e da divulgação dos estudos literários. Sendo assim, devem-se reforçar os laços entre literatura, teoria literária e democracia. O potencial de transformação social do campo artístico (estético), na acepção de Eagleton, somente pode ser mensurável com a ampla divulgação do conhecimento literário.

Em suma, a interseção entre literatura e História revela-se vital não só para a academia, mas também para a educação e compreensão da sociedade.⁵³ Ao reconhecer a importância da literatura para os estudos históricos, percebe-se a sua capacidade única de dar voz aos eventos passados, fornecendo *insights* emocionais e contextuais que complementam os registros históricos formais. Além disso, a integração da literatura no ensino de História enriquece a experiência educacional, estimulando o pensamento crítico e a empatia ao explorar perspectivas diversas e humanas sobre eventos históricos. Por fim, o acesso às obras literárias é essencial para uma compreensão mais profunda da realidade social, permitindo que os leitores visualizem as complexidades da condição humana e questionem as narrativas dominantes, requerendo assim uma visão mais holística e inclusiva da história e da sociedade.

1.3 Literatura e crítica social

György Lukács pode ser considerado um dos grandes pensadores marxistas do século XX. Em sua farta produção intelectual, o marxista húngaro esboça reflexões que tratam de temas filosóficos, econômicos e literários. Na literatura, especificamente, Lukács empreende um estudo sobre a capacidade de transformação social desses escritos ao iluminarem as contradições inerentes do sistema capitalista. As obras literárias, para Lukács, são capazes de tornar visíveis as contingências sociais.

⁵² Essa passagem está localizada no segundo prefácio a edição inglesa da obra *Teoria da literatura: uma introdução*, que não tem prefácio paginado.

⁵³ Apesar da qualidade da reflexão de Eagleton, é preciso destacar que a sua leitura das produções literárias ainda se encontra próxima ao antigo paradigma literário. No novo paradigma literário se vislumbra na literatura uma relativa autonomia do ficcional. Assim, a literatura não se pretende mais educativa. Ela pode ser educativa; mas, sua extensão de significado pode ir muito além da educação.

Em sua obra *Ensaio sobre literatura* Lukács empreende uma série de reflexões sobre a sua percepção específica do que se configura como literatura. Para ele, uma primeira consequência da percepção social da literatura é que ela não está dissociada de seu espaço econômico e político.⁵⁴ Lukács comenta que “(...) nem a ciência, nem seus diversos ramos, nem a arte, possuem uma história autônoma, imanente, que resulte exclusivamente da sua dialética interior”.⁵⁵ O pensador húngaro entende que toda manifestação estética está “enraizada” em seu *locus* de produção. Portanto, o estudo desses espaços enriquece a apreciação literária.

Esse processo de inquirição das produções literárias em seu espaço político-econômico não é realizado seguindo uma interpretação “mecanicista” em que os referidos espaços determinam as produções literárias; de acordo o intelectual húngaro. Lukács não nega o elemento “criativo” das obras artísticas: ele pondera que Marx e Engels “(...) jamais negaram a relativa autonomia do desenvolvimento dos campos particulares da atividade humana (direito, ciência, arte, etc.)”.⁵⁶ As obras literárias, nessa compreensão, pertencem e estão vinculadas a seu meio histórico-social e não podem ser apreendidas e percebidas sem o exame desse contexto.

Em *Ensaio sobre literatura* elucida-se, com nitidez, a ideia de que o “(...) homem dispõe, pois, de certa e “relativa autonomia” para cada um dos seus campos; e isso diz respeito sobretudo à arte e à literatura”.⁵⁷ Nas palavras de Lukács:

Cada campo, cada esfera de atividade se desenvolve espontaneamente – por trabalho dos sujeitos – vinculando-se de modo imediato às suas criações precedentes e desenvolvendo-as depois, ainda quando por meio de críticas e polêmicas.⁵⁸

No entanto, Lukács adverte que essa autonomia não é absoluta; ela se torna equivocada quando nega a base econômica. Então, pondera-se que se trata de uma “autonomia relativa”. Essa autonomia deve estar “amarrada” na compreensão da “divisão social do trabalho”.⁵⁹ Seguindo esse raciocínio em sua obra *Arte e sociedade*, o pensador húngaro pondera que o romance herda diversos traços das narrativas épicas:

(...) tendência a adequar o modo da figuração da vida ao seu conteúdo; a universalidade e a amplitude do material abarcado; a presença de vários

⁵⁴ LUKÁCS, 1965, p. 12.

⁵⁵ Ibid., p. 12.

⁵⁶ Ibid., p. 13.

⁵⁷ Ibid., p. 16.

⁵⁸ Ibid., p. 16.

⁵⁹ Ibid., p. 16.

planos; a submissão do princípio da reprodução dos fenômenos da vida por meio de uma atitude exclusivamente individual e subjetiva diante deles (como é o caso na lírica) ao princípio da figuração plástica, na qual homens e eventos agem na obra quase por si, como figuras vivas da realidade externa”.⁶⁰

A leitura de Lukács do romance, em sintonia com a narrativa épica, aviva a sua conexão com os fenômenos da realidade externa. O romance, assim como as narrativas épicas, adequam os acontecimentos do mundo ao seu conteúdo. Assim, no romance tanto quanto na narrativa épica, se contém as figuras vivas dos fenômenos vividos. O mundo externo então está figurado na tessitura do romance.

É alicerçado nessa perspectiva de conexão entre as produções estéticas e os fenômenos do mundo que Lukács visualiza um tipo de realismo nos romances. Para ele:

As características, as ações ou as situações dos indivíduos não podem mais representar toda a sociedade, ou seja, não podem se tornar típicos de toda a sociedade. Cada indivíduo representa agora uma das classes em luta. E são a profundidade e a justeza com as quais é compreendida uma dada luta de classes em seus aspectos essenciais que permitem resolver o problema da tipicidade dos homens e de seus destinos.⁶¹

Aqui, se evidencia a noção de tipicidade que ilustra o realismo de Lukács. O típico nas personagens especifica a singularidade de uma determinada luta em um momento histórico específico. A percepção do tipo, converge todas as unidades contraditórias do social. Essas contradições se articulam como uma unidade viva.⁶² Sendo assim, as classes em luta são representadas, na tessitura do romance, de forma a se realçar a dialética interior dos conflitos sociais.

Mas, em que consiste a tipicidade do romance para Lukács? Na acepção do crítico literário húngaro, Henry Fielding, romancista inglês, foi quem melhor esboçou a noção de tipo na literatura. Na argumentação de Fielding, a figuração de pessoas vivas na literatura não tem sentido se o sujeito figurado não é um “tipo” ou não expressa uma tipicidade.⁶³ Para ilustrar o sentido de suas palavras Fielding realça essa noção ao comentar, ironicamente, que um conhecido seu teve a proeza de fazer fortuna: “(...) sem recorrer a fraudes e trapaças”.⁶⁴

⁶⁰ LUKÁCS, 2011, p. 201, 202.

⁶¹ Ibid., p. 206.

⁶² Ibid., p. 106.

⁶³ Ibid., p. 218.

⁶⁴ Ibid., p. 218.

Para Fielding, esse sujeito que faz fortuna sem recorrer a fraudes e trapagens pode até existir na realidade; entretanto, ele não esboça, em sua vida, o que é típico do capitalismo: a construção de fortunas através de fraudes e trapagens. Esse sujeito, que constrói sua fortuna sem recorrer a fraudes e trapagens não pode, para Fielding, se tornar um herói de um romance, pois ele não expressaria o que é típico do capitalismo, que é o total oposto de seu comportamento.

O comportamento típico, na leitura de Lukács, deve esboçar até que ponto os indivíduos se tornam “(...) um brinquedo das forças econômico-sociais”.⁶⁵ Esse sujeito, produto desse sistema, vê as suas vontades serem subjugadas em razão das novas regras morais e comportamentais emergentes com o capitalismo. Com base nessa noção de tipicidade, Lukács traceja o que seria a “verdadeira arte”:

A verdadeira arte visa ao maior aprofundamento e à máxima abrangência na captação da vida em sua totalidade onidirecional. A verdadeira arte, portanto, sempre se aprofunda na busca daqueles momentos mais essenciais que se acham ocultos sob a superfície dos fenômenos, mas não representa esses momentos essenciais de maneira abstrata, ou seja, suprimindo os fenômenos ou contrapondo a essência; ao contrário, ela apreende exatamente aquele processo dialético vital pelo qual a essência se transforma em fenômeno, se revela no fenômeno, mas figurando ao mesmo tempo o momento no qual o fenômeno manifesta, na sua mobilidade, a sua própria essência.⁶⁶

Assim, há um realismo nesta perspectiva estética que ilumina aspectos essenciais da vida social: o que está oculto neste nível deve ser iluminado pela obra literária. Nesse sentido, há mais que uma abstração na obra artística: ao expressar, dialeticamente, os fenômenos essenciais da vida. Assim, na leitura Lukács, a verdadeira obra de arte não se abstém dos conflitos vividos no espaço social. As situações “épicas” só são encarnadas pelo romance, concretamente, com o vislumbre dos “destinos humanos”. Esses destinos não são esboçados, na verdadeira obra de arte, só como comentários, mas com a “figuração concreta das formas sociais”.⁶⁷

Nessa compreensão, arte e a literatura devem examinar “(...) apaixonadamente o homem e a verdadeira essência da sua natureza humana”.⁶⁸ Entretanto, isso ainda não é suficiente. A arte deve ir adiante e defender “(...) apaixonadamente a integridade humana do homem contra todas as tendências que a atacam, a envelhecem e a

⁶⁵ Ibid., p. 218

⁶⁶ Ibid., p. 105.

⁶⁷ Ibid., p. 208.

⁶⁸ LUKÁCS, 1965, p. 21.

adulteram”.⁶⁹ Lukács então destaca as características “anti-humanas” da arte no capitalismo. Para ele, o capitalismo, nas artes, corrompe os homens e os povos. Aqui, o pensador húngaro sublinha que o capitalismo exerce uma influência sobre as produções artísticas.

Compreendendo esses aspectos do capitalismo nas artes, Lukács propõe então um modelo de reflexão sobre as obras culturais: a teoria do reflexo. Nessa linha de raciocínio, entende-se que as produções artísticas se constituem como “(...) uma forma de reflexo do mundo exterior na consciência humana”.⁷⁰ Essa abordagem teórica, já delimita Lukács, não nega o que é específico em cada obra artística: entende-se que cada produção artística é portadora de uma singularidade, possuindo suas características próprias. O que é polemizado por Lukács nesse momento é como as relações sociais são figuras nessas obras artísticas.

Por mais que a percepção de Lukács permaneça endereçada às obras literárias pode-se afirmar que ela também se refere a outros campos das produções artísticas. Essa arguição se materializa no exame também dos quadros artísticos e da poesia: mesmo que uma pintura não reproduza “fielmente” aspectos do real, ainda assim, o modo como foi pintado, os efeitos nele utilizados e a sua composição podem nos fazer discorrer sobre alguns temas relacionados ao espaço social. O que se investiga aqui não é o modo com essas obras são produzidas e figuram o “real”; porém, é como esse elemento “real” (social) é exposto nessas obras.

Sobre o “real” que é esboçado nessas obras culturais, o pensador húngaro enfatiza que essa “realidade” não é somente o que está “amostra” e é prontamente percebido no “mundo exterior”.⁷¹ A simples “cópia da realidade” é rejeitada. Assim, devesse abandonar toda arte que se declarar “independente” do real. Nesta acepção, a essência da arte então é “(...) representar fielmente o real na sua totalidade, de maneira a manter-se distanciada tanto da cópia fotográfica quanto do puro jogo (vazio, em última instância) com suas formas abstratas”.⁷²

A verdadeira arte deve representar um “quadro conjunto da vida humana”, ela deve representar esse quadro conjunto “em seu movimento, na sua evolução e

⁶⁹ Ibid., p. 21.

⁷⁰ Ibid., p. 25.

⁷¹ Ibid., p. 27.

⁷² Ibid., p. 28.

desenvolvimento”.⁷³ Nesse momento, a teoria do reflexo se alicerça na concepção de tipo. A teoria estética materialista, na acepção de Lukács, não se funda em uma abstração. Dessa forma, a síntese materialista do tipo na arte é de uma “unidade dinâmica na qual a autêntica literatura reflete a vida”.⁷⁴

A leitura de Lukács é importante para descortinar que a literatura, no capitalismo, influencia a subjetividade dos autores e dos leitores. Entretanto, essa leitura, por mais rica que seja, termina por receber uma variedade de críticas ante o seu determinismo em última instância. Mesmo elucidando o potencial criativo da arte, ainda assim Lukács a aprisiona “em última instância”, ao econômico. Ela, a arte, possui um grande potencial para o exame dos campos simbólicos. Nesse sentido, alguns teóricos da estética vão elaborar novas concepções sobre a arte que a liberam do paradigma economicista.

Adorno propõe na *Teoria estética* reflexões sobre a complexidade da investigação do campo estético. Assim sendo, o pensador da Escola de Frankfurt postula que uma produção cultural não pode ser dissociada de seu contexto histórico, político e social; em consonância a essa reflexão, a arte também não pode ser suprimida a esse contexto.⁷⁵

Emerge então uma nova configuração do campo artístico que possibilita a investigação da arte como um campo criativo e não, necessariamente, determinado pelas condicionantes sociais (ou econômicas). A reflexão adorniana entende que a obra de arte “(...) quando subjugada ao contexto social, (...) perde seu caráter de produção espontânea e transforma-se em propaganda ideológica”.⁷⁶ Com essa abertura, o criativo do campo artístico é desnudado e a arte passa a não somente receber o que vem do mundo, mas ela pode criar perspectivas sobre como o ser humano compreende e age nesse mundo esse mundo. Esse “nexo” entre a arte e a “alteração” do que se “vê” no mundo externo é o desvelamento do que o ser humano não é capaz de observar por si só. Assim comenta Adorno:

A identidade da obra de arte com a realidade existente é também a identidade da sua força de atracção, que reúne em torno de si os seus *membra disiecta*, vestígios do ente; a obra aparenta-se como um mundo mediante o princípio que a ele a contrapõe e pelo qual o espírito modelou o próprio mundo.⁷⁷

⁷³ Ibid., p. 29.

⁷⁴ Ibid., p. 30.

⁷⁵ ADORNO, 1982, p. 46.

⁷⁶ FIANCO, 2020, p. 1.

⁷⁷ ADORNO, 1982, p. 18.

Nesta abordagem, localizada em *Teoria estética*, Adorno se aprofunda na compreensão de que a identidade humana da obra de arte com o mundo é crucial para sua habilidade de “aproximar” e “conectar” elementos dispersos em seu entorno. Esses elementos dispersos são denominados por Adorno como “*membra disiecta*”: são “fragmentos” ou “vestígios” da existência.

Na leitura de Adorno, a obra de arte deve possuir um espaço autônomo relativamente distante do mundo externo. Entretanto, a obra artística, deve “pensar” esse mundo externo (o espaço social). A obra artística não imita a “realidade” ou nem a reproduz de forma passiva; a boa obra de arte, em sua lógica interna, reconfigura os fragmentos do mundo externo (daí a importância da forma), impedindo que a obra seja influenciada por valores estranhos à própria cultura.

O que Adorno denomina de “espírito” da obra de arte é a sua “aura” transformadora, a sua capacidade de localizar o problemático no espaço social. Há aqui uma interrogação frente ao que é postulado socialmente e aceito sem crítica. Quebra-se então a ideia de que a arte é contemplativa. Adorno comenta que é na diferença que a arte estabelece com o ente que ela ilumina o que ela não é enquanto obra de arte, e desnuda o “(...) que unicamente faz dela uma obra”.⁷⁸

No novo mundo de transformações do início do século XX, o lugar da arte se torna incerto.⁷⁹ A autonomia, que a arte era portadora, entra em choque “com a não-liberdade do todo”.⁸⁰ A ideia de humanidade, que perpassava o campo artístico, vai sendo recalcada, e em consonância com esse processo, a arte se torna menos humana.⁸¹

O que torna a arte então “menos humana”? A transformação das produções culturais em artigos de consumo. Nesse panorama, há uma convergência entre Adorno e Lukács. Mesmo em compreensões distintas em relação às configurações da arte no mundo moderno, os pensadores entendem que a arte deve convergir em uma *práxis* “mais humana”. Pois, como comenta Adorno, “A arte autônoma não esteve completamente isenta do insulto autoritário da indústria cultural”.⁸² Porém, a supressão das possibilidades de uma arte criativa não é total pelo capitalismo. Em parte, as produções artísticas são condicionadas pela estrutura econômica, entretanto, ainda é

⁷⁸ Ibid., p. 18.

⁷⁹ Ibid., p. 11.

⁸⁰ Ibid., p. 11.

⁸¹ Ibid., p. 11.

⁸² Ibid., p. 29.

possível se visualizar na arte variadas formas de tensionamento e questionamento das estruturas sociais naturalizadas.

É importante ressaltar, nesse ponto, que Adorno acolhe uma nova postura diante da arte, distinta da de Lukács. Adorno irá negar a teoria do reflexo, que configura um dos alicerces do pensamento estético de Lukács. Nesse sentido, Adorno visualiza na obra de arte novas possibilidades interpretativas que “escapam” ao reducionismo do marxismo clássico: a determinação, em última instância, pelo econômico.

Em Adorno há uma autonomia da arte diante da mera imitação. Assim, a obra de arte não reproduz o que está no social, ela dá vivacidade a elementos silenciados nesse espaço. O negativo, portanto, é o elemento que realça uma abertura no *por vir*. Agora, a arte adquire valor de libertação e não mais de “reflexo” da realidade. Aqui se situa a ruptura de Adorno com o marxismo de Lukács. Entende-se agora que se uma produção cultural não pode ser dissociada de seu meio social, por outro lado ela não poder ser exclusivamente instrumentalizada por este mesmo meio social. É essa autonomia da arte em relação ao seu meio social que a abstém de se tornar apenas uma propaganda ideológica.

Sérgio Schaefer, em sua tese de doutorado, *A teoria estética em Adorno* (2012), concentra-se nessa análise do impacto desmedido da indústria cultural nas produções artísticas que simplificam as produções estéticas. Em consonância com o fundador da Escola de Frankfurt, Schaefer argumenta que, com o advento da cultura de massas “(...) as engrenagens sociais pretendem esmagar a autonomia da arte, sua liberdade particular, para riscar do mapa qualquer chance de não identificação com o todo”.⁸³

Como então não se identificar com o todo? Qual é a postura que a arte superior deve adotar diante o seu declínio frente à divisão social do trabalho? As obras artísticas, em contraposição à cultura de massas, devem ambicionar e se nortear sempre pela verdade. Qual seria essa “verdade”? A sua capacidade de negatividade ante a sociedade.

Então, nesse sentido, não se fala em propriamente uma “verdade”, mas, de um “conteúdo de verdade”. Esse conteúdo de verdade é exposto pela “promessa de felicidade” na vida danificada. Ele se localiza no caráter enigmático da obra artística: o conteúdo de verdade de uma obra de arte é a sua capacidade de “(...) apontar para o que está e para o que não está nela simultaneamente”.⁸⁴

⁸³ SCHAEFER, 2012, p. 26.

⁸⁴ FIANCO, 2020, p. 6.

A arte, no pensamento adorniano, tende a figurar a primazia de uma relação específica com os sujeitos. Schaefer comenta essa questão: ao inquirir a relação sujeito e produções culturais no capitalismo, realça que nesse sistema “(...) a arte não liberta mais”.⁸⁵ E qual é a causa dessa sujeição da arte? É a inversão da *mimesis*. Se antes, as produções culturais artísticas ansiavam causar no sujeito uma identificação com as suas antinomias, no regime burguês se localiza uma “falsa projeção”. Agora, é a arte que precisa se tornar semelhante ao sujeito. Assim, a arte deixa de ser uma ferramenta crítica para se adequar as demandas da mentalidade burguesa. Essas obras priorizam valores conexos com essa mentalidade burguesa. Há, portanto, nelas um utilitarismo que alimenta uma estética “abstrata” que reforça a distinção de classe.

É possível considerar, nesse ponto, como a crítica das produções culturais (na perspectiva teórica de Adorno) é influenciada pelo seu conceito de *mimesis*. Adorno desenvolve o seu entendimento em relação à *mimesis* retendo como referências as ideias de Platão e Aristóteles; porém, o pensador da Escola de Frankfurt a reinterpreta à luz de sua crítica social e filosófica. Adorno compreende que a *mimesis* não é simplesmente a imitação ou reprodução passiva do mundo externo. A *mimesis* é uma forma de crítica sobre o que está subjacente nesse mundo.⁸⁶ Assim comenta Adorno sobre a *mimesis* incorporada na obra artística:

O *ser-em-si*, a que aspiram as obras de arte, não é a imitação de algo real, mas antecipação de um *em-si* que ainda não existe, de um incógnito e de alguma coisa que se define através do sujeito. As obras de arte indicam que algo existe em si, mas nada predizem a seu respeito.⁸⁷

A obra artística, nessa percepção, almeja antecipar um *em-si* que ainda não está no mundo. Esse *em-si* é desconhecido, mas está no social. O que se realça nesse instante é o possível. As obras artísticas têm consciência de que algo existe, mas “nada predizem a seu respeito”:

Em toda a obra de arte genuína, aparece algo que não existe. Elas não o reinventam a partir de elementos heterogêneos do ente; elaboram-no como existente imediato a partir destas constelações, que se tornam cifras, sem contudo porém imediatamente diante dos olhos o cifrado, como fantasias.⁸⁸

⁸⁵ SCHAEFER, 2012, p. 39.

⁸⁶ ADORNO, 1982, p. 32/33.

⁸⁷ Ibid., p. 95.

⁸⁸ Ibid., p. 100.

A obra de arte mimética então procura evidenciar o possível. As contradições do mundo esboçadas em sua tessitura realçam essa proposta. Para Adorno, a *mímesis* se afasta do simples entretenimento e se esquivava à complacência, induzindo o público a se confrontar com a realidade “não ideológica” e desmistificando as ilusões sociais e culturais. O possível então é descoberto na autêntica obra de arte.

Nessa argumentação, a racionalidade instrumental/técnica característica da modernidade, é uma forma de pensamento que se concentra na utilidade e eficiência, e que tende a reduzir a realidade a uma série de estatísticas. A *mímesis*, em contraposição, é uma forma de pensamento que se concentra na subjetividade. Ela permite ao indivíduo experimentar a realidade de forma mais significativa.

Para Adorno a *mímesis* é essencial para a arte. As produções artísticas não estão simplesmente interessadas em reproduzir o real; mas, sim em interpretá-lo e ressignificá-lo. Entretanto, ela também não se reduz somente a essas predisposições: a arte é também uma forma de postura ativa diante do mundo, ela é formadora de consciência. Nesse sentido, o campo das produções estéticas permite ao indivíduo imaginar o mundo de uma nova perspectiva e contestar as “verdades estabelecidas”. Em resumo, contestar os valores estranhos à cultura. Dessa forma, a autêntica obra artística não somente faz o sujeito vislumbrar a “realidade” sob outro ponto de vista; ela altera a própria compreensão do que se apreende como “realidade”.

1.4 Considerações sobre a *Mímesis*

O termo *mímesis* surge no vocabulário do mundo grego antigo. Especificamente, em dois filósofos desse período histórico: Platão e Aristóteles. O conceito filosófico de *mímesis* (μίμησις), na filosofia antiga, faz referência à imitação ou à figuração do mundo através da arte: ela pode se manifestar na literatura, no teatro ou também na poesia. A *mímesis*, portanto, compreende a reprodução ou a recriação de características da vida na arte.

Entretanto cabe-se indagar: o que é a *mímesis*? Na Antiguidade, a *mímesis* é visualizada por Platão como uma “imitação” enganosa da realidade. O filósofo grego argumenta que a arte, incluindo a poesia e o teatro, poderiam corromper a alma humana, pois desviariam as pessoas da “busca da verdade” e da “realidade”. Platão concebia que

a “verdadeira realidade” era o mundo das Ideias (ou Formas); enquanto o mundo empírico, que a arte imitava, era apenas uma “cópia defeituosa”.⁸⁹

Na acepção do filósofo grego o conhecimento não poderia ser construído, meramente, através das sensações; pois, essas sensações seriam enganos contraídos por meio das experiências vivenciadas no mundo empírico.⁹⁰ Em Demócrito, há uma percepção distinta em relação a Platão. O conhecimento para ele deve provir da observação, da sensação, porém, esse conhecimento necessita passar por um senso crítico. O conceito de *mimesis* recebe uma leitura negativa por Platão ao ser um impeditivo para a construção de um conhecimento sólido. As representações artísticas que ansiavam recriar aspectos da realidade através da imitação não eram bem quistas pelo filósofo.⁹¹

Aristóteles, em oposição ao mestre, possuía uma percepção mais positiva em relação à *mimesis*. O filósofo de Estagira via a arte como uma imitação da realidade que tinha o potencial de causar catarse nas emoções do público, permitindo a purificação e a compreensão de suas próprias emoções. Ele considerava que à arte poderia ser uma forma valiosa de expressão e educação.⁹²

À *mimesis*, em Aristóteles, não se reduz ao domínio humano; entretanto, de todos os animais, o homem é o mais imitador. É através da imitação que o homem também se distingue dos animais: pois, na imitação ele consegue aprender. Esse é o potencial positivo da *mimesis* na filosofia aristotélica: no homem, a imitação ultrapassa os limites da cópia. Diferentemente de outros seres, é no homem que a imitação se apresenta como “consciência da imitação”. Ela, a imitação, na percepção de Aristóteles, é um elemento do processo educativo. Dessa forma, à *mimesis* é evidenciada, na filosofia aristotélica, como vital para o entendimento da natureza humana.⁹³

Entretanto, ao longo da história, esse conceito irá encontrar diferentes configurações. Na modernidade, com a liberação da arte do paradigma antigo, esse

⁸⁹ MANIERI, 2023, p. 15.

⁹⁰ PESSANHA, 2005, p. 58.

⁹¹ Nas principais obras do filósofo grego essa crítica ao conhecimento sensível é exposta direcionada, principalmente, contra os sofistas. Em *Teeteto*, há um diálogo entre Sócrates e Teeteto que realça a crítica platônica ao conhecimento sensível:

“É o que te vou dizer e não vai ser uma resposta simples: que nada é um, por si e em si, e não poderias nomear algo com correção, nem indicar alguma qualidade; mas, se chamares a algo grande, também aparecerá pequeno, se chamares pesado, aparecerá também leve, e assim também todas as coisas, dado que nada é unidade, algo ou qualidade 152 a/e (PLATÃO, 2010, p. 206).

⁹² RICOEUR, 2010a, p.60/63.

⁹³ HOLANDA, 2015, p. 55.

conceito adquire novas leituras. Luiz Costa Lima em *Mímesis: desafio ao pensamento* esboça a complexidade de se pensar a *mímesis* no campo artístico. Primeiro porque esse conceito se transmuta no decorrer da história da filosofia, adquirido novas conotações. Segundo, porque a nova configuração mimética abre a possibilidade para se pensar a arte como portadora de uma autonomia diante do real. Nesse sentido, essas reflexões podem ser fecundas para o ensino de História.

Dentre as diversas contribuições efetuadas por Luiz Costa Lima para se pensar a *mímesis* uma das mais ricas é a exposição da dissolução do paradigma antigo da *mímesis*: a arte não se pretende mais ser meramente educativa (no sentido de objetivar uma socialização). Nesse momento, verificasse, que na passagem do modelo mimético antigo para o contemporâneo, não há mais uma intenção de adaptar o sujeito à sociedade.

De acordo com Costa Lima, a *mímesis* antiga “era cooptada por certa concepção da natureza”.⁹⁴ Em sua acepção sobre a *mímesis* antiga ele afirma que: “(...) não nos resta mais senão repensar o legado grego; tarefa que é prejudicada tanto se se fundar a *mímesis* no semelhante quanto em torná-la privilégio puro e simples da diferença”.⁹⁵ Para Costa Lima a *mímesis* antiga, expressa na obra *As bacantes*, de Eurípedes, está ancorada na *diaphora* (diferença).

Na modernidade, a concepção de *mímesis* recebe/sofre em diversas transmutações. Com o Renascimento e o alvorecer da estética moderna, o campo artístico passou a ser visualizado de forma mais positiva. Agora, os artistas, não são só “imitadores da realidade”; eles advirão a ser vistos como “criadores” que usavam/usam a *mímesis* para expressar novas perspectivas. Entretanto, no século XVIII, a estética romântica emergente rejeitou a imitação estrita da realidade e enfatizou a originalidade, a expressão individual e a subjetividade na arte.

Lima (2014) argumenta que agora a *mímesis* na literatura moderna não se limita a uma simples “imitação da realidade externa”, como na acepção antiga; agora é uma forma de representação que é construída, questionada e desconstruída. A *mimesis* literária é capaz de esboçar as “fraturas” existentes na realidade externa. Lima (2014) também explora como os escritores modernos desafiam as convenções tradicionais de *mímesis* e oferecem refinadas formas de representar a experiência humana.

⁹⁴ LIMA, 2014, p. 223.

⁹⁵ Ibid., p. 223.

É nesse instante que ganha formato o conceito de *Darstellung* (apresentação). Para o pensador da arte, agora na *mimesis*, *Darstellung* e *Vorstellung* (representação) se combinam: “(...) e não há como separar *mimesis* e mundo”.⁹⁶ Há, nesse momento, uma “quebra” do paradigma antigo da *mimesis*: a *mimesis* não está mais sujeita a “(...) formar um todo homólogo à organização do mundo”.⁹⁷

Nesse sentido, a arte adquire a sua autonomia como campo criativo próprio, com suas singularidades, nuances e particularidades: a criatividade é reconhecida na arte. E essa criatividade permite ao campo artístico (à *mimesis*) se constituir como uma via de mão dupla: “(...) ela [a arte] não só recebe o que vem da realidade, mas é capaz de modificar a própria visão da realidade”.⁹⁸

O conceito de *Darstellung*, nesse instante, recebe uma nova leitura. Jeanne-Marie Gagnebin, em confluência com Luiz Costa Lima, argumenta que é necessário se traduzir esse conceito não como representação (*Vorstellung*); mas, como apresentação (*Darstellung*). Se antes *Darstellung* era traduzida como representação, agora com o potencial criativo da arte *Darstellung* passa a ser “apresentação”. Sendo assim, *Vorstellung* passa a ser traduzida como “representação”: uma representação que nasce da criatividade do artista, de sua *Darstellung*.

É na exposição filosófica, ou ordenação, que se manifesta “a contribuição singular do autor” na acepção de Gagnebin. Pensando dessa forma e, em consonância com o ensino de História, seria essa reflexão sobre a *mimesis* e *Darstellung* enriquecedoras para o ensino de História? A exposição, e sua forma, podem levar os sujeitos a se depararem com a beleza da “verdade”. A configuração de uma determinada exposição/apresentação abre novos caminhos na forma como conhecemos os objetos que nos circundam. Em suas formas, a arte apresenta distintas maneiras, permitindo ao leitor visualizar o mundo de forma não unívoca. Essa abordagem pode ser fértil para o ensino de História, pois, mesmo quando os educandos, em suas exposições/narrações sobre determinados eventos estiverem equivocados, há a possibilidade de aprendizado pelo erro. Na acepção de Gagnebin, “(...) a verdade não pode realmente existir sem se apresentar, se mostrar e, portanto, aparecer na história e na linguagem”.⁹⁹

Ao se saber que a linguagem não é “neutra”, mas que, ainda assim, em suas formas, ela transmite “efeitos de realidade” é importante salientar que o novo paradigma

⁹⁶ Ibid., p. 231.

⁹⁷ Ibid., p. 230.

⁹⁸ Ibid., p. 27.

⁹⁹ GAGNEBIN, 2005, p. 190.

mimético liberou a linguagem para novas experiências criativas. Assim, a *Darstellung* (apresentação/exposição) pode ser útil ao aprendizado histórico. O aprendizado por desvios, erros, pode levar os alunos e alunas a conhecerem novos caminhos e novas formas de se narrar, entender e conhecer o mundo. Em sua lógica interna, a arte é a *mimesis* “que organiza essas maneiras de fazer, ver e julgar”, a mimesis, portanto, é um regime de visibilidade das artes.¹⁰⁰

1.5 Arte e educação: contribuições para o ensino de História

Como abordamos acima, verifica-se em diversos autores, que o campo estético (em suas variadas frentes) como as artes plásticas, cinematográficas e literárias podem induzir os sujeitos a acessarem as “estruturas do mundo” de forma crítica. Esse processo se manifesta na medida em que a arte, especificamente, nesse caso a literatura, permite aos sujeitos considerarem as contingências presentes no espaço social por intermédio da sensibilidade artística. Nesse sentido, além do sujeito visualizar um determinado problema no espaço real, ele passa a se sensibilizar para com esse problema, e, em uma variedade de casos, lutar por suas transformações essenciais.

Considerando os aspectos íntimos das produções artísticas, suas manifestações e suas postulações, bem como o seu olhar crítico ante as antinomias sociais, se pode indagar: como a arte pode contribuir para a formação histórica dos sujeitos? Jörn Rüsen, em *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã* realça o que entende por formação histórica de sentido. Nas palavras de Rüsen: “Entendo por formação histórica de sentido a quinta-essência dos procedimentos e das atividades mentais mediante as quais a experiência do passado é interpretada e atualizada como história”.¹⁰¹

Rüsen compreende que a formação histórica se realiza na medida em que as experiências do passado, presentes nas memórias e nas vivências dos sujeitos, é “interpretada e atualizada como história”. Seria a arte então uma forma de realçar vivências e interpretar certos aspectos do passado em forma de história? Sim, pois à arte autêntica, em sua autonomia, permite ao sujeito se questionar em relação ao passado, na medida em que considera os eventos do presente. Um estudo das obras de Honoré de Balzac pode avivar esse aspecto. Ao se imaginar a estória de Eugène de Rastignac em *O pai Goriot* o leitor se defronta ante a formação da sociedade capitalista e a constituição

¹⁰⁰ RANCIÈRE, 2009, p. 31.

¹⁰¹ RÜSEN, 2014, p. 179.

de um processo de reificação em que as relações humanas vão se constituindo numa relação entre coisas.¹⁰²

De forma literária, Balzac percebeu o que Karl Marx compilaria anos mais tarde em seus escritos econômicos.¹⁰³ A leitura de Balzac possibilita ao historiador, ao sociólogo e ao filósofo se defrontar ante a emergência de uma nova configuração societária que emerge com as Revoluções Inglesa e Francesa e se consolida no transcorrer da vida desses intelectuais situados em campos políticos distintos.¹⁰⁴ Dessa forma, é possível afirmar que a literatura balzaquiana instiga a compreensão da história através de suas personagens. Em uma mistura de história e ficção, o literato francês visualiza o processo de queda do Antigo Regime e a consolidação político-econômica da burguesia como classe dominante. É possível localizar, nos escritos de Balzac, a gênese do modelo de comportamento burguês. Pondera-se, então, que as obras desse escritor constituem uma sintonia com o entendimento de Rüsen em relação à formação histórica: elas “abrem” formas de visualizar o passado e interpretá-lo historicamente.

Retendo as reflexões teóricas sobre a arte e a literatura em Lukács, Adorno e Luiz Costa Lima, é possível indagar-se: as obras artístico-literárias se constituem como um material frutífero para a percepção crítica da história? Em Lukács, a obra literária adquire relevância pela sua capacidade de salvaguardar a integridade humana ante os desafios das transformações históricas.¹⁰⁵ Assim, a obra de Balzac instiga o leitor a se defrontar com as transformações sociais sucedidas com a efetivação do capitalismo, como modelo econômico e da burguesia como classe hegemônica. O social, em Balzac, é figurado considerando as transformações socioeconômicas constituídas durante a transição do Antigo regime para o novo modelo societário burguês.

As meditações em torno do ensino de História, delineadas por Jörn Rüsen, valorizam a apreensão estética do mundo como uma forma de contribuição para formação da consciência histórica. Lukács, Adorno e Costa Lima, ao tracejarem o valor do campo artístico-literário, realçam como a arte possui um potencial de valorização humanístico, convergindo para um exame das contingências situadas na realidade

¹⁰² BALZAC, 2015, p. 86.

¹⁰³ MARX, 2016, p. 5.

¹⁰⁴ Friedrich Engels, em uma carta endereçada a Margaret Harkness, ponderou que seria possível, “(...) mesmo no que respeita aos pormenores econômicos”, entender a complexidade das relações sociais na França do século XIX através dos escritos de Honoré de Balzac. Engels ainda é mais enfático ao afirmar que aprendeu mais sobre o capitalismo e Balzac do que em “(...) em todos os livros de historiadores, economistas e profissionais de estatística da época” (ENGELS; MARX, 1971, p. 197).

¹⁰⁵ LUKÁCS, 1965, p. 38.

externa. As obras culturais, nessas diversas percepções, contribuem, portanto, para uma apreensão crítica das estruturas sociais.

Em Rüsen e Lukács há um pensamento que valoriza o estético.¹⁰⁶ Para Rüsen, a história crítica deve salientar as “contingências do presente”.¹⁰⁷ Há aqui uma consonância com o Adorno, na medida em que o intelectual da escola de Frankfurt também concebe esse elemento como sendo vital para as produções artísticas. Para Adorno, a arte não é meramente, reflexão, ela é também conscientização. Em Costa Lima e Gagnebin há também o potencial de transformação do campo artístico que, por caminhos distintos, através do erro e do exercício da imaginação, concebem formas de aprendizado através da arte.

Jörn Rüsen comenta em *História viva* que a arte é “(...) uma articulação do superávit intencional próprio à vida humana prática, que vai além da facticidade das circunstâncias da vida e do que meramente ocorreu”.¹⁰⁸ A arte, absorve também os elementos de sentido que estão “além do horizonte da experiencial da consciência histórica”.¹⁰⁹ O campo estético, assim como a religião, permite aos sujeitos darem um salto para o “meta-histórico” através do uso da imaginação.¹¹⁰ Por isso é importante para o historiador trabalhar a sua didática e seus modos de exposição dos temas abordados em sala de aula. Aqui, há uma confluência entre Jörn Rüsen e Luiz Costa Lima. Vislumbra-se nas produções artístico-literárias uma riqueza de conteúdo capaz de modificar a percepção e causar transformações na forma como os sujeitos concebem os problemas do presente e a história. A imaginação literária é posta em exercício em favor da construção de novas formas de investigação do passado. Está situada, portanto, a relevância da obra literária e da obra literária balzaquiana para uma compreensão crítica do passado.

¹⁰⁶ RÜSEN, 2014, p. 184 e LUKÁCS, 1965, p. 32.

¹⁰⁷ RÜSEN, 2014, p. 183.

¹⁰⁸ Ibid., p. 132.

¹⁰⁹ Ibid., p. 133.

¹¹⁰ Ibid., p. 133.

2. A TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO: DO MUNDO DA NOBREZA AO COMPORTAMENTO BURGUEÊS

2.1 O feudalismo na transição para o capitalismo

Entender os processos históricos é compreendê-los em suas especificidades. Examinar objetos de estudo na Idade Média, Idade Moderna ou o mundo contemporâneo, em resumo, qualquer tema histórico, é situá-lo (posicioná-lo) em um local, em um momento da história. Examinando essas sinuosidades que envolvem uma pesquisa, é possível argumentar que mesmo ela se harmonizando as exigências de um determinado campo de estudo como, por exemplo, o campo histórico, a abstração, em algum momento, pode se tornar parte da investigação. Alfred Schütz, em *A construção significativa do mundo social*, argumenta:

Certamente, toda ação econômica tida em perspectiva remete a um indivíduo econômico agente, mas este é absolutamente anônimo; não é um ego, um tu, um empresário ou um *homo economicus* em geral, senão que a ele corresponde simplesmente apenas um impessoal universal.¹¹¹

Nesta compreensão, as ações econômicas remetem, em geral, a um indivíduo (agente). Toda ação econômica, portanto, tem sua origem em um indivíduo específico. Todavia, esse agente é anônimo para efeitos da abstração intelectual. Nesse cenário, os agentes econômicos não são reconhecidos pelas suas respectivas identidades pessoais; eles fazem parte de um processo “impessoal”. A identidade do agente econômico é transcendida (de forma societária) e percebida como um “impessoal universal”. Schütz argumenta sobre a “tipificação”:

Em relação à constituição de tipos ideais de contemporâneos, isso significa sobretudo que a ordem vigente serve como esquema para interpretação do tipo. Ela estabelece determinados cursos de agir e tipos ideais pessoais como necessários, na medida em que aquele que aceita esses tipos-padrão e por eles se orienta tem uma alta medida de probabilidade de que seu comportamento seja adequadamente interpretado por contemporâneos, igualmente orientados pela mesma ordem.¹¹²

A tipificação é, nesta argumentação, um esquema conceitual que acumula as vivências/experiências de uma pessoa ou grupo no mundo social. Ela é, portanto, uma

¹¹¹ SCHÜTZ, 2018, p. 215.

¹¹² Ibid., p. 308.

representação, invariante da ação de um grupo (ou classe), abstraindo-se de suas características individuais.

A investigação proposta nesse capítulo orienta-se nesta perspectiva de Schütz. Em diversos momentos há uma abstração das principais características de um determinado grupo (ou classe) com o objetivo de elucidar a temática explanada para tornar didática a compreensão do *éthos* econômico de grupos (ou classes). Essa abstração, no entanto, é amparada na compreensão histórica e sociológica de diversos intelectuais e pensadores das ciências humanas.

Peter Berger e Thomas Luckmann, em *A construção social da realidade* (1966), realçam que o comportamento humano não é “inerente” à subjetividade. Para eles, o comportamento humano não é determinado por si só; pelo contrário, é resultado das interações e laços sociais estabelecidos pelos indivíduos com diferentes estruturas institucionais, classes e religiões. Em suma, ele é uma implicação das relações sociais desenvolvidas pelos indivíduos.

Sobre o desenvolvimento das relações sociais, Berger e Luckmann argumentam que ela é composta por um processo de interiorização.¹¹³ É através do processo de interiorização que os sujeitos efetuam uma “apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido”.¹¹⁴ Esse processo, na argumentação dos sociólogos, não é resultado de “criações autônomas de significado”; é o oposto, o processo de interiorização da realidade social tem sua gênese com os sujeitos assumindo o mundo que outras pessoas já habitam.¹¹⁵

O conceito de *éthos*, entendido nessa pesquisa como uma série de padrões, modelos de conduta, valores e costumes de uma comunidade, classe ou grupo social, esboça as normas e valores sociais constitutivos desses agrupamentos. Berger e Luckmann ponderam que a realidade social é construída por intermédio de um processo contínuo de desenvolvimento de relações sociais, no qual os seres humanos interiorizam/internalizam normas, valores e significados partilhados em sua sociedade. Esse processo de interiorização implica que as estruturas sociais são incorporadas na consciência individual, modelando as percepções e os comportamentos dos indivíduos. Para os sociólogos, de: (...) “fato, a identidade é objetivamente definida como

¹¹³ BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 174.

¹¹⁴ Ibid., p. 174.

¹¹⁵ Ibid., p. 174.

localização em um certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada juntamente com este mundo”.¹¹⁶

Berger e Luckmann concluem que todas as identificações com o mundo se engendram em sintonia com o horizonte que implica um “mundo social específico”.¹¹⁷ O processo de socialização, no qual os seres humanos estão inseridos, resulta na interiorização dos valores dispersos no espaço social. É aqui que se situa a riqueza do conceito de *éthos*, pois o conceito expressa os valores que estão dispersos no espaço social e interiorizado no processo de socialização. Com o estudo do *éthos* é possível detalhar as condutas de diversas classes (ou grupos) e suas implicações para o “sucesso” (adaptação social) desses sujeitos. Entretanto é importante salientar que essa interiorização/formação nem sempre corresponde a uma aceitação absoluta dos valores nos quais os seres humanos são instruídos a seguirem. Há sujeitos que não se adequam, assim como outros que fingem uma adequação (como no exemplo do cinismo).

Levando em consideração essas ponderações, o estudo do conceito de *éthos* adquire importância. Na investigação para se tentar definir o “espírito do capitalismo”, Max Weber procurou definir o conceito de *éthos* como, “(...) um determinado estilo de vida regido por normas e folhado a ética”.¹¹⁸ Ele explorou a relação entre a ética protestante e o espírito do capitalismo em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (*Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*), publicada pela primeira vez em 1905.

O conceito de *éthos*, entretanto, não só se restringe ao estudo da ética protestante. Com esse conceito é possível se investigar como determinadas formas de comportamento podem ser dimensionadas e compreendidas em momentos históricos particulares. O conceito de *éthos* pode ser importante também para se verificar a transição entre modelos societários e como esse processo (de transição) forma os sujeitos históricos e modifica suas atitudes, seus interesses e suas percepções. Em resumo, o estudo do conceito de *éthos* permite compreender como determinados comportamentos e atitudes são internalizados do meio social.

Para sondar a constituição do *éthos* nobre em transição para o *éthos* burguês calvinista, delineado por Weber, é importante se examinar o poder da Igreja Católica no

¹¹⁶ Ibid., p. 177.

¹¹⁷ Ibid., p. 177.

¹¹⁸ WEBER, 2004, p. 283/284.

período medieval e o debate em torno da usura. Nesse momento histórico a Igreja Católica exerceu um forte poder político. Em consonância com Georges Duby e Jacques Le Goff, Francisco José Silva Gomes define esse momento histórico como “Cristandade” em decorrência da força religiosa que o cristianismo católico apostólico romano vai exercer nesse período. A Cristandade é definida por Gomes (2002) dessa forma:

(...) um sistema de relações da Igreja e do Estado (ou qualquer outra forma de poder político) numa determinada sociedade e cultura. Na história do cristianismo, o sistema iniciou-se por ocasião da *Pax Ecclesiae* em 313 e deu origem à primeira modalidade de Cristandade dita “constantiniana” a qual se apresenta como um sistema único de poder e legitimação da Igreja e do Império tardo romano.¹¹⁹

Para Gomes a Cristandade é uma construção cultural e social que vai além dos arcabouços eclesiásticos. Ela é parte da construção identitária das nações europeias. Assim também como para Duby e Le Goff, prevalece, nos estudos medievais, a conceituação de que a Cristandade não se reduzia apenas ao domínio religioso; ela também influenciava a política, a economia e outras áreas da vida medieval.¹²⁰

Não havia, nesse momento, uma separação de instâncias entre o religioso e o político. Então, o que era definido nos debates eclesiásticos da Igreja Católica, poderia ser aplicado como lei de Estado em decorrência das relações entre o poder real (nobre/aristocrático) e o poder religioso (clerical).¹²¹ A Cristandade, nesse momento, representa o poder político e ideológico que a Igreja Católica exerce sobre a sociedade europeia no contexto histórico medieval (do século V ao século XV). Ainda sobre a Cristandade, Gomes comenta:

As características gerais desta modalidade “constantiniana” de Cristandade são, entre outras, o cristianismo apresentar-se como uma religião de Estado, obrigatória portanto para todos os súditos; a relação particular da Igreja e do Estado dar-se num regime de união; a religião cristã tender a manifestar-se como uma religião de unanimidade, multifuncional e polivalente; o código religioso cristão, considerado como o único oficial, ser todavia diferentemente apropriado pelos vários grupos sociais, pelos letrados e iletrados, pelo clero e leigos.¹²²

¹¹⁹ GOMES, 2002, p. 221.

¹²⁰ DUBY, 1982, p. 111.

¹²¹ Na obra de Georges Duby, *As três ordens ou o imaginário do feudalismo* há uma passagem que realça a influência do poder clerical sobre o poder dos reis: “(...) o rei é um bispo entre os bispos: para exercer a segunda função, não pode passar sem o conselho dos bispos” (Ibid., p. 61). Os reis, portanto, estavam submetidos as decisões do poder clerical: eles, os reis estavam sujeitos “(...) ao poder de Cristo, à lei divina, por consequência à Igreja, por consequência aos bispos” (Ibid., p. 61).

¹²² GOMES, 2002, p. 221.

O código religioso católico, em harmonia com a citação, é adotado como oficial e universal. Oficial em decorrência da junção entre Igreja Católica e poder político, Universal em decorrência do propósito da mensagem cristã que realça Jesus Cristo como o único salvador da humanidade.¹²³

Além disso, a religião católica na Cristandade é utilizada como justificativa para as relações econômicas e sociais. Um dos temas recorrentes nesse momento histórico, nas palavras de Georges Duby, era a desigualdade. A Igreja Católica era portadora da mensagem que justificava a ordem estabelecida. Dessa forma, os clérigos afirmavam que até entre os anjos há arcanjos “(...) que manifestamente não são iguais, que diferem uns dos outros em poder e em ordem”.¹²⁴ Se a desigualdade se situava no plano divino, então, na acepção dos eclesiásticos, era natural que ela estivesse presente entre os homens.¹²⁵

Na acepção de Gomes (2002), a religião na Cristandade medieval fornece “(...) a explicação e a justificação das relações sociais no plano das representações e discursos”.¹²⁶ Outro fator importante é que esse sistema de práticas, constituído pela instituição Igreja Católica, ambicionava uma reprodução no social. Casos como a justificação da desigualdade, mencionada anteriormente, se alicerçavam na argumentação religiosa, e assim eram aceitos como sendo a “verdade”. Nas palavras de Gomes:

Ora, a ideologia era, na cristandade medieval, eminentemente religiosa, sacralizadora do poder, das autoridades, da ordem vigente (Ordo). As relações senhoriais e servis, sobretudo a partir dos séculos X-XI, eram tão arbitrárias que só podiam justificar-se apelando para uma sanção meta-social. As relações sociais apareciam na consciência dos agentes sociais como “naturais” e necessárias, naturalizadas portanto. As práticas sociais delas decorrentes eram percebidas não como uma imposição, mas como atos voluntários ou como deveres morais e religiosos.¹²⁷

¹²³ No livro de Epístola aos Gálatas o universalismo cristão é realçado de forma bastante enfática: “Não há judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher, pois todos são um em Cristo Jesus”. Gálatas, Capítulo 3, Versículo 28.

¹²⁴ DUBY, 1982, p. 49.

¹²⁵ A obra de Frago (2024) *A sociedade perfeita: as origens da desigualdade social no Brasil* esboça como a Igreja Católica justificava a existência das desigualdades sociais na tradição: “(...) a superioridade dos senhores sobre os camponeses decorria da natureza, pois assim determinou Deus”.

¹²⁶ GOMES, 2002, p. 222.

¹²⁷ Ibid., p. 222.

O poder, portanto, era sacralizado pela figura da Igreja Católica. A naturalização das relações sociais determinadas pela instituição ocorria através da justificativa do poder divino da instituição, que, na maioria dos casos, não encontrava resistência entre os grupos sociais.¹²⁸ Havia, portanto, um “poder integrador”, que geria as relações e a coesão social. Mas, os indivíduos não seguiam esse poder de forma despropositada: a promessa de salvação e a superação do sofrimento presente era uma das motivações principais para a aderência dos comportamentos religiosos.¹²⁹

Vivia-se, nesse cenário, um momento de busca escatológica do que estaria *por vir*. O evangelho bíblico anuncia o *escathon* de forma que o fiel deve seguir trilhando um caminho prescrito pela salvação de sua alma. Havia uma expectativa diante da *parusia*: a chegada do Reino de Deus.¹³⁰ Todos os fiéis, portanto, deveriam arrepender-se de seus pecados de forma a garantir a salvação; mas, o “arrependimento” por si só, e na lógica da Igreja, não levava ao *Paradisus*, como se verificará adiante.

Esboçado, nesse primeiro momento, a influência do catolicismo sobre as relações sociais e o poder político na Europa medieval, é necessário então investigar a influência da Igreja nas relações econômicas. Jacques Le Goff, em *A bolsa e a vida*, realiza um estudo sobre a usura. Para Le Goff, a usura é um dos grandes problemas do século XIII. O medievalista francês argumenta que a polêmica em torno da usura constitui, de certo modo, “o parto do capitalismo”.¹³¹ Nesse instante, verifica-se um embate entre aqueles que têm por meta a “(...) legitimação do lucro lícito” e a sua distinção em relação à usura como lucro ilícito.¹³²

Le Goff argumenta que com as transformações socioeconômicas ocorridas na Europa a partir século XIII, o catolicismo logo adotará uma postura “controversa”. Se balizando pelas escrituras, diversos clérigos vão condenar o acúmulo de riqueza. Em Eclesiastes capítulo 31, versículo 5, a mensagem é clara: “Aquele que ama o dinheiro não escapa do pecado, o que persegue o lucro iludir-se”.¹³³

¹²⁸ Em grande parte, a Igreja conseguia uma aderência de seu modelo de conduta no espaço social. A devoção da população europeia no medievo expressa a materialidade dessa afirmação. Entretanto, não são todos os sujeitos que vão aderir as postulações católicas. No século XIV, as insatisfações com o dogma católico já começam a adquirir formato com as propostas reformistas de Jan Hus e John Wycliffe (KUHNS, 1907, p. 24).

¹²⁹ Ibid., p. 222.

¹³⁰ DUBY, 1982, p. 61.

¹³¹ LE GOFF, 1989, p. 5.

¹³² Ibid., p. 6.

¹³³ Citação extraída da obra de Jacques Le Goff *A bolsa e a vida* (LE GOFF, 1989, p. 6).

Mateus, o publicano que se tornou apóstolo de Jesus, argumenta: “Ninguém pode servir a dois senhores: ou odiará a um e amará o outro, ou se afeiçoara ao primeiro e desprezara o segundo. Não podeis servir a Deus e a Mammon”. Na argumentação de Le Goff, Mammon: “(...) simboliza, na literatura rabínica tardia, a riqueza iníqua, o dinheiro”.¹³⁴ Nesse sentido, a postura do clero católico era firme, e exigir mais do que se deu, era um pecado fatal ao católico.

Um *addendum* à reflexão agora se faz necessário. Para se explicitar melhor como a leitura sobre a usura vai adquirir uma nova conotação é importante examinar a situação da burguesia, dos servos e das mulheres no período medieval. Deve-se salientar que com o avanço do comércio e o desenvolvimento das atividades econômicas, nos séculos que sucedem o século XIII, uma nova classe irá emergir: a burguesia (*bourgeoisie*). Os mercadores, negociantes e artesãos, em conjunto com outros membros da burguesia, vão se “desconectar” dos vínculos de fidelidade feudais e dos princípios de condenação do lucro. Agora, a usura irá receber uma nova leitura.

Em seus primeiros momentos como classe figurante nas relações econômicas a burguesia estará envolta de uma leitura negativa por parte da aristocracia. A aristocracia, portanto, cria o “feio”, o “ruim” em sintonia com as condutas dos grupos sociais que habitavam as cidades: os vilões. Há, portanto, já nesse instante, um confronto entre os valores da aristocracia e da nascente burguesia. Agora, os membros dessa classe emergente ambicionam oportunidades de lucro e acumulação de capital em um ambiente cada vez mais monetário e comercial.¹³⁵ Há aqui uma nova prática econômica com sua subsequente mentalidade, desvinculada do sistema de honra e fidelidade da aristocracia.

Maurice Dobb em sua obra *A evolução do capitalismo* traz alguns fatos sobre esse processo de diluição das relações feudais:

Nos artesanatos urbanos e no aparecimento de agricultores livres de boa ou média posição, vemos um modo de produção que conquistara sua independência em relação ao feudalismo: a pequena produção do trabalhador-proprietário, artesão ou camponês, que não era ainda capitalista, embora

¹³⁴ Ibid., p. 6-8.

¹³⁵ Em Shakespeare há uma percepção negativa em realce sobre os sujeitos que habitavam as cidades: Edmundo: “(...) culpamos pelos nossos desastres o sol, a lua e as estrelas, como se fôssemos vilões por necessidade, tolos por compulsão celeste, safados, ladrões e traidores por predominância das esferas, bêbados, mentirosos e adúlteros por obediência forçada às influências planetárias” (SHAKESPEARE, 1997, p. 34).

contivesse em si o embrião das relações capitalistas e até mesmo sinais de submeter-se ao capital de fora.¹³⁶

No início desse processo explanado por Dobb, as Guildas e Corporações de ofício vão ser relutantes em aceitar a liberdade de mercado. Segundo o historiador, a legislação do século XIV: “(...) roubava dos homens livres mais pobres o que antes os distinguira dos *villani adscripti glebae*: a liberdade de mudar-se à vontade”.¹³⁷ Nesse contexto histórico, as relações entre os produtores e seus senhores e patrões, ainda perpetuava o “involucro da ordem feudal”.¹³⁸ Porém, os alicerces das relações feudais já demonstravam algumas fraturas. Essa transformação de postura foi seguida por uma alteração nas relações sociais e econômicas. A fidelidade medieval (relação de suserania e vassalagem), fundamentada na obrigação pessoal e na lealdade aos senhores feudais, cede espaço à busca do interesse próprio e à busca do lucro. Na nova conjuntura, um novo *éthos* transparece: as relações feudais, aos poucos, vão sendo contaminadas em favor da nova racionalidade econômica emergente.¹³⁹

Em lugar da lealdade pessoal, as relações entre indivíduos advirão a ser conduzidas por contratos e acordos comerciais, onde o valor da mercadoria e o interesse próprio se tornaram os principais motivos das interações sociais e econômicas. No modelo de conduta nobre, que antecede a ascensão do mundo burguês, o trabalho é envolto de uma percepção negativa. No modelo de conduta nobre deve transparecer uma educação refinada, boas relações sociais na corte e, principalmente, a liberdade para gastar.

Além disso, com a emergência de uma nova relação de trabalho, a condição dos servos também será afetada. No feudalismo medieval, o senhor feudal é quem detinha o poder sobre o feudo e, possuindo o poder sobre esse espaço, também possuía poder sobre os servos que no seu feudo residiam. Pode-se argumentar que, no medievo, as relações de mercado eram incipientes. Não que não existissem relações comerciais; no entanto, essas relações eram, extremamente, reduzidas em diversas localidades da Europa. A principal fonte de aquisição de recursos para a alimentação era oriunda do trabalho servil. Sobre as relações entre senhores (feudais) e servos, Huberman comenta:

¹³⁶ DOBB, 1983, p. 16.

¹³⁷ Ibid., p. 17.

¹³⁸ Ibid., p. 17.

¹³⁹ Sobre transformação da conduta nobre, no próximo tópico ela será examinada em sintonia com o estudo da corte francesa esboçado por Norbert Elias.

E no que se relacionava ao senhor, esta pouca diferença fazia entre o servo e qualquer cabeça de gado de sua propriedade. Na verdade, no século XI, um camponês francês estava avaliado em 38 soldos, enquanto um cavalo valia 100 soldos! Da mesma forma que o senhor ficaria aborrecido com a perda de um boi, pois dele necessitava para o trabalho da terra, também o aborrecia a perda de qualquer de seus servos — gado humano necessário ao trabalho na terra. Por conseguinte, se o servo não podia ser vendido sem a terra, tampouco poderia deixá-la.¹⁴⁰

Constata-se, na apreciação de Huberman, que os servos constituíram a base da mão de obra trabalhista durante o medievo. Os servos se encontravam “enraizados” ao feudo do qual faziam parte e do qual não podiam dissociar-se. Em resumo, os servos permaneciam ligados aos senhores feudais e não podiam descumprir, sob pena de punição jurídica, os mandos e desmandos de seus senhores.¹⁴¹

Huberman apresenta uma visão da sociedade feudal na qual as relações entre senhores e servos se alicerçavam em um sistema de posse e dependência. Ele sublinha a “desumanização dos servos”, equiparando-os ao gado em termos de valor para o senhor feudal. A comparação direta entre o valor de um camponês e o de um cavalo ressalta a condição do servo na Idade Média. O tratamento que o servo recebia, nesse contexto, está conexo com a representação das ordens sociais no medievo. Na argumentação de Georges Duby, há uma representação ideológica no medievo. Duas eram dominantes: *oratores* e *bellatores*, os servos se enquadravam na última, os *laboratores*, que se subordinavam as outras ordens através do trabalho.¹⁴²

A condição do servo estava também sujeita a obrigações que deviam aos seus respectivos senhores, como o pagamento de impostos. Uma dessas obrigações era a corveia (*corvée*). Essa obrigação determinava que os servos tivessem que dedicar de três a quatro dias de trabalho nas terras do seu senhor. Outro tributo popular nesse contexto era a talha (*tallagium*). A talha consistia na repartição de metade da produção que o servo produzia, em seu manso servil, ao seu senhor feudal. Havia também a banalidade (*banalitates*): imposto que incidia no pagamento pelo uso das ferramentas do senhor como moinho e forno.

Ainda sobre a situação dos servos há uma passagem em *A história da riqueza do homem* (1936) que ajuda a compreender a posição desses indivíduos:

¹⁴⁰ HUBERMAN, 1981, p. 17.

¹⁴¹ Ibid., p.18.

¹⁴² DUBY, 1994, p. 117.

O camponês vivia numa choça do tipo mais miserável. Trabalhando longa e arduamente em suas faixas de terra espalhadas (todas juntas tinham, em média, uma extensão de 6 a 12 hectares, na Inglaterra, e 15 a 20, na França), conseguia arrancar do solo apenas o suficiente para uma vida miserável. Teria vivido melhor, não fora o fato de que, dois ou três dias por semana, tinha que trabalhar a terra do senhor, sem pagamento. Tampouco era esse o único trabalho a que estava obrigado.¹⁴³

A citação de Huberman esboça a condição de inferioridade e exploração vivenciada pelos camponeses no medievo. Ele descreve a moradia precária do camponês em uma choça humilde, ressaltando as condições de vida deploráveis em que os servos se encontravam. O trabalho árduo nos pequenos lotes de terra do camponês é mencionado como fonte de sustento; porém, mesmo após todo o seu esforço, apenas o mínimo necessário para uma vida difícil é obtido.

Como verificado anteriormente, e conexo com as relações econômicas no medievo, a posse da terra é, portanto, caracterizadora do “nível” de riqueza de um determinado indivíduo ou instituição. Nesse cenário, a posse da terra representava a riqueza dos senhores feudais: quanto mais terras, em geral se possuía mais vassalos e mais servos. Mas como os senhores feudais conseguiam terras? Aqui, deve-se evidenciar as relações de suserania e vassalagem. Um senhor que obtivesse êxito em uma batalha adquiria concessões de terra do rei. É a fidelidade, por exemplo, que gera a condição de um determinado indivíduo com detentor de uma extensão de terra.

Destaca-se também que é na terra que se promove a produção econômica de grande parte do que se necessitava para viver: “(...) no período feudal, a terra produzia praticamente todas as mercadorias de que se necessitava e, assim, a terra e apenas a terra era a chave da fortuna de um homem”.¹⁴⁴ E como a terra era objeto de disputa por aqueles que ansiavam se tornar cada vez mais prósperos, esse contexto é submerso em conflitos.¹⁴⁵

As mulheres, no medievo, também não estavam alheias ao intenso poder do senhor feudal. Aquelas que pertenciam a um determinado feudo necessitavam da permissão de seus senhores feudais para se casarem.¹⁴⁶ É possível verificar tal afirmação em um relato da época:

¹⁴³ HUBERMAN, 1981, p.14.

¹⁴⁴ Ibid., p. 19.

¹⁴⁵ DUBY, 1994, p. 223.

¹⁴⁶ HUBERMAN, 1981, p.21.

Eu, Matilda, Condessa de Nevers, dou a conhecer a todos quantos vejam esta carta que jurei sobre o sagrado Evangelho a meu senhor mais querido, Philip, pela graça de Deus o ilustre rei de França, que lhe prestarei serviços bons e fiéis contra todos os homens e mulheres vivos, e que não casarei senão por sua vontade e graça.¹⁴⁷

É exposto nessa citação um exemplo da prática de vassalagem no contexto feudal, onde a Condessa de Nevers presta juramento de lealdade e serviço ao seu senhor: o rei da França. Ao fazê-lo, ela confirma a sua submissão ao rei e sua disposição em servi-lo fielmente. Esse juramento de fidelidade e obediência ilustra a configuração, a estrutura hierárquica e as relações de poder características do sistema feudal. O juramento inclui também a promessa de não se casar sem a vontade e a graça do seu senhor, esboçando a influência e o controle que os senhores feudais exerciam sobre a vida pessoal de seus vassalos. Essa cláusula ilustra como os senhores captavam não apenas autoridade política e econômica; mas, tem influência sobre aspectos íntimos da vida de seus súditos, como o casamento.

Até mesmo as viúvas que, porventura, desejassem possuir novos laços matrimoniais deviam pagar uma multa e prestar contas aos seus senhores. E se caso a referida viúva não desejasse se casar novamente, necessitaria também de pagar uma multa para não se encontrar em posição de ser obrigada a se casar com alguém de acordo com a vontade do seu senhor. Há um relato de época que revela a complexidade de tal situação: “Alice, Condessa de Warwick, presta contas de 1.000 libras e 10 *palafréns* para que lhe seja permitido permanecer viúva por tanto tempo quanto o desejar, e não ser obrigada a casar-se pela vontade do rei”.¹⁴⁸

Aqui se delineia o *éthos* medieval, regido por uma ideologia que naturaliza a realidade social e é orientada pelo sagrado da Cristandade. Porém, é importante ressaltar que o *éthos* não é somente regido por uma “ideologia”. Ele é um estilo, uma forma de comportamento que é incorporado (interiorizado) através das vivências sociais dos indivíduos.

O *éthos* medieval é caracterizado por intrincadas relações de fidelidade e compromissos econômicos e militares; ele pode ser representado pelo modelo de relação social - suserania e vassalagem. Sob o feudalismo, os servos se encontravam

¹⁴⁷ Ibid., p. 21.

¹⁴⁸ Ibid., p. 21.

enclausurados ao feudo, não apenas em termos de trabalho e produção. Mas, também em suas obrigações sociais. Essa dinâmica social não apenas atribui formato às relações entre senhores e vassalos; ela permeava toda a estrutura da sociedade medieval. O *éthos* medieval, portanto, não se restringia somente a questões práticas ou econômicas. Porém, envolvia uma incorporação de valores e normas referentes aos modelos de conduta de cada ordem.¹⁴⁹ É crucial entender esse contexto para apreciar, plenamente, a transição para o capitalismo e como essa transição implica não apenas em mudanças econômicas, contudo também em transformações nos outros níveis sociais.

Porém, após essa reflexão, uma pergunta pode ser oportuna nesse momento: onde se encontrava a Igreja Católica em meio a esse processo? Ela somente justificava a naturalização das relações sociais ou ela se envolvia também nas relações econômicas? Duby e Huberman concordam que a Igreja católica era parte e membro fundamental da coesão social consolidada no sistema feudal.¹⁵⁰ Todas as relações constituídas possuíam a “rubrica” dessa instituição que também era uma das maiores proprietárias de terra:

(...) A Igreja constituía uma organização que se estendeu por todo o mundo cristão, mais poderosa, maior, mais antiga e duradoura que qualquer coroa. Tratava-se de uma era religiosa e a igreja, sem dúvida, tinha um poder e prestígio espiritual tremendos. Mas, além disso, tinha riqueza, no único sentido que prevalecia na época — em terras.¹⁵¹

Se utilizando do controle da vida espiritual a Igreja Católica conduzia e adquiria, constantemente, grande prestígio em relação aos reis. Em alguns casos, o seu poder se expandia para além do poder real. A razão pela qual a Igreja Católica possuía uma grande quantidade de terras e poder está associada ao seu papel como instituição que justifica a ordem vigente.

Diversos homens, preocupados com a vida pós-morte, doavam parte de suas propriedades (terras) à Igreja Católica. Outros, crendo que a Igreja Católica possuía um papel importante na ajuda aos mais necessitados (doentes, pobres e pessoas em situações delicadas), também lhe doavam terras. Os reis, ao vencerem as guerras, doavam parte das terras conquistadas à Igreja. Assim, para além da fé, essas figuras

¹⁴⁹ A nobreza realça seu modelo de conduta nesses momentos, com todos os regimentos e liturgias que envolvem o “ser nobre”.

¹⁵⁰ Ibid., p. 22.

¹⁵¹ Ibid., p. 22.

acreditavam que poderiam resguardar sua alma no paraíso (éden) ao cederem riquezas à Igreja. Dessa forma, a Igreja católica possuía uma rede de clérigos que administravam suas propriedades: bispos e abades estavam muito próximos de condes e duques na estrutura feudal.¹⁵²

Entretanto, a imersão da Igreja Católica nas relações econômicas no medievo não se reduz somente a doações e acúmulo de riquezas; a Igreja Católica também procura ditar as regras do jogo econômico. Mesmo se constituindo como uma das instituições mais ricas desse período histórico, ela não abandona os debates sobre a constituição da riqueza dos indivíduos. Como organização que institui os padrões sociais a serem abraçados é relevante iluminar como a instituição irá se posicionar diante das transformações econômicas. Aqui se retoma a reflexão sobre a usura, já que a Igreja adota uma nova postura diante de um comportamento que até então era tido como um dos maiores pecados.

Durante quase todo o medievo o empréstimo de dinheiro a juros assim como qualquer prática econômica que ambicionasse adquirir mais do que lhe era devido seria considerada um pecado. A marca da Igreja Católica certificava tal atitude, pois essa prática era considerada como “usura”, e, portanto, um desvio de conduta. Como o comércio nessa época era incipiente, as medidas contra a cobrança de juros foram adotadas não somente pela Igreja Católica; porém, também pelos governos que regiam os Estados.

Sobre a situação dos sujeitos que procuram adquirir empréstimos durante esse contexto a citação abaixo se mostra importante:

Naquela sociedade, onde o comércio era pequeno e a possibilidade de investir dinheiro com lucro praticamente não existia, se alguém desejava um empréstimo, certamente não tinha por objetivo o enriquecimento, mas precisava dele para viver. Tomava o empréstimo simplesmente porque alguma desgraça lhe ocorrera. Talvez lhe morresse a vaca, ou a seca lhe tivesse arruinado as colheitas. Estava em má situação e necessitava de ajuda. De acordo com o sentimento medieval, a pessoa que, nessas circunstâncias, o ajudasse, não deveria lucrar com sua desventura. O bom cristão ajudava o vizinho sem pensar em lucro. Se emprestava a alguém um saco de farinha, esperava receber de volta apenas um saco de farinha, e nada mais. Se recebesse mais, estaria explorando o companheiro — o que não se considerava justo. O justo era receber apenas o que se emprestara, e nada mais nem menos.¹⁵³

¹⁵² Ibid., p. 22.

¹⁵³ Ibid., p. 46.

Segundo essa leitura, no contexto medieval, havia a percepção de que aqueles que porventura procurassem adquirir algum empréstimo buscavam não obter riqueza, mas, livrar-se de alguma dificuldade. Em resumo, sobreviver. O “bom” cristão, portanto, é aquele que auxilia sem esperar nada a mais em troca. Na leitura da Igreja Católica, no medievo, se um determinado sujeito realizava algum tipo de ação assistencialista que não visasse somente à ajuda ao próximo estaria esse sujeito explorando o seu semelhante, ou seja, cometendo um pecado que poderia lhe custar à alma.¹⁵⁴

Le Goff evidencia que o dominicano Etienne de Bourbon no século XIII condenava a usura a considerando, em primeiro lugar, “um roubo”. Não somente esse dominicano como outros clérigos da Igreja Católica vão aderir a essa perspectiva, como Santo Anselmo e o comendador Pedro Lombardo. Entretanto, será em Tomás de Aquino que a condenação da usura adquire um caráter também de condenação da reprodução do capital:

É pecado receber dinheiro como recompensa pelo dinheiro emprestado, receber uma usura?". Resposta: "Receber uma usura pelo dinheiro emprestado é em si injusto: pois se vende o que não existe, instaurando com isso manifestamente uma desigualdade contrária à justiça.¹⁵⁵

Tomás de Aquino responde à questão da usura argumentando que a sua prática consiste em receber juros demasiados pelo empréstimo de dinheiro, e a condena, veementemente, como uma prática injusta. O intelectual católico investiga que, ao cobrar juros excessivos, o sujeito que concede o empréstimo está barganhando o tempo.¹⁵⁶ Pois, o empréstimo não implica uma transferência de algo material, mas, sim na confiança de que o valor emprestado será restituído em um determinado período. Assim, ao cobrar juros sobre o empréstimo, o credor está “roubando” o tempo do devedor.

Essa era uma diretriz de suma importância para a Igreja Católica e seus membros: a usura devia ser condenada. Considerando o contexto histórico em que a instituição e seus representantes gozavam de grande aceitação e exerciam forte influência, dado que um número significativo de pessoas aderiam às normas

¹⁵⁴ LE GOFF, 2004, p. 6.

¹⁵⁵ AQUINO Apud LE GOFF, 2004, p. 24.

¹⁵⁶ LE GOFF, 2004, p. 30.

estabelecidas sem maiores questionamentos, a usura também era condenada no âmbito social. A Igreja fundamentava suas condenações à prática usurária, frequentemente, nos escritos bíblicos, que eram de grande valor para aqueles que seguiam o dogma católico: o lucro era visto como a ruína da alma, e o homem deveria priorizar seu bem-estar espiritual. Assim está escrito no livro de Mateus, do Novo Testamento, que era utilizado para combater a usura: “Que lucro terá o homem, se ganhar todo o mundo e perder sua alma?”.

Entretanto, mesmo com a Igreja se constituindo como a principal instituição a fazer oposição a realização dessa prática, ela irá se contradizer ao realizar o oposto do que pregava. Mesmo elaborando leis que combatessem a cobrança de juros, bispos e reis: “(...) estavam entre os primeiros a violar tais leis. Eles mesmos tomavam empréstimos, ou os faziam, a juros — exatamente quando combatiam outros usurários!”.¹⁵⁷ Porém, por que a Igreja Católica adota tal comportamento contraditório? Assim comenta Le Goff:

A usura é um dos grandes problemas do século XIII. Nessa data, a Cristandade, no auge da vigorosa expansão que empreendia desde o Ano Mil, gloriosa, já se vê em perigo. O impulso e a difusão da economia monetária ameaçam os velhos valores cristãos. Um novo sistema econômico está prestes a se formar, o capitalismo, que para se desenvolver necessita senão de novas técnicas, ao menos do uso massivo de práticas condenadas desde sempre pela Igreja. Uma luta encarniçada, cotidiana, assinalada por proibições repetidas, articuladas a valores e mentalidades, tem por objetivo a legitimação do lucro lícito que é preciso distinguir da usura ilícita.¹⁵⁸

Na argumentação de Le Goff, com o desenvolvimento do comércio a Igreja interioriza uma nova postura diante das demandas comerciais. Se antes, no plano jurídico e ideológico a instituição condenava a cobrança de juros como usura, agora a cobrança dos juros não é mais vista com “maus olhos”. Entretanto, essa nova adaptação diante do novo cenário econômico nascente não se dá de forma abrupta. Aos poucos a Igreja vai encontrando novas formas de lidar com a cobrança dos juros:

Que aconteceu então, quando a doutrina da Igreja, destinada a uma economia antiga, chocou-se com a força histórica representada pelo aparecimento da classe de comerciantes? Foi a doutrina quem cedeu. Não de uma só vez, evidentemente. Lentamente, centímetro por centímetro, nas novas leis que diziam: “A usura é um pecado — mas, sob certas circunstâncias...”, ou

¹⁵⁷ HUBERMAN, 1981, p. 48.

¹⁵⁸ LE GOFF, 2004, p. 6.

então: “Embora seja pecado exercer a usura, não obstante em casos especiais...”.¹⁵⁹

Visualiza-se então, em sintonia com a citação, uma alteração no *éthos* na transição do medievo para a formação dos Estados modernos: agora a doutrina católica recua diante do avanço do capitalismo comercial emergente no século XIV e XV. A usura e a obtenção do lucro através dos juros, concedidos como empréstimos, contraem uma nova conotação. Sendo assim, agora, “cobrança de juros” (usura), é vista como justa; pois, seria uma forma de assegurar ao sujeito que empresta um ressarcimento diante do risco que esse sujeito poderia encontrar se caso não recebesse o valor que emprestou.

Dessa forma, aos poucos, a usura, tão condenada pela Igreja Católica, foi desaparecendo em favor das novas demandas emergentes correspondentes a classe que iria adquirindo poder no decorrer do tempo: a burguesia. Agora, as novas demandas comerciais “forçam” a doutrina católica a se adaptar ao novo *éthos* econômico. Observa-se, portanto, que a reconfiguração dos comportamentos individuais não se limita somente à transição entre períodos históricos; ela está, igualmente, integrada às mudanças nas condutas e diretrizes das instituições, que ajustam suas práticas e valores às flutuações e transformações das relações econômicas ao longo do tempo.

Sob a perspectiva do *éthos* weberiano, como definido nessa dissertação, é possível sustentar que as normas e valores institucionais, como os defendidos pela Igreja Católica no medievo, delimitam o comportamento econômico dos indivíduos. Esse *éthos*, entendido como o conjunto de disposições éticas e culturais que orientam a ação dos indivíduos, expressa a “integração” entre crenças religiosas e práticas econômicas. Dessa forma, as flutuações nas diretrizes institucionais, como a condenação da usura, não só afetam os vários tipos de comportamento social, mas também anunciam uma moralidade específica que se ajusta às dinâmicas econômicas e históricas emergentes. Configura-se assim um padrão de ação que alinha o desenvolvimento econômico com postulados éticos.

Considerando as reflexões sobre as relações sociais e econômicas durante o período medieval, é possível, seguindo a conceituação de Max Weber, diferenciar as dinâmicas sociais e comerciais do medievo com o período que o sucede: o período de

¹⁵⁹ HUBERMAN, 1981, p. 49.

formação do capitalismo comercial e dos Estados nacionais modernos. Como dito anteriormente, o conceito de *éthos* objetiva delinear os valores, crenças e atitudes que condicionam o comportamento humano em um determinado grupo ou sociedade em um período histórico específico. Entende-se melhor uma forma de historicidade introjetada pelos indivíduos do meio social: um tipo de comportamento econômico adaptado às novas condições do capitalismo nascente.

Na era pré-capitalista, o *éthos* se situava profundamente enraizado nas tradições, no dogma católico e nas relações sociais hierárquicas. Valores como honra, fidelidade militar e dever exerciam significativa influência nas relações entre senhores feudais, seus vassalos e servos. Sendo assim, as relações econômicas no medievo eram comandadas pela autossuficiência e pela produção no feudo. Os sujeitos possuíam uma mentalidade direcionada para a sua subsistência, com pouca ênfase no lucro material ou no acúmulo de riqueza. A busca do lucro e o acúmulo de riqueza eram, moralmente, comportamentos circunscritos como pecado. O *ethos* do feudalismo, portanto, enfatiza a estabilidade com pouca mobilidade social e econômica para as classes inferiores. Cada parte do “corpo”, como justificava a Igreja, deveria exercer a sua função para que houvesse uma coesão entre o todo.

Com a gênese do capitalismo comercial houve, portanto, uma alteração substancial no *éthos* medieval. Valores como a iniciativa, busca pelo lucro e o individualismo adquirem demasiada importância. O capitalismo comercial incitou o desenvolvimento de uma mentalidade empreendedora. Agora, os indivíduos devem almejar oportunidades de negócios e investimentos objetivando o lucro pessoal. Sendo assim, com a emergência do capitalismo, se estimulou o desenvolvimento de uma mentalidade de competição, mas, também a fragmentação das relações sociais sob a égide das novas configurações sociais. Agora as relações sociais se alteram, deixam de ser pautadas pela lealdade, fidelidade militar e honra; porém, no individualismo e na busca do lucro: *business is business*.

A transição do feudalismo para o capitalismo comercial, nesse sentido, envolveu uma transformação gradual nos valores e atitudes dos sujeitos em relação ao trabalho, a propriedade e desenvolvimento econômico. O *éthos* feudal, que se alicerçava em relações pessoais e obrigações sociais, foi aos poucos sendo substituído por uma ética mais orientada para o mercado, onde o “sucesso” é medido pelo progresso econômico individual e pelo acúmulo de riqueza material. Essa transição não foi homogeneia e se

deparou com resistências, em muitos aspectos; porém, gradualmente moldou o comportamento humano em direção a uma mentalidade mais capitalista e orientada para o mercado. Em resumo, a análise da transição do feudalismo para o capitalismo comercial usando o conceito de *éthos*, de Max Weber, ilumina as alterações nos valores, crenças e atitudes que influenciaram o comportamento econômico humano nos períodos de transformação histórica.

2.2 O comportamento nobre em Norbert Elias

Em *A sociedade de corte*, Norbert Elias estuda a constituição das relações sociais no interior da corte do rei Luís XIV. Para o sociólogo, o “ser nobre” é realçado em consonância com as suas liturgias, normas e valores. Entretanto, é importante sublinhar, a conceituação das divergências comportamentais entre a nobreza cortesã do *Ancien Régime* e a burguesia ascendente no pós-Revolução Francesa não é uma tarefa simples. Uma ampla gama de intelectuais vai investigar esse momento transitório: as alterações no *éthos* nobre em transição para o *éthos* burguês. Porém, Elias vai contrair relevância nesse instante. Em seu estudo dos processos civilizatórios, Elias grifa os elementos constitutivos da nobreza cortesã em sintonia com a emergência de um novo grupo hegemônico, a burguesia.

Em primeiro lugar, é necessário se delinear o conceito de *éthos*. Este conceito alude ao caráter ou “espírito” distintivo de uma cultura, comunidade ou pessoa. Entretanto, na acepção sociológica de Elias, o *éthos* é apreendido como a “internalização” de normas sociais e comportamentos que estruturam a conduta dos sujeitos e contribuem para a estabilidade social. Elias expressa que ao longo do tempo, as sociedades desenvolvem um *éthos* específico que focaliza o autocontrole, a moderação e a supressão dos impulsos emocionais e comportamentos violentos.¹⁶⁰

Esse conceito é relevante, no pensamento sociológico de Elias, na avaliação de que, por intercessão do seu estudo, é possível compreender as alterações no campo das ações individuais e coletivas dos membros de uma classe e visualizar as condutas assumidas por esses sujeitos e o seu comportamento social e econômico. Deve-se atentar para o fato de que o sentido do conceito de *éthos* é distinto do seu similar *êthos*. *Éthos* está conexo com a ética, o costume, em resumo, é um princípio orientador das

¹⁶⁰ ELIAS, 2001, p. 85.

ações de uma pessoa, organização ou sociedade.¹⁶¹ Denotando outro sentido, o conceito de *éthos* está conexo já com o caráter e os hábitos morais.¹⁶²

Iluminada essa conceituação e distinção do conceito de *éthos* agora é necessário se apreender a configuração das relações entre a nobreza cortesã e o monarca. Elias inicia a sua argumentação explicando que o poder do monarca, na sociedade francesa do *Ancien Régime*, não era totalmente “absoluto”:

Tudo o que vinha das vastas possessões reais, de todas as partes do reino, tinha que passar pelo filtro da corte antes de chegar ao rei; e tudo o que vinha do rei tinha que passar pelo filtro da corte antes de chegar ao país. Mesmo o monarca mais absoluto só podia atuar sobre o seu país através da mediação dos indivíduos que viviam na corte.¹⁶³

Essa citação proporciona uma visão da estrutura e dinâmica das cortes nas sociedades monárquicas do *Ancien Régime*, especificamente, sobre a corte do rei Luís XIV. A investigação de Elias ilumina a centralidade da corte como uma “intercessora” fundamental entre o monarca e seu Reino. A inquirição do sociólogo tem sua gênese especificando como tudo que chegava das vastas possessões reais, representando os recursos e poder do rei em todo o reino, necessitava passar pelo “filtro” da corte antes de chegar ao monarca.

A corte, portanto, é o “ponto de acesso” decisivo para qualquer influência ou comunicação com o monarca, independentemente da distância geográfica das posses reais. Em sentido oposto, tudo que emanava do rei, representando e expressando sua vontade e autoridade, também necessitava incidir pela inquirição da corte antes de ser difundido pelo país. Essa dualidade de “filtragem” ratifica como a corte atua como uma “barreira protetora” em torno do monarca, controlando o fluxo de informações e influências que se aproximam do monarca e que partem do monarca.¹⁶⁴

Elias expressa a dependência do monarca em relação à corte: mesmo um rei que seja considerado “absolutamente” poderoso só pode desempenhar sua autoridade (sobre o reino) através da mediação dos nobres que compõem a corte.¹⁶⁵ Aqui fica vívida a importância dos cortesãos como mediadores entre o monarca e seus súditos. Tal postura

¹⁶¹ MANIERI, 2023, p. 144,145.

¹⁶² Ibid., p. 147

¹⁶³ ELIAS, 2001, p. 67.

¹⁶⁴ Ibid., p. 68.

¹⁶⁵ Ibid., p. 66.

indica que a governança é uma atividade coletiva que envolve a participação e influência de diversos membros da elite da corte.

Essa análise sociológica aviva a complexidade das relações de poder e influência na sociedade cortesã. A corte não é apenas um local físico onde o monarca reside; mas sim um centro de controle e mediação, onde as relações sociais e políticas são negociadas. Mesmo em uma estrutura de governo absolutista, o monarca não está totalmente isolado do restante da sociedade; porém, ele está conectado através de uma intrincada rede de relações com os membros da corte.

Outro ponto importante da investigação empreendida por Elias sobre a corte é a dualidade da conduta nobre: os nobres membros da corte são sujeitos “divididos” entre a cidade e o campo.¹⁶⁶ Elias realça que os membros da corte são, de fato, habitantes urbanos, pois vivem e trabalham nas cidades onde as cortes são estabelecidas. Entretanto, o sociólogo alemão considera que a conexão desses indivíduos com a vida urbana é menos sólida do que a dos cidadãos comuns ou dos profissionais urbanos. Nas palavras do sociólogo alemão:

Os homens da corte certamente são habitantes urbanos, e a vida na cidade, até certo ponto, imprime-lhes sua marca. Entretanto, sua ligação com a cidade com a cidade é menos firme que a dos cidadãos, dos profissionais urbanos. A maioria das pessoas da corte ainda possui uma ou mais residências no campo. É de tais lugares que costumam receber só seus nomes, mas também uma grande parte de seus rendimentos, além de retornarem para as suas propriedades rurais sempre que tem oportunidade.¹⁶⁷

Na perspectiva de Elias a vida na cidade imprime sua “marca” nos homens da corte até certo ponto, o que implica que eles absorvem aspectos da cultura e dos modos de vida cosmopolita (urbano). Porém, essa influência é “suavizada” pelo fato de que muitos membros da corte possuem residências no campo. Essa conexão com o ambiente rural é descrita por Elias como menos firme do que a dos cidadãos comuns que vivem na cidade.

É interessante notar que Elias aponta que a maioria das pessoas da corte não apenas mantém residências no campo; elas recebem parte significativa de seus rendimentos financeiros desses locais. Nesse sentido, o sociólogo sugere uma “dependência econômica” das propriedades rurais, o que pode influenciar suas atitudes

¹⁶⁶ Ibid., p. 69.

¹⁶⁷ Ibid., p. 69.

e comportamentos em relação ao campo e à cidade. Elias delineia que os membros da corte tendem a retornar, regularmente, às suas propriedades rurais sempre que possível. Existe, portanto, uma forte ligação emocional/social com o ambiente rural, mesmo que a vida na corte seja central para suas atividades e *status* social. Aqui se expressa à dualidade entre a cidade e o campo na vida da nobreza cortesã: essa dualidade, na acepção de Elias, ajuda a contextualizar a complexidade das identidades e das experiências dos indivíduos que habitavam as cortes.

Além desses aspectos a vida na corte é uma vasta “distribuição de funções” entre os nobres e seus criados. Há na corte uma profusão de criados com variadas colocações. Essa nuance enaltece, na perspectiva de Elias, o refinamento da etiqueta da sociedade da corte. Elias comenta que se pode visualizar nas residências nobres:

(...) o intendente da casa, que despacha todos os negócios para o senhor e a senhora. Há também o *maître d'hôtel*, que supervisiona os criados e anuncia, por exemplo, quando a mesa está posta. Para dar um exemplo especialmente característico, há não só uma cozinha grande, um pequeno “*garde-manger*”, onde as carnes mais apreciáveis (principalmente aves) são guardadas, mas também, além disso, um “*office*” com seu fogão e seus aparatos particulares – supervisionado por um *chef d'office* bem-distinto do *chef du cuisine* – onde as compotas, os condicionamentos e os doces finos são preparados (Ibid., p. 70).

Nesta citação há uma descrição detalhada da organização e estrutura das cortes, salientando os papéis e responsabilidades de diversos membros que compõem a estrutura responsável pelo funcionamento da residência dos cortesãos.

Primeiramente, Elias menciona o “intendente da casa”, que é encarregado de despachar todos os negócios para o senhor e a senhora da corte. Esse papel indica uma figura de autoridade e gestão dentro da casa, responsável por coordenar as atividades diárias e administrativas que envolvem a residência. Em seguida, ele menciona o “*maître d'hôtel*”, cuja responsabilidade é supervisionar os criados e anunciar quando a mesa está posta. Esse papel é decisivo para garantir que os eventos sociais, como as refeições, ocorram de acordo com os protocolos e etiquetas.

O sociólogo então apresenta a estrutura da cozinha da corte, enfatizando a presença de uma cozinha grande, um pequeno “*garde-manger*” para armazenar carnes de alta qualidade e um “*office*” separado com seu próprio fogão e aparatos particulares. Essa organização detalha a estrutura das operações culinárias em uma corte, onde não

apenas são preparadas refeições diárias, mas também compotas, conservas e doces finos.

Elias se refere também a distinção entre o “*chef d'office*” e o “*chef du cuisine*”, assinalando que esses profissionais eram responsáveis por distintos aspectos da culinária na corte. Essa especialização denota um alto nível de sofisticação e refinamento na preparação dos alimentos: a cozinha expressa um elevado *status* e prestígio na corte. Nota-se então a alta complexidade na execução e na preparação das tarefas domésticas da corte e as diferentes funções de cada membro desse espaço.

As instalações da sociedade de corte, como se verifica, possuíam um alto padrão de sofisticação. Nessas residências se visualiza os *appartements*: locais destinados a acomodar os visitantes. Em conjunto com os *appartements* havia as antecâmaras e “*salle de compagnie*”. Na acepção de Elias, as antecâmaras são “um símbolo da sociedade de corte do *Ancien Régime*”.¹⁶⁸ É ali que os lacaios e criado ficam aguardando as instruções de seus senhores.

Esses espaços realçam as diferenças sociais e o refinamento no interior da corte. O mundo do século XVIII é ausente da ideia de que os homens são iguais. A *Encyclopédie*, já considerada um documento relevante na época, sublinha que na França já não havia mais trabalho escravo, e dessa forma os servos deveriam ser considerados “homens livre”. Porém, Elias comenta:

Entretanto, até ela [a *Encyclopédie*] justificava a lei em vigor, segundo a qual os furtos domésticos eram punidos com a pena de morte, por exemplo. Em outras palavras, ela justifica de modo racional o que, do ponto de vista do *grand seigneur*, era uma consequência imediata da crença na desigualdade das camadas sociais, uma evidência para além de qualquer argumentação racional. Essa crença não precisava manifestar-se em maus-tratos aos criados. Podia ser expressa também por uma espécie de intimidade em relação a certos criados. Contudo, o que estava sempre presente nela era um distanciamento irremediável, o sentimento profundamente enraizado de que, quando lidavam com tais homens e mulheres que enchiam suas casas em contingentes maiores ou menores, tratava-se de uma outra raça humana, de gente “comum, do povo”.¹⁶⁹

Nesta citação o sociólogo alemão esclarece a concepção de mundo da sociedade cortesã. Em particular, ele examina a relação entre os nobres (grandes senhores) e seus criados. Juridicamente, havia a lei que punia os furtos domésticos com a pena de morte,

¹⁶⁸ Ibid., p. 60.

¹⁶⁹ Ibid., p. 71.

um exemplo extremo de justiça que realça a mentalidade e as normas sociais da época. No entanto, Elias analisa que embora essa lei pareça severa do ponto de vista moderno, ela era justificada pela crença enraizada/tradicional na desigualdade das camadas sociais. A aplicação rigorosa da lei residia na aceitação cultural da hierarquia social, na qual os nobres ocupavam uma posição superior.

Todavia, a crença na desigualdade nem sempre se manifestava em forma de maus-tratos aos criados. Pelo contrário, o sociólogo alemão delimita que, às vezes, podia ser expressa por meio de uma relação de intimidade com certos criados. No entanto, mesmo nessas situações, se localiza um “distanciamento irremediável” entre os nobres e seus servos. Apesar de qualquer proximidade percebida, existia uma separação fundamental entre os dois grupos, alicerçada em uma percepção de diferença social.

Elias descreve essa percepção dos criados como uma “outra raça humana”, sublinhando o modo como os nobres viam os criados como pertencentes a uma classe social distinta e inferior. Essa visão era reforçada pelo fato de que os criados eram percebidos como “gente comum, do povo”, aludindo a uma divisão clara entre as classes sociais dentro da sociedade de corte.

Contudo, algo curioso ocorre na residência real. Os nobres desempenham um papel similar em relação aos servos: se em suas residências os servos ficam de prontidão para atendê-los, na corte real são os *grands seigneurs* e as *grandes dames* que “(...) ocupam a posição de servidores na antecâmara do rei, esperando pelo aceno de seu senhor”.¹⁷⁰

O sociólogo alemão também traz a luz, em seu estudo da sociedade de corte, as relações matrimoniais.¹⁷¹ O sociólogo alemão principia a sua abordagem das relações matrimoniais investigando a expressão da relação entre marido e esposa na sociedade burguesa, descrita pelo conceito de “família”. Essa expressão, na sociedade dos grandes senhores do *Ancien Régime*, é representada pelo conceito de “casa”.¹⁷² Ele aponta que, enquanto na alta burguesia o termo “família” é predominante, na aristocracia é mais comum falar em “casa”, inclusive quando se refere à dinastia real: por exemplo, a “Casa da França”.

¹⁷⁰ Ibid., p. 71.

¹⁷¹ Ibid., p. 72.

¹⁷² Ibid., p. 72.

Elias acentua a importância dessa diferenciação linguística, expondo uma realidade social “implícita”. Na alta nobreza e na aristocracia, o matrimônio não se destina, primariamente, a estabelecer uma “vida familiar” no sentido burguês do termo. Ao contrário, o objetivo principal de um casamento aristocrático é a “fundação” e o “prosseguimento” de uma “casa” que corresponda à posição e prestígio do marido, contribuindo para aumentar seu poder e influência. Assim fica explícito nas palavras de Elias:

Deve ser suficiente apontar que o matrimônio aristocrático de corte realmente não tinha como propósito o que, na sociedade burguesa, chamamos de uma “vida familiar”. Na verdade, quando se realizava um casamento nessa esfera, o que estava em jogo era sobretudo a “fundação” e o “prosseguimento” de uma “casa” que correspondesse à posição do marido, aumentando o máximo possível seu prestígio e suas relações, de modo que o casal ganhasse ou pelo menos mantivesse a posição e reputação como representantes da casa no presente.¹⁷³

Nesse cenário histórico, o relacionamento entre o senhor e a dama da casa é mais um dever de representação social do que uma questão de afeto ou intimidade pessoal. Embora o casal possa ou não se amar e ser fiel, sua principal função é representar, conjuntamente, a casa e manter sua posição e reputação social. Nesse sentido, o controle social sobre o relacionamento entre marido e mulher é negligente e fraco, priorizando a representação pública sobre a vida privada do casal.¹⁷⁴

A disposição dos *appartements privés* nas residências aristocráticas é descrita como uma solução “simplificada” para as necessidades habitacionais desse tipo de matrimônio de corte, que não se enquadra no conceito burguês de “família”: “A relação peculiar entre marido e mulher acha-se expressa na distância que separa seus *appartements privés*”.¹⁷⁵ Essa organização dos espaços reflete a ênfase na representação pública e no prestígio social, em detrimento da intimidade e do convívio familiar.

Verifica-se agora uma distinção crucial entre o *éthos* nobre e o *éthos* burguês: a nobreza é portadora de um *éthos* com nexos na estrutura estamental em oposição ao *éthos* econômico da burguesia. Elias comenta que o *éthos* estamental é um instrumento de autoafirmação nas camadas superiores, e se sobressai sobre o *éthos* econômico como

¹⁷³ Ibid., p. 73.

¹⁷⁴ Ibid., p. 73.

¹⁷⁵ Ibid., p. 73.

instrumento de autoafirmação nas camadas inferiores.¹⁷⁶ Na corte, o *éthos* estamental, que se baseia na posição social e no *status* hereditário, é mais proeminente do que o *éthos* econômico, que se alicerça na riqueza material e nas conquistas individuais.

O *éthos* estamental é caracterizado pela ênfase na posição social e no *status* hereditário como os principais indicadores de prestígio e respeito na sociedade aristocrática do *Ancien Régime*. Nas camadas superiores, como a aristocracia, a afirmação do *status* social é alcançada por meio de títulos nobiliárquicos, conexões familiares e pertencimento a uma linhagem distinta. Nesse espaço histórico, a posição social de um indivíduo é mais relevante do que sua riqueza pessoal ou conquistas individuais. O objetivo é manter e reforçar o prestígio da linhagem e da família em detrimento do sucesso econômico individual.

Por outro lado, o *éthos* econômico é mais predominante nas camadas inferiores da sociedade, especialmente entre a burguesia emergente. Nesses estratos sociais, a autoafirmação e o prestígio são frequentemente associados à riqueza material, ao sucesso nos negócios e às conquistas individuais. O foco está na acumulação de capital, no progresso pessoal e na ascensão social por meio do trabalho árduo e do empreendedorismo. Nesse contexto, o *status* social é frequentemente determinado pela posição econômica de um indivíduo e por suas realizações financeiras. Entretanto, é importante sublinhar, que o estilo de vida aristocrático irá seduzir uma variada gama de burgueses que vão tentar ingressar na aristocracia, comprando títulos e etc.

Com base nessa argumentação, Elias postula que a arquitetura dos espaços na sociedade de corte expressa as distinções sociais situadas nessa sociedade; portanto, a arquitetura é também uma expressão do *éthos* estamental. Seguindo essa argumentação o sociólogo alemão delineia que os cortesãos, no interior dessa tradição específica, desenvolvem uma sensibilidade altamente refinada para as posturas, a fala e o comportamento que são considerados apropriados para um indivíduo, levando em conta sua posição e seu valor na sociedade. O comportamento e a imagem são caros a nobreza cortesã.

Essa análise ilumina uma interconexão entre arquitetura, cultura e comportamento na corte. As características físicas das residências na corte são moldadas pelas expectativas sociais e pelas normas de comportamento que governam a vida

¹⁷⁶ Ibid., p. 78.

cotidiana dos cortesãos.¹⁷⁷ A disposição dos espaços, a escolha dos materiais de construção, a ornamentação e a organização dos ambientes refletem não apenas considerações práticas; mas também conceitos de hierarquia social e etiqueta.¹⁷⁸

Como examinado, a disposição dos aposentos privados e públicos realça a hierarquia social, com os espaços mais luxuosos e acessíveis destinados aos membros mais proeminentes da corte; em oposição, áreas menos opulentas são reservadas para os servos e os criados. Além disso, a escolha de elementos decorativos e móveis pode comunicar *status* e prestígio, enquanto os espaços são projetados para facilitar ou restringir certos tipos de interação social, de acordo com as normas da corte. A sensibilidade refinada dos cortesãos para as convenções sociais e comportamentais é, portanto, complementada pela sensibilidade para os detalhes arquitetônicos e espaciais que sustentam essas convenções.

A arquitetura da corte não é apenas uma questão de estética ou funcionalidade, mas sim uma expressão tangível das complexas dinâmicas sociais e hierarquias de poder que governam a luxuosa vida na corte.¹⁷⁹ Cada detalhe da vida nobre/aristocrática recebe uma denotação em consonância com suas distinções e *status* nobiliárquico. Seja na etiqueta ou na arquitetura, as distinções se sobressaem de forma a revelar as hierarquias sociais.

2.3 A internalização do capitalismo: o comportamento burguês

A burguesia, em sua formação como classe social hegemônica, se institui como uma classe que se antagoniza em relação à sociedade cortesã. O *éthos* burguês, sua conduta financeira, seus comportamentos sociais e os seus respectivos interesses como classe vão instaurar, historicamente, uma nova forma de percepção do mundo. Com a transição para o capitalismo consolidada através da chegada das revoluções burguesas, dos séculos XVII e XVIII, o modelo de conduta da burguesia irá prevalecer em relação ao modelo aristocrático (nobre).

Em primeiro lugar, é importante sublinhar, que a percepção de um determinado modelo de conduta não é algo obvio. Os homens, em uma variedade de ocasiões, podem

¹⁷⁷ Ibid., p. 77.

¹⁷⁸ Ibid., p. 78.

¹⁷⁹ Ibid., p. 83.

não reagir da forma como ditam os seus mandamentos (normas e hábitos sociais). Entretanto, Nobert Elias justifica que seguindo a lógica do comportamento correspondente a um grupo é possível investigar a causa de determinadas ações e entendê-las em uma perspectiva sociológica.

Seguindo essa linha de investigação agora se averigua a constituição do *éthos* burguês em contraposição ao *éthos* nobre. É importante salientar que a configuração do comportamento burguês se confronta em relação ao comportamento da sociedade cortesã: há agora nova lógica do mundo social, competitiva, economicamente. As normas sociais vão obrigar as famílias burguesas a submeterem suas despesas à receita: a família burguesa, portanto, deve sempre evitar gastos que excedam a sua capacidade de consumo. Em síntese, não se deve gastar mais do que se recebe.¹⁸⁰

Realça-se agora a formação de uma lógica que valoriza os investimentos financeiros. O excedente das economias referentes ao consumo deve ser aplicado como investimento com o objetivo de se empreender a reprodução do capital: se investe as economias na expectativa de “(...) ganhos maiores no futuro”.¹⁸¹ Aqui já se expressa um primeiro antagonismo em relação ao *éthos* burguês e o *éthos* nobre. Assim comenta Elias:

Essa obrigação de gastar de acordo com o nível social requer uma disciplina no uso do dinheiro que é diferente da burguesa. Uma expressão paradigmática desse *éthos* social encontra-se numa atitude do duque de Richelieu descrita por Taine: Ele dá a seu filho uma bolsa com dinheiro para ensiná-lo a gastar como um *grand seigneur*; como o jovem traz de volta o dinheiro, o pai atira a bolsa pela janela diante dos olhos de seu filho. Trata-se de socialização ditada por uma tradição social que marca o indivíduo com a ideia de que seu nível social lhe impõe uma obrigação de prodigalidade.¹⁸²

Nesta citação, o sociólogo alemão considera as divergências entre a conduta financeira na sociedade de corte e na burguesia: na sociedade cortesã há a obrigação de se efetuar gastos em sintonia com seu nível social. Elias afirma que na sociedade de corte, a obrigação de gastar de acordo com sua posição social confere uma conduta no uso do dinheiro que é distinta da conduta burguesa. Essa disciplina relativa ao uso do dinheiro, na sociedade de corte, valoriza a abundância e o luxo como símbolos de *status* e prestígio social. Sendo assim, os sujeitos pertencentes às camadas aristocráticas são

¹⁸⁰ ELIAS, 2001, p. 85.

¹⁸¹ Ibid., p. 85.

¹⁸² ELIAS, 2001, p. 86

“socializados”, em plena juventude, na concepção de que seu *status* social exige uma demonstração de extravagância e generosidade nos gastos. Esse comportamento é constitutivo do “ser nobre”.

Um modelo figurativo da constituição desse *éthos* social nobre é apresentado na ação do duque de Richelieu, Presidente do Conselho de Ministros da França (1820-1821), que apresenta a seu filho uma bolsa com dinheiro para ensiná-lo a gastar como um *grand seigneur*.¹⁸³ Quando o jovem retrocede com o dinheiro que o pai lhe havia dado, o pai, em resposta, joga a bolsa pela janela diante dos olhos do filho. Esse gesto, envolto em simbolismo, enfatiza a seriedade de se gastar sem restrições e de corroborar um padrão de comportamento financeiro em harmonia com a posição social e o prestígio da casa em questão.

Elias afirma que, até o final do século XVIII e mesmo após a Revolução Francesa (1789), o conceito de “*économie*”, no sentido de limitar os gastos em relação aos rendimentos, como determinado no *éthos* burguês, era visto com repulsa pelos membros da sociedade de corte. A ideia de “poupança” e “controle financeiro” era considerada imprópria para aqueles que pertenciam às camadas superiores da sociedade. Esse modelo de conduta, na acepção da alta aristocracia, não estava alinhado com a postura de um nobre, pois esse devia efetuar uma demonstração de riqueza associada ao seu *status* nobiliárquico.

A burguesia, portanto, manifesta o seu *éthos* em oposição ao modelo de conduta nobre.¹⁸⁴ Se um burguês realiza os seus gastos sem levar em consideração os seus rendimentos ele pode vir à decadência financeira. Tal comportamento não é constitutivo do “ser burguês”. O modelo de conduta burguês, nesse modelo de disciplina, considera o conceito de “*économie*” como vital para o sucesso de seus empreendimentos: o burguês deve se evadir dos gastos exagerados, evitando portando se encontrar em uma situação de risco financeiro. A situação de risco financeiro, na percepção burguesa, é resultado da má administração dos negócios.

Karl Marx esboça, em *O capital*, uma reflexão que chamou a atenção de Theodor Adorno sobre o processo de internalização das normas sociais no capitalismo. A burguesia, na argumentação de Marx, se personifica como capital. É o capital que lhe

¹⁸³ Ibid., p. 86.

¹⁸⁴ É necessário entender que esse processo não ocorre de forma tão intencional.

atribui valor, criando sentido histórico para a sua existência. É “(...) somente como personificação do capital que o capitalista é respeitável”.¹⁸⁵ Como um indivíduo inserido na lógica de reprodução do capital o burguês internaliza “(...) o impulso absoluto para o enriquecimento”.¹⁸⁶

Entretanto, Marx sublinha que a adoção desse comportamento não é um estilo de comportamento, passivamente, interiorizado pelos grandes monopolizadores. Ao contrário, essa internalização é “(...) o efeito do mecanismo social na qual ele é apenas uma engrenagem”.¹⁸⁷ Assim, a superestrutura e a infraestrutura econômica, em uma relação dialética e em seu mecanismo de reprodução do capital, torna o burguês, na acepção de Marx, apenas uma “engrenagem” da sua “mecânica social”. A lógica de acumulação de riqueza é internalizada e assumida pelo burguês ativamente.

Adentrando na compreensão do capitalismo, Marx delimita que nesse sistema cada vez mais há a necessidade de reprodução do capital. Dessa forma, as leis do sistema se impõem aos capitalistas de forma individual. Essas leis, na acepção de Marx, são: “(...) imanentes do modo de produção capitalista enquanto uma lei coercitiva exterior”.¹⁸⁸ Essas leis da dinâmica reprodutiva do capital impõe ao capitalista a constante necessidade de expansão e acumulação de riqueza. Ela, as leis do capital, obrigam o capitalista “(...) a expandir constantemente seu capital, a fim de conservá-lo, e ele só consegue expandi-lo por meio da acumulação progressiva”. É nesse processo que ocorre a internalização dos valores econômicos através da dinâmica social. A burguesia, nessa análise, interioriza a dinâmica do capital e é dele que emana o sentido de sua existência.

Na acepção Max Weber, a burguesia irá desenvolver uma ética do trabalho condizente com a sua racionalidade econômica. Essa ética do trabalho tem a sua maior expressão na burguesia puritana que se desenvolveu na Europa e imigrou para os Estados Unidos. A ética do trabalho puritana, como expressão maior da ética do trabalho da burguesia, foi, na perspectiva de Weber, um dos principais meios que cooperaram para o desenvolvimento do capitalismo moderno. Weber investigou esse *éthos* em questão em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

¹⁸⁵ MARX Apud ADORNO, 2009, p. 253.

¹⁸⁶ Ibid., p. 253.

¹⁸⁷ Ibid., p. 253, 254.

¹⁸⁸ Ibid., p. 254.

Na lógica da burguesia puritana a posse da riqueza é um sinal da “salvação divina”.¹⁸⁹ Em uma perspectiva marxiana, pode-se argumentar que a religião calvinista “incorporou” os processos econômicos do capitalismo. Assim, o calvinista desenvolve uma nova relação com o trabalho através do seu dogma religioso. O seu dogma justifica o trabalho e o acúmulo de riqueza. O trabalho, na lógica calvinista, deve seguir uma ascese. Nesse sentido, a maior expressão do processo de internalização do capitalismo pelo calvinismo reside no conceito de predestinação.

O conceito de predestinação, conforme interpretado por Max Weber em sua obra, estabelece uma compreensão da ascensão do capitalismo moderno como sistema econômico. Weber realça que a “doutrina calvinista da predestinação” teve um impacto profundo na formação de uma “mentalidade empreendedora” e na ética do trabalho na sociedade ocidental, particularmente, na Europa e nos Estados Unidos.¹⁹⁰

Seguindo a lógica do sociólogo alemão, o conceito de “predestinação”, crucial na doutrina calvinista, influenciou na formação do capitalismo moderno ao conectar economia e religião. Para os calvinistas, a “predestinação” significava que o destino eterno de cada indivíduo já estava determinado por Deus desde o início dos tempos, independentemente de suas ações ou méritos durante a vida terrena. Aqueles considerados “eleitos” eram/são “predestinados” à salvação, em oposição, os demais sujeitos estavam predestinados à condenação eterna.¹⁹¹ Weber comenta sobre a doutrina da predestinação:

No período histórico do qual nos ocupamos, vestígios desse influxo da doutrina da predestinação se mostram com nitidez em manifestações elementares tanto da conduta de vida quanto da concepção de vida, ainda quando sua vigência como dogma já estivesse em declínio: sim, ela não era senão a forma mais extrema da exclusividade da confiança em Deus.¹⁹²

Essa doutrina, na argumentação de Weber, possui vários efeitos que afeiçoaram e influenciaram o desenvolvimento do capitalismo: em primeiro lugar, a ética do trabalho foi visualizada como uma “manifestação externa da graça divina”. Os calvinistas vislumbraram o sucesso material como um “sinal do favor de Deus” comprovado pela sua doutrina. Então, nesse raciocínio, o trabalho árduo e a busca pela prosperidade eram

¹⁸⁹ WEBER, 2004, p. 90.

¹⁹⁰ Ibid., p. 90.

¹⁹¹ Ibid., p. 100.

¹⁹² Ibid., p. 96.

considerados virtudes que tinham como consequência a salvação da alma. Os puritanos, em consonância com os preceitos de seu dogma, abraçavam uma atitude de ascetismo e moderação em relação aos prazeres materiais. Eles evitavam/evitam a ostentação e luxos desnecessários, direcionando seus recursos para investimentos produtivos e atividades econômicas.¹⁹³

Os calvinistas visualizam, na prosperidade material, um resultado natural da “presença divina”, e acumular riqueza não é um ato de egoísmo nessa leitura; ao contrário, esse comportamento era concebido como uma forma de glorificar a Deus e expandir o reino de Cristo na Terra. Essa perspectiva estimulou o desenvolvimento de uma cultura empreendedora e de investimento entre os calvinistas.

Percebe-se, nesse instante, uma “reversão” dos preceitos medievais pelo calvinismo. Se na Idade Média, o lucro é condenado como usura, e é visualizado com “olhos pessimistas” pelo catolicismo, na era moderna o calvinismo adota uma nova postura diante desse comportamento. O lucro, resultado dos investimentos que o capitalista empreende, recebe uma denotação positiva.

A doutrina da predestinação também teve como consequência uma “abordagem racional” dos negócios e do planejamento financeiro da burguesia calvinista. A burguesia calvinista, considerando o sucesso nos negócios como uma evidência tangível da “graça divina”, investe de forma estratégica e calculada para maximizar seus lucros e prosperidades. Aqui, se localiza uma postura racional diante da utilização do dinheiro. O burguês calvinista não gasta, mas investe. A graça divina está no ato de multiplicar seus bens, suas riquezas. É nesse ato que se localiza a internalização do capitalismo pela doutrina calvinista.

Portanto, na investigação sociológica de Weber, o conceito de predestinação na religião calvinista não apenas determina a forma como os indivíduos consideram a sua relação com Deus e a salvação eterna de suas almas; ele também trouxe um impacto significativo na compreensão do trabalho, no sucesso material e no desenvolvimento econômico da burguesia. A interpretação da predestinação como uma fonte de incentivo para o trabalho árduo e a busca pela prosperidade material moldou o espírito do capitalismo moderno e a constituição do *éthos* burguês.

¹⁹³ Ibid., p. 117, 188.

Weber realça que esses valores e crenças dos puritanos, que apreciavam o trabalho árduo, a disciplina, a poupança e o investimento, cooperaram para a acumulação de capital e o desenvolvimento do capitalismo moderno. A procura do sucesso econômico e a acumulação de riqueza não eram encaradas como coisas pecaminosas, desde que fossem obtidos de maneira racional e ética, em consonância com os princípios religiosos e morais do protestantismo e a ascese. Assim, a confirmação do estudo de Weber é que as crenças religiosas podem ter um impacto significativo nas atitudes econômicas e sociais de uma classe, determinando a maneira como as pessoas compreendem o trabalho, os negócios e a acumulação de riqueza.

Marx também compreende esse processo de “releitura” de determinados modos de conduta ao iluminar que o capitalismo não apenas delinea as relações econômicas. O burguês é a própria “personificação do capital”. Esta personificação não se limita apenas a uma questão de *status* ou sucesso no meio econômico; mais que isso: ela confere ao capitalista um valor histórico e um direito à existência no interior do sistema.

A perpetuação do capitalismo, portanto, não é circunscrita ao meio econômico; ela é “intrínseca” a esse processo de internalização. Marx pondera que o desenvolvimento sucessivo da produção capitalista estabelece uma constante expansão do capital investido. O resultado desse processo é a competição entre os capitalistas que se impõe a cada um deles pelas leis inerentes do modo de produção capitalista como uma força coercitiva externa. O capitalista é compelido a expandir seu capital para poder mantê-lo, e essa expansão só pode ser alcançada através da acumulação progressiva que resulta na perpetuação do sistema econômico. Nesse sentido, o calvinismo é uma força social que auxilia na formação do capitalismo. O que há, nesse instante, é o alvorecer de uma nova lógica para o mundo social.

Conclui-se, portanto, que a constituição do “ser burguês” na era moderna, com a gênese do capitalismo, destrona o “ser nobre”. No novo mundo de relações de mercado, aos poucos a conduta nobre vai sendo recalcada em favor das demandas econômicas do novo mundo capitalista emergente. Esses processos de mutações sociais são realçados pelas revoluções burguesas que questionam a estruturação da sociedade no *Ancien Régime*. Agora, os privilégios que sustentavam a riqueza nobiliárquica vão sendo questionados: emerge, nesse instante, a constituição de um novo mundo amparado pelos princípios do liberalismo clássico e pelas ideias iluministas.

2.4 A obra de Balzac como objeto de estudo da conduta nobre e burguesa

Em uma correspondência de abril de 1888, dirigida a Margaret Harkness, Friedrich Engels defende que é plenamente possível “(...) mesmo no que respeita aos pormenores econômicos” apreender a intrincada rede de relações sociopolíticas da sociedade francesa do século XIX através dos escritos de Honoré de Balzac. Engels prossegue afirmando que adquiriu maior compreensão acerca do capitalismo e suas múltiplas facetas nas obras de Balzac do que “(...) em todos os livros de historiadores, economistas e profissionais de estatística da época”.¹⁹⁴

Engels reconhece que os escritos estéticos de Balzac são portadores de um amplo conhecimento sobre as relações sociais e econômicas na França do século XIX. Na percepção de Engels, mesmo Balzac sendo um convicto monarquista e acreditando que a ordem social e a hierarquia tradicional eram essenciais para a estabilidade da França, ele foi capaz de arquitetar em *A comédia humana* “(...) a história mais maravilhosamente realista da sociedade francesa”¹⁹⁵. Indo além, Engels chega a argumentar que Balzac “descreve como os últimos restos dessa sociedade, exemplar para ele, sucumbiram pouco a pouco perante a instrução do novo-rico vulgar, a nadar em dinheiro, ou foram corrompidos por ele”.¹⁹⁶

Em *História da grandeza e da decadência de César Birotteau*, obra publicada em 1837, o literato francês, honestamente elogiado por Engels, repete a sua fina análise dos processos econômicos do capitalismo que alteram as relações sociais. Em sua personagem César Birotteau, é figurado um modelo de conduta que não acompanha as alterações no *éthos* burguês. Em Birotteau há o desejo por um alto prestígio social e o sucesso no mundo dos negócios.

Na obra César Birotteau é um perfumista com um renomado conhecimento no seu ofício. Porém, o personagem é afetado pelo desejo de ser reconhecido como um monarquista.¹⁹⁷ A aspiração de Birotteau, de promover um baile, nasce após o final da ocupação da França, levada a cabo, segundo a personagem, pelo duque de Richelieu.

¹⁹⁴ ENGELS; MARX, 1971, p. 197.

¹⁹⁵ Ibid., p. 196.

¹⁹⁶ Ibid., p. 196 e 197.

¹⁹⁷ BALZAC, 2013, p. 435.

Para a personagem, então, caberia realçar o seu patriotismo diante dos seus adversários e demonstrar que “(...) amar o rei é amar a França!”.¹⁹⁸

Birotteau então se autopromove como realista destacando a sua brava luta contra Napoleão Bonaparte em *Saint-Roch* em 13 Vendemiário. Assim, a personagem tem uma posição política que se alinha aos interesses da aristocracia francesa. Uma das grandes ambições da personagem é obter títulos que realcem a sua distinção, e o seu objetivo primeiro é obter o cargo de subprefeito da Capital:

E, finalmente, sou suplente, e o rei reserva quatro cruzeiros para o órgão administrativo da cidade de Paris. Examinando as pessoas que, entre os suplentes, estavam em condições de ser condecoradas, o prefeito colocou-me em primeiro lugar na lista. O rei, aliás, deve conhecer-me: graças ao velho Ragon, eu lhe forneci o único pó que ele usa; somos os únicos a possuir a receita do pó da falecida rainha, a pobre da augusta vítima! O juiz distrital apoiou-me fortemente. Que queres? Se o rei me dá a cruz sem que eu lhe peça, parece-me que não posso recusá-la sem fazer-lhe uma desconsideração. Acaso pedi para ser suplente? Assim, mulher, já que vamos de vento em pompa, como diz teu tio Pillerault nos seus momentos de bom humor, resolvi colocar tudo em nossa casa em harmonia com a nossa grande fortuna.¹⁹⁹

Aqui já se observa algumas das ambiguidades da personagem no que diz respeito a sua vida financeira. Birotteau se fascina ao ser reconhecido como Cavaleiro da Legião de Honra. Sua ambição então se torna adquirir destaque diante da alta sociedade parisiense. Para então se alinhar com os padrões dessa alta sociedade a personagem busca reformar a sua casa. Birotteau não mede esforços para isso, afirmando para a sua esposa que:

O baile será a nossa festa. Adeus à venda a varejo, para ti, bem entendido. Queimo a nossa tabuleta da Rainha das Rosas, apago o letreiro César Birotteau, comerciante de perfumes, sucessor de Ragon e mando escrever simplesmente perfumarias em grandes letras douradas. Instalo no entressolo o escritório, o caixa e um lindo gabinete para ti. Transformo em loja o depósito, a sala de jantar e a cozinha atuais. Alugo o primeiro andar da casa vizinha e abro uma porta na parede entre as duas. Mudo o lugar da escada a fim de deixar no mesmo nível as duas casas. Teremos, assim, um grande apartamento mobiliado que será uma maravilha!

Com obtenção de cargos públicos que lhe torne um sujeito distinto socialmente, Birotteau já expressa nesse momento o anseio de abandonar, parcialmente, seu ofício. Em sua percepção, ele deve agora se concentrar na aquisição de itens e de transformar a sua moradia em um espaço que realce a sua distinção social e o alinhe aos padrões

¹⁹⁸ Ibid., p. 436.

¹⁹⁹ Ibid., p. 437.

aristocráticos. A ideia da personagem não se traduz como algo pessoal, uma opção particular. Nobert Elias em *A sociedade de Corte* realça que a aristocracia adotava várias práticas que enfatizavam a sua distinção social. A arquitetura então é pensada, nesse momento da história francesa, como um elemento de distinção entre grupos.²⁰⁰ Nesse sentido, não de formar ingênua, a personagem procura se alinhar com os modelos de conduta que regem a etiqueta nobre.

Uma reflexão pode ser extraída desse momento da obra de Balzac: ela diz respeito ao conceito de ideologia. Karl Mannheim argumenta que “Desde entonces, todo pensamiento clasificado como “ideología” es considerado inútil cuando llega a la práctica, (...)”.²⁰¹ Desta forma, a consciência de Birotteau está neste estado. Há uma fratura entre as ideias de Birotteau e seu campo social de atuação:

Las ideas expresadas por el sujeto son consideradas de esta manera como funciones de su existencia. Esto quiere decir que las opiniones, afirmaciones, proposiciones y sistemas de ideas no son tomados en su valor aparente, sino que son interpretados a la luz de la situación vital de quien los expresa”.²⁰²

Então, “las ideas” de Birotteau não são “congruentes con la situación y adecuadas a ella, (...)”.²⁰³

Já em Eagleton há algumas críticas ante esta concepção de Mannheim, pois no marxismo as ideologias surgem como “bem adaptadas aos requisitos sociais vigentes, (...)”.²⁰⁴ Isso implica que para além da ideologia, há o conceito de hegemonia: “(...) maneiras como um poder governante obtêm, daqueles a quem subjuga, o assentimento à sua dominação (...)”.²⁰⁵ A hegemonia quando eficiente propicia que a ideologia seja uma “prática social vivida e costumeira”.²⁰⁶ Eis, então, a conclusão de Eagleton:

Conquistar a hegemonia, na visão de Gramsci, é estabelecer uma liderança moral, política e intelectual na vida social, difundindo sua própria “visão de mundo” pelo tecido societário como um todo e, assim, equiparando os próprios interesses aos interesses da sociedade como um todo.²⁰⁷

²⁰⁰ ELIAS, 2001, p. 71.

²⁰¹ MANNHEIM, 1958, p. 131.

²⁰² Ibid., p. 114.

²⁰³ Ibid., p. 270.

²⁰⁴ EAGLETON, 1996, p. 194.

²⁰⁵ Ibid., p. 195.

²⁰⁶ Ibid., p. 197.

²⁰⁷ Ibid., p. 198.

Em *Eugénie Grandet*, outra obra de Balzac publicada em 1833 (quatro anos antes de *História da grandeza e da decadência de César Birotteau*) há um outro modelo de conduta que pode auxiliar na compressão do comportamento de Birotteau. Felix Grandet, o pai da personagem principal da intriga, é figurado na obra como um capitalista típico. Felix Grandet incorpora em seu comportamento a lógica da reprodução do capital. Como esboça Balzac, Grandet:

Financeiramente falando, o sr. Grandet lembrava o tigre e a jiboia: ele sabia se deitar, se enroscar, examinar durante muito tempo sua presa, saltar em cima dela; depois ele abria a garganta de sua bolsa, devorava uma leva de escudos e se deitava tranquilamente, como a serpente que digere, impassível, fria, metódica.²⁰⁸

Em oposição ao comportamento de Birotteau, Grandet é um sujeito que “incorporou” a lógica do Capital. Jorge Grespan, na sua obra *Marx e a crítica do modo de representação capitalista*, argumenta que, no capitalismo, os agentes econômicos se observam como plenamente livres. Entretanto, o grande sujeito das relações econômicas no capitalismo, o Capital, condiciona suas ações de modo que elas lhe parecem apenas resultado do seu livre-arbítrio.²⁰⁹ Felix Grandet incorpora a reprodução do Capital em suas ações. Porém, em oposição a Grandet, Birotteau parece não visualizar, com clareza, a nova ordem vigente, e a decadência do mundo aristocrático.

Grespan ao apresentar nos escritos econômicos de Karl Marx o problema do fetiche do dinheiro, considera que o “enigma” íntimo do fetiche do dinheiro é o “enigma” do fetiche da mercadoria. O poder que será exercido por um indivíduo sobre a atividade de outros indivíduos, ou mesmo sobre as riquezas sociais, consiste no fato desse primeiro indivíduo, portador de dinheiro (capital), ser proprietário do valor de troca, de dinheiro.²¹⁰ Assim, no capitalismo, esse indivíduo que detém o valor de troca, carrega em seu bolso um poder social que lhe dá nexos com a sociedade.²¹¹ Felix Grandet, como figurado por Balzac, incorporou em seu comportamento essa perspectiva do Capital como poder social. Birotteau, mesmo se constituindo como um burguês, não percebe que agora, nas novas configurações sociais emergentes com a consolidação do poder hegemônico da burguesia, o dinheiro é que passa a ser símbolo de poder social, e não os títulos nobres.

²⁰⁸ BALZAC, 2020, p. 25.

²⁰⁹ GRESPAN, 2019, p. 13-14.

²¹⁰ Ibid., p. 120.

²¹¹ Ibid., p. 120.

Outra personagem da obra *História da grandeza e da decadência de César Birotteau*, Constança Birotteau, esposa do perfumista, consegue perceber as consequências da atitude do marido que não compreende o novo *éthos* emergente:

Está bem, está bem, senhor — disse Constança, voltando para o quarto e encostando a cabeça no ombro de Cesarina. — Ah! minha filha, teu pai vai ficar na miséria! Chamou um arquiteto, que tem bigodes e uma pera, e fala em construir monumentos! Vai atirar a casa pelas janelas para construir-nos um Louvre. César nunca se demora quando se trata de fazer uma loucura; falou-me no projeto esta noite e já vai executá-lo esta manhã.²¹²

A personagem compreende que os gastos excessivos do marido, sem a devida racionalidade exigida agora nos negócios, os levará à falência. Constança Birotteau então percebe que seu marido entrara em apuros financeiros. Ele, na perspectiva da esposa, não possui o controle necessário para administrar o seu Capital. Em alguns momentos, Balzac realça na obra que Birotteau possui consciência dos seus atos, entretanto, o seu desejo pela distinção o impede de segui-los.

Em uma passagem da obra, sobre a reforma da casa da família Birotteau, Constança inicia um diálogo com Sr. Lourdois, riquíssimo empreiteiro, responsável pela reforma da casa. Lourdois argumenta que Birotteau não deve negligenciar nada em sua obra. Ao falar em “em douraduras para o salão”.²¹³ Constança o retrucou: “— Sr. Lourdois — disse ela —, o senhor tem trinta mil francos de renda, mora em casa própria, pode fazer lá o que bem entender; mas nós...”. Lourdois, nesse momento, como um bom capitalista, argumenta: “Minha senhora, o comércio deve brilhar e não se deixar esmagar pela aristocracia. Veja, o sr. Birotteau está no governo, está em evidência...”.²¹⁴

Aqui, Birotteau tem um momento de serenidade e se alinha com as advertências de sua esposa:

— Minha esposa tem razão — disse. — Seremos modestos na prosperidade. Aliás, quando um homem está no comércio, deve ser prudente nas despesas, moderado no luxo; a lei o obriga a isso, ele não se deve entregar a gastos excessivos. Se a ampliação da minha casa e sua decoração ultrapassarem os limites, será imprudente de minha parte excedê-los; você mesmo me censuraria por isso, Lourdois. O bairro inteiro está com os olhos em mim: os que vencem fazem ciumentos, invejosos!²¹⁵

²¹² BALZAC, 2013, p. 511.

²¹³ Ibid., p. 560.

²¹⁴ Ibid., p. 560.

²¹⁵ Ibid., p. 561.

Birotteau percebe que há uma racionalidade, por parte de seu grupo, para lidar com as finanças. Os gastos excessivos, nesse cenário, não representam a distinção que representavam sob o domínio da aristocracia. Na percepção aristocracia, como argumenta Elias, a racionalidade econômica não é exigida com o mesmo rigor que se apresenta no mundo burguês. Para a aristocracia, os gastos excessivos simbolizam o seu poder e *status social*; em oposição, no mundo burguês, onde novas relações sociais e econômicas se materializam, o luxo não é bem-quisto por diversos setores da burguesia. A reprodução do capital se torna a ordem do dia.

Nesse sentido, a obra de Balzac, *História da grandeza e da decadência de César Birotteau*, ilustrar a dualidade do comportamento de Birotteau que não percebe a transição do *éthos* nobre para o novo *éthos* buguês. Birotteau é consciente dos processos que envolvem a sua classe, mas não percebe as mudanças históricas que a favorecem. Nesse sentido, a personagem se emerge no mundo aristocrático e entra em decadência financeira.

O final de Birotteau então é selado pelo acúmulo de dívidas. Em uma cena da obra, o próprio Lourdois, que havia incentivado Birotteau a não ter negligências em sua obra, aparece para lhe cobrar a dívida em um momento de apuros financeiros da personagem. Assim diz o empreiteiro:

Meu caro sr. Birotteau — disse Lourdois, levando-o ao fundo da loja —, minha conta está conferida, regularizada, aprovada, peço-lhe que me dê o dinheiro amanhã. Vou casar a minha filha com o jovem Crottat e preciso de dinheiro, os tabeliães não negociam; além disso, nunca ninguém viu minha assinatura.²¹⁶

Entretanto, o ápice da crise vivida pelo perfumista é um golpe financeiro orquestrado pelo notário mestre Roguin. Roguin, que já passando por dificuldades financeiras, visualiza em Birotteau uma presa fácil. Ele percebe que o perfumista está ludibriado como sonho de crescimento no mundo aristocrático, e o envolve em um esquema de especulação imobiliária. No final, Roguin foge com o dinheiro que lhe foi confiado por diversos investidores, confirmando a falência de Birotteau.²¹⁷

A intriga situada na tessitura do romance de Balzac expressa, com essa conclusão, o que o pensador húngaro György Lukács sublinha como típico. Na leitura

²¹⁶ Ibid., p. 619.

²¹⁷ Ibid., p. 619.

do Lukács, é nas relações que os indivíduos constituem com a sociedade que se expressam os seus destinos individuais. É nessa forma que “(...) se manifestam as características essenciais do ser histórico-concreto de uma forma social dada”.²¹⁸ O destino de Birotteau, nessa concepção, manifestada as adversidades sociais vividas pelos sujeitos no capitalismo. A situação de Birotteau, e sua tragicidade, na perspectiva de Lukács revela o típico do capitalismo.

Lukács elabora um elogio a obra de Balzac por iluminar que a “luta dos indivíduos entre si ganha objetividade e verdade”. Essa objetividade e verdade só são possíveis, no campo literário, na acepção de Lukács, porque as personagens literárias balzaquianas figuram de modo típico e fiel os momentos “centrais da luta de classes”.²¹⁹ Seguindo a percepção de Lukács, a obra de Balzac possui uma riqueza de conteúdo ao fornecer ao leitor a possibilidade de se debruçar sobre o destino trágico dos sujeitos sob a égide do Capital. Esse destino afeta Birotteau, encantado com a possibilidade de adentrar no mundo aristocrático não percebe a mudança histórica que inaugura uma nova ordem, a ordem econômica da burguesia.

3. CAPÍTULO – Ensino de História e literatura na sala de aula: metodologias e resultados de pesquisa

3.1 O local de pesquisa

A aplicação dessa pesquisa foi realizada em uma escola de ensino fundamental e médio da cidade de Araguaína. Por uma questão de proteção de dados, não será divulgado o endereço da instituição ou exposta qualquer informação que possa

²¹⁸ LUKÁCS, 2011, p. 206.

²¹⁹ Ibid., p. 207.

identificá-la. A justificativa dessas medidas são amparadas pela proteção de dados solicitadas pelo Conselho de Ética. Além disso, alguns envolvidos na pesquisa expressaram o desejo de não serem identificados. O que pode ser demonstrado aqui sobre a instituição é que se trata de uma escola localizada na cidade de Araguaína, no Estado do Tocantins. O público de alunos da instituição, em sua maioria, são crianças e jovens entre os 12 e 18 anos de idade.

Outro detalhe a ser realçado nesse instante é o motivo que levou a escolha de uma determinada turma e não de outras para a aplicação da pesquisa. A escolha de uma turma de terceiro ano do ensino médio foi empreendida como um auxílio no desenvolvimento de habilidades como leitura e interpretação de textos por parte dos alunos e alunas, tendo em vista que muitos desses estudantes costumam se preparar para os vestibulares na última etapa do ensino médio. Outro motivo foi em decorrência dos hábitos de leitura na turma investigada, onde se pode perceber um grande interesse por parte dos educandos na leitura de livros e materiais didáticos diversos.

3.2 Metodologias de pesquisa

Uma dificuldade que aflige o ensino de História no Brasil contemporâneo é pensá-lo de forma interdisciplinar.²²⁰ Cada vez mais os componentes curriculares educacionais do ensino médio e fundamental determinam que o educador seja capaz de relacionar e dialogar com outros campos do saber.²²¹ Além disso, o ensino de História pode se valer dos conhecimentos produzidos por outras áreas para se discorrer sobre o *modus operandi* dos sujeitos históricos em determinadas épocas, locais e momentos. Aqui, não se vislumbra uma redução da História como uma disciplina de apoio a outras disciplinas, mas que o saber histórico possa se utilizar de recursos didáticos de outras áreas, como uma forma de problematizar as relações sociais de uma determinada época.

Na definição de Jörn Rüsen o passado não pode ser descrito apenas como “acúmulo de fatos”, ele (o passado) é algo “móvel”, que sempre está presente em processos culturais e articulado com nossas identidades, vivências e memórias. Sendo assim, a literatura se configura como uma fonte de vivificação desse passado, na medida em que a sua forma de retratar os acontecimentos “resgata” essas particularidades.²²²

²²⁰ LIMA; AZEVEDO, 2013, p. 129.

²²¹ Disponível em: ><https://www.dombosco.com.br/noticias/a-perspectiva-interdisciplinar-promovendo-a-entre-os-componentes-curriculares.html>< Acesso em: 18/03/2023.

²²² RÜSEN, 2010, p. 79.

Nesse sentido, o presente trabalho realiza uma abordagem interdisciplinar, aspirando promover nos educandos uma perspectiva crítica ante os processos históricos. A função estabelecida aqui é: “(...) tratar da *praxis* como função específica e exclusiva do saber histórico na vida humana”.²²³ Assim, se investiga uma “didática” que possa aproximar os educandos de uma perspectiva histórica reflexiva.

Nesse intuito - amparado pelas propostas de ensino situadas no Documento Curricular do Estado do Tocantins (DCT) e no documento norteador da educação brasileira, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - a metodologia a ser realizada em sala de aula consistirá em quatro momentos específicos: para a melhor didatização dessas quatro etapas segue a tabela abaixo.²²⁴

Etapas	Atividade	Objetivo	Número de Aulas
Primeira Etapa	Aplicação de questionário para investigar a cultura literária dos alunos e alunas.	Verificar se os educandos têm contato com obras literárias e suas percepções sobre elas. Consultar por qual meio eles conseguiram contato com as obras (biblioteca da escola, pais, parentes, amigos, professores etc.).	1 aula para aplicação e coleta dos dados do questionário.
Segunda Etapa	Coleta dos dados obtidos na primeira etapa. Problematização dos dados e confecção do material didático. Apresentação do material didático aos alunos (as) e exposição de partes da obra de Honoré de Balzac. Problematização de conceitos	Analisar a melhor forma de trabalhar o material didático com os educandos.	2 aulas para exposição do problema investigado e entrega do material didático.

²²³ Ibid., p. 87.

²²⁴ Para justificar a efetivação desse projeto foi necessário articulá-lo com o *Documento Curricular do Estado do Tocantins* (DCT/TO) e *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC). Na categoria *Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética/Política e Trabalho*, presente no DCT e na BNCC, se observa a habilidade “EM13CHS303”. Nessa habilidade se aviva a problemática de se conscientizar os educandos em relação “(...) o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis” (DCT/TO, 2022, p. 18) (BRASIL, 2018, p. 575). Essa habilidade fundamenta a aplicação da pesquisa na medida em que ela propõe uma reflexão sobre o papel da cultura de massas, do consumismo e os impactos decorrentes de um modo de vida que não leve em consideração os limites do planeta.

Etapas	Atividade	Objetivo	Número de Aulas
	que surgem na transição do <i>éthos</i> nobre para o <i>éthos</i> burguês.		
Terceira Etapa	Coleta do material didático após debate sobre as respostas e conhecimentos adquiridos pelos alunos e alunas. Exposição e correção com a turma das respostas relativas às perguntas do material didático.	Verificar se os estudantes entenderam a proposta didática. Analisar se os estudantes assimilaram as diferenças de conduta na transição do <i>éthos</i> nobre para o <i>éthos</i> burguês.	2 aulas para o debate sobre as respostas dos alunos aos questionamentos efetuados no material didático.
Quarta Etapa	Exposição aos alunos dos comentários que estiveram em maior e menor sintonia com a temática abordada em sala de aula.	Efetivar o aprendizado pela correção das respostas relatadas no material didático. O aprendizado ocorre quando os alunos percebem seus erros e acertos, consumando assim a efetividade do aprendizado.	1 aula para a exposição dos comentários dos alunos relativos às suas respostas no material didático.

Tabela 1 – Tabela das etapas de aplicação da metodologia em sala de aula.

Para realização do levantamento desses dados, na primeira etapa, aplicou-se um questionário aos educandos como o objetivo de apreender o nível de cultura literária dos alunos e alunas. Nesse instante, se verifica se os educandos têm ou não um contato com as obras literárias, mesmo que prévio e de forma superficial. No segundo momento a proposta foi realizar a preparação do material das aulas. Aqui, procurou-se investigar os dados coletados na primeira etapa e, logo em seguida, elaborar a preparação do material didático das aulas: trechos dos textos a serem abordados com os educandos.

Ainda na Segunda Etapa, a finalidade foi alcançar um debate histórico (na referida obra de Balzac) referente às alterações no comportamento societário, na transição do modo de conduta nobre para o modo de conduta burguês. Assim, para a execução desse debate, foi apresentado aos alunos e alunas o material didático com partes da obra de Honoré de Balzac visando situá-los, historicamente, no interior do

problema a ser abordado em *História da Grandeza e da Decadência de César Birotteau* (1837).

No Terceiro momento, organizou-se uma atividade avaliativa, propondo-se averiguar se os educandos apreenderam em passagens da obra de Balzac, essa “transição” no modo de comportamento nobre para o comportamento burguês. Nesse momento, a finalidade é entender se os estudantes assimilaram o tema apresentado e conseguiram perceber, na ascensão de um novo modelo econômico e nas novas relações de trabalho, a modificação do *éthos* econômico. É nesse momento que a elaboração do material didático adquire importância. Aqui, ao final da leitura e exposição da obra de Balzac (e da análise do seu momento histórico) se aplica uma atividade que procura examinar o grau de aprendizado em relação à obra literária. Essa atividade, constitutiva da terceira parte, se localiza no final do material didático (Apêndice II).

No Quarto e último momento foram expostos aos estudantes alguns comentários que fizeram sobre a temática na atividade. Bem como foi avaliado a proximidade desses comentários com as problemáticas situadas no material didático. Após essas etapas eles (educandos) puderam discorrer sobre as diferentes visões que adquiriram do processo. Os comentários contiveram como critério de seleção a proximidade com a temática investigada.

Com a realização do trabalho de pesquisa, elaboração do material didático, exposição desse material nas aulas, realização da atividade e exibição dos comentários aos educandos o ciclo que se inicia no primeiro momento se finaliza no Quarto. Algumas observações importantes: não foi proposta à turma uma leitura integral da obra *História da Grandeza e da Decadência de César Birotteau* (1837). Isso porque o educador contou com um material didático elaborado juntamente com a parecer do orientador do projeto. Os encontros foram realizados nas aulas de História, ministradas uma vez por semana no ensino médio, o que culminou na realização das atividades no decorrer de dois meses, compreendendo seis aulas da disciplina.

3.3 A cultura literária na educação básica

Na primeira etapa da pesquisa foi aplicado um questionário (Apêndice I) em sala de aula com o objetivo de se investigar a cultura literária dos educandos da instituição de ensino. Esse questionário interrogou os educandos sobre o seu contato com as obras literárias e as suas percepções sobre elas. O referido questionário contém oito questões que abarcam as seguintes indagações: 1) Você já leu alguma obra literária nacional ou

internacional? Se sim, escreva o título/autor (a) da obra; 2) O que mais lhe chama a atenção nas obras literárias? Você tem o hábito de ler essas obras com frequência? 3) Você acha que há uma relação entre obras literárias e história? Justifique sua resposta; 4) Em seu entendimento é possível afirmar que há uma relação entre a literatura e a vida cotidiana? Ela, a literatura, é capaz de ter alguma função no cotidiano? 5) Em seu entendimento a literatura é capaz de nos fazer pensar sobre a forma de comportamento de outras pessoas em determinados épocas e sociedades? Responda à questão com um breve comentário; 6) Em sua família, você já presenciou alguém lendo (ou comentando) algo sobre literatura? Se sim, qual obra/autor? 7) Através de quem você teve contato com a literatura? Que indicou: professor, amigo, mídia, pais? 8) Em sua opinião a literatura contribui em quais aspectos para a formação do indivíduo?

Na aplicação do questionário 22 aluno(a)s participaram da pesquisa. Em um balanço dos alunos e alunas que responderam, afirmativamente, a primeira questão 90,9% responderam de forma positiva, que já leram obras literárias, sendo que somente dois alunos responderam negativamente.²²⁵ Entre as obras mais citadas estão *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, com cinco citações, *Eu sou Malala*, de Malala Yousafzai e Christina Lamb²²⁶ com 4 citações e *Macunaíma*, de Mario de Andrade, com 3 citações.²²⁷ Outras obras foram citadas como *Crepúsculo*, de Stephenie Meyer, *Sozinha no mundo*, de Marco Rey, *Turma da Mônica*, de Mauricio de Sousa e a *Revolução dos Bichos*, de George Orwell, bem como algumas outras obras.

A primeira questão do questionário evidenciou que grande parte dos alunos (a)s possui um contato com obras literárias e com histórias em quadrinhos como a da *Turma da Mônica*. Então, se percebe pela primeira indagação, que há uma razoável cultura literária na instituição, pois os alunos têm contato e conhecem algumas obras literárias nacionais e internacionais. Sendo assim, a leitura de obras literárias é algo que está presente na vida dos estudantes.

Na segunda questão: 2) O que mais lhe chama a atenção nas obras literárias? Você tem o hábito de ler essas obras com frequência? Grande parte dos alunos respondeu que o enredo, o drama, o suspense, as personagens, as histórias de vida, as

²²⁵ Foram consideradas respostas positivas aquelas que permitiram ao pesquisador verificar se o educando possui um contato, mesmo que prévio, com as obras literárias. Foram consideradas respostas negativas aquelas que se distanciaram dessa premissa.

²²⁶ Na época da aplicação do questionário uma professora de língua portuguesa estava efetuando um estudo dessa obra com a turma.

²²⁷ Essa obra também foi objeto de estudo na turma no primeiro bimestre do ano letivo de 2023.

lições e o humor são os que mais lhe chamam atenção nas obras literárias. Sobre o hábito de leitura, se considerarmos a expressão “às vezes” como afirmativa, apenas 9 alunos (as) afirmaram possuir o hábito de ler com frequência, totalizando apenas 40,9% dos alunos (as). 13 alunos responderam que não possuem o hábito de ler com frequência obras literárias.²²⁸ Muitos alunos, nas respostas, relataram dificuldades em desenvolver um hábito de leitura sólido em decorrência de obrigações como trabalho, cuidados com a família e outras ocupações pessoais.

Essa segunda indagação traz à tona o enredo das obras literárias como a principal fonte de atratividade dos alunos pela leitura. Sobre o desenvolvimento do hábito de leitura, percebe-se que as dificuldades oriundas da realidade cotidiana dos alunos (as) têm um impacto direto no tempo que dedicam a leitura. Os relatos mais sintomáticos dessa questão foram as obrigações com trabalho e cuidados com a família como um empecilho ao desenvolvimento de hábitos de leitura.

Já na terceira questão: 3) Você acha que há uma relação entre obras literárias e história? Justifique sua resposta. 17 alunos responderam afirmativamente: que há uma relação entre história e literatura, totalizando 77,27% dos alunos. Alguns argumentaram que ambos os campos são similares porque abordam fatos e acontecimentos do cotidiano. Outros argumentaram também que as obras literárias trazem a biografia de seus autores (as) o que, na visão dos estudantes, pode ser encarado como uma forma de se relatar eventos que de fato ocorreram sob a perspectiva desses escritores (as). Essa questão realçou que os educandos encaram as obras literárias como portadoras de uma “verdade”. A justificativa que inclusive utilizaram para validar os seus argumentos, sobre essa questão, se entrelaçaram com a história. Para os educandos, as obras literárias são conectadas com a história em decorrência da proximidade do autor com os acontecimentos que ele presencia que, na visão dos alunos, pode ser transportado para os seus escritos.²²⁹

Na quarta questão os alunos (as) tinham que responder ao seguinte questionamento: 4) Em seu entendimento é possível afirmar que há uma relação entre a literatura e a vida cotidiana? Ela, a literatura, é capaz de ter alguma função no

²²⁸ Mesmo com os educandos afirmando que o enredo, a trama e outras nuances das obras literárias cativam as suas respectivas curiosidades, muitos argumentaram que não leem com frequência.

²²⁹ Na resposta a essa questão se verifica que a leitura da biografia da ativista pelos direitos das mulheres paquistanesas Malala Yousafzai pode ter afetado a relação que os educandos estabeleceram entre as obras literárias e a história.

cotidiano? Em resposta a essas indagações, 21 alunos (as) responderam de forma positiva: que há uma relação entre as obras literárias e a vida cotidiana e que a literatura possui uma função social, totalizando 95,45% dos alunos. Nessa questão ficou explícita a ideia de que as obras literárias trazem consigo lições para se confrontar com as dificuldades da existência.

A quinta questão possuía a seguinte indagação: 5) Em seu entendimento a literatura é capaz de nos fazer pensar sobre a forma de comportamento de outras pessoas em determinados épocas e sociedades? Responda à questão com um breve comentário. Como resposta a essa indagação 20 alunos responderam de forma positiva: que a literatura pode pensar e refletir sobre o comportamento humano, bem como através dela pode-se ponderar e questionar determinados modos de conduta estabelecidos socialmente. Em porcentagem, 90,9% dos alunos responderam de forma positiva a essa questão.

Essa questão revelou relatos importantes para a pesquisa, pois os alunos reconheceram que há uma conexão entre os escritos literários e a história (de forma prática). Sobre essa questão, um (a) aluno (a) identificado (a) como A-1, respondeu a essa indagação da seguinte forma: “Sim, várias obras e épocas diferentes mudaram o comportamento das pessoas e suas formas de pensar sobre suas épocas e tempos diferentes”. Outro aluno(a) identificado(a) pela sigla A-5 respondeu a essa indagação da seguinte maneira: “Sim. Quando se lê um livro que a história se passa em séculos diferentes nos podemos observar grandes mudanças na sociedade e no comportamento das pessoas como o modo de se vestir, falar e costumes da sociedade”. A história, portanto, está conectada à literatura, na acepção dos educandos, por promover uma aproximação entre o conhecimento histórico e o futuro. Os comportamentos e formas de vida no passado, nessa leitura, não são vistos como naturais, mas como produtos da história.

Aqui estão as referidas palavras dos educandos na integra²³⁰:

²³⁰ A partir desse momento, todas as figuras que conterem os comentários dos alunos (as) vão ser acompanhadas de notas de rodapé com a transição do que foi escrito pelos educandos (as).

Comentário da figura – 1: “Sim, várias obras e épocas diferentes mudaram os comportamentos das pessoas e suas formas de pensar sobre épocas em tempos diferentes”.

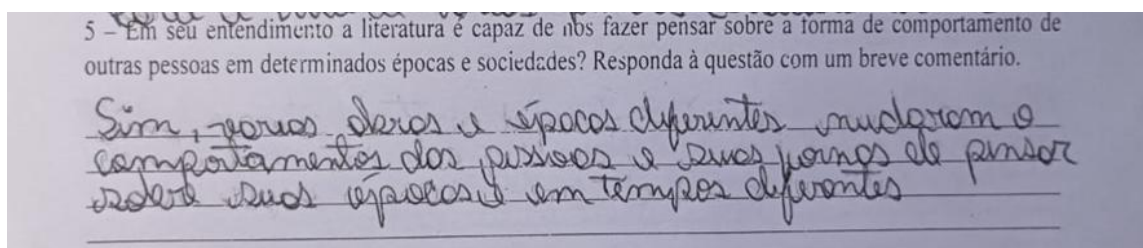


Figura 1 - Comentário do aluno (a) A-1.

Comentário do aluno (a) A-5.²³¹

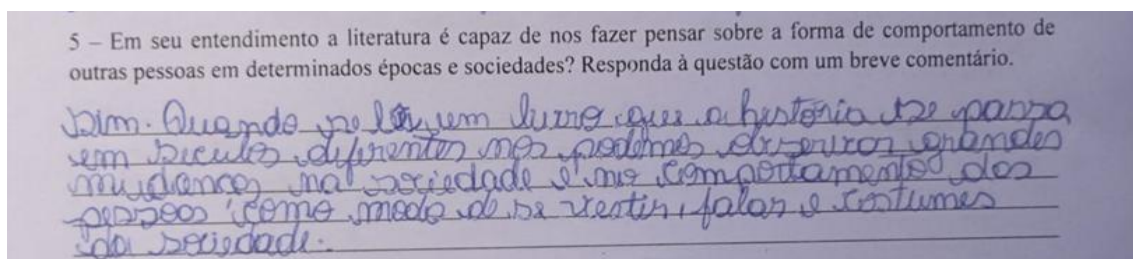


Figura 2 - Comentário do aluno (a) A-5.

Na sexta e sétima questão o objetivo foi investigar por qual meio os alunos (as) possuem mais acesso às obras literárias. Na sexta questão houve a seguinte indagação: 6) Em sua família, você já presenciou alguém lendo (ou comentando) algo sobre literatura? Se sim, qual obra/autor? Grande parte dos alunos afirmou não ter presenciado nenhum membro da família lendo ou comentando algo sobre literatura. 15 alunos afirmaram nunca ter presenciado seus parentes e familiares (mais próximos) lendo alguma obra literária, totalizando 68,18% dos alunos.

A sétima questão possuía o seguinte questionamento: 7) Através de quem você teve contato com a literatura? Quem indicou: professor, amigo, mídia, pais? Em resposta a essa questão 15 alunos afirmaram que tiveram contato com a literatura através dos professores. Alguns foram mais específicos e mencionaram que o principal contato deles com as obras literárias foi por intermédio dos professores de língua portuguesa.

A sexta e sétima questões evidenciaram a importância da escola como um local de promoção de uma cultura literária. Os professores foram os mais mencionados como a principal fonte de aproximação entre os alunos e as obras. É importante ressaltar, nesse momento, que para o desenvolvimento de uma cultura literária as escolas não

²³¹ Comentário da figura – 2: “Sim. Quando se lê um livro que a história se passa em séculos diferentes nos podemos observar grandes mudanças na sociedade e no comportamento das pessoas como modo de se vestir, falar e costumes da sociedade”

devem restringir a apreciação das obras literárias somente como um domínio da disciplina de língua portuguesa. Ao contrário, os professores de ciências humanas devem se prover das produções estéticas como uma maneira de aprimorar a sua didática já que os próprios educandos entendem as obras culturais (literárias) como portadoras de valores que possui significado para as suas vidas.

A última pergunta teve a seguinte indagação: 8) Em sua opinião a literatura contribui em quais aspectos para a formação do indivíduo? 19 alunos responderam que a literatura é essencial para o desenvolvimento da educação, aprimoramento do vocabulário e o desenvolvimento da escrita, totalizando 86,36% dos alunos (as). A resposta de um aluno (a) chama a atenção nesse momento. Identificado (a) por A-7 o referido aluno (a) afirmou que a literatura “contribui para o desenvolvimento da educação estética, da concentração”. Segue a resposta do aluno (a) na íntegra:²³²

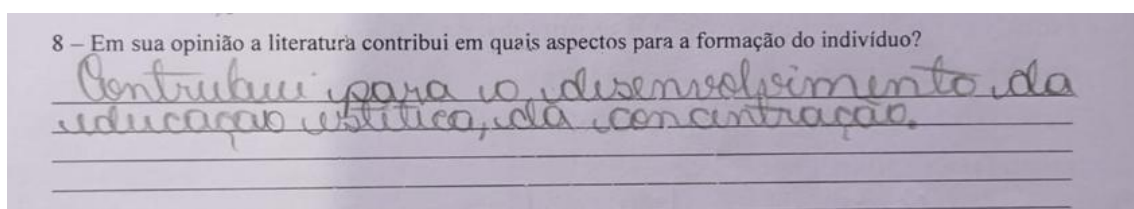


Figura 3 - Resposta do Aluno (a) A-7.

O questionário, portanto, evidencia que há uma intencionalidade por parte do educador: divulgar e problematizar as percepções sociais sob o prisma literário e realçar a percepção da literatura como um espaço autônomo de reflexão sobre as condicionantes sociais. Por parte dos educandos, há a intencionalidade de adquirir lições, reflexões que o auxiliem a pensar a vida. Assim há um conhecimento e reconhecimento dos alunos em relação ao campo literário. Para a melhor quantificação dos dados obtidos pelo questionário se elaborou uma tabela com os resultados obtidos.

	Respostas Afirmativas	Respostas Negativas
1) Você já leu alguma obra literária nacional ou internacional? Se sim, escreva o título/autor da obra.	90,9%	9,1%.

²³² Comentário da figura – 3: “Contribui para o desenvolvimento da educação estética, da concentração”.

2) O que mais lhe chama a atenção nas obras literárias? Você tem o hábito de ler essas obras com frequência?	40,9%	59,1%
3) Você acha que há uma relação entre obras literárias e história? Justifique sua resposta.	77,27%	22,73%.
4) Em seu entendimento é possível afirmar que há uma relação entre a literatura e a vida cotidiana? Ela, a literatura, é capaz de ter alguma função no cotidiano?	95,45%	4,55%
5) Em seu entendimento a literatura é capaz de nos fazer pensar sobre a forma de comportamento de outras pessoas em determinados épocas e sociedades? Responda à questão com um breve comentário.	90,9%	9,1%
6) Em sua família, você já presenciou alguém lendo (ou comentando) algo de literatura? Se sim, qual obra/autor?	31,82%	68,18%
7) Através de quem você teve contato com a literatura? Quem indicou: professor, amigo, mídia, pais?	31,82%	68,18%
8) Em sua opinião a literatura contribui em quais aspectos para a formação do indivíduo?	86,36%	13,64%

Tabela 2 - Tabela com os dados da aplicação do questionário.

Através da reflexão proposta na aplicação do questionário em sala de aula, conclui-se que a cultura literária é uma organização complexa de ideias, valores, expressões e tradições que circundam a produção, disseminação e apreciação das obras literárias em uma sociedade/instituição. Márcia Abreu argumenta que a cultura literária é um campo complexo e multiforme, onde a leitura e a interpretação de textos literários são atingidas por variados fatores sociais, culturais e históricos. Assim comenta a autora:

(...) a avaliação estética e o gosto literário variam conforme a época, o grupo social, a formação cultural, fazendo que diferentes pessoas apreciem de modo distinto os romances, as poesias, as peças teatrais, os filmes. Muitos,

entretanto, tomam algumas produções e algumas formas de lidar com elas como as únicas válidas.²³³

Em sua obra, Abreu indica a ideia de que as produções literárias devem ser apreendidas no interior do sistema de valores em que foi produzida. Essa perspectiva valoriza uma leitura mais inclusiva e diversificada das obras culturais. A apreensão estética do mundo deve ser pensada, nesse sentido, conectada a dinâmica da produção e recepção das obras literárias, bem como sua relação com outras instâncias sociais, como escolas, editoras e instituições acadêmicas.

Maria do Rosário Mortatti também traz contribuições para se pensar a cultura literária. Para a autora, a alfabetização - em conjunto com o desenvolvimento de leituras críticas - pode propiciar a valorização da literatura. Nesse sentido, é possível ensinar aos educandos a realizarem uma leitura crítica e contextualizada das obras literárias.²³⁴

Se alicerçando então na percepção das autoras, entende-se que a cultura literária é mais do que meramente um conjunto de textos. A cultura literária representa a cultura de leitura coletiva e individual, os dilemas, os sonhos e aspirações de uma comunidade de estudantes em processo de aprendizagem. Nesta lógica, a cultura literária não deve ser vislumbrada como algo que emerge “espontaneamente” nas instituições escolares; ao contrário, ela é resultado dos incentivos a leitura que são patrocinados e proporcionados pelas instituições educacionais, família e por outros meios pelos quais os educandos possam ser incentivados a conhecer as obras literárias. A cultura literária implica também em conhecer-reconhecer o campo específico, saber os princípios que modulam este campo e, finalmente, extrair um pensamento da produção. Mas que pensamento? A Literatura cria um campo de visão própria, desligada da empiria comum, vivencial – que está impregnada de ideologias, relações de poder e sistemas que ocultam a historicidade das vivências sociais.

Essa conceituação indica que o campo literário propicia ao leitor uma forma de apreciar o mundo que não é regida, diretamente, pelas experiências cotidianas e suas possíveis deformações, como as ocasionadas pelo *establishment* e pelas relações sociais reificadas. Esse espaço literário intelectualizado, ao ser desconectado da empiria comum, se configura como um espaço autônomo onde as disputas de poder perdem o domínio. Nessa leitura, a literatura cria um espaço de reflexão crítica que desafia ou escapa das imposições do poder.

²³³ ABREU, 2006, p. 56.

²³⁴ MORTATTI, 2018, p. 24.

Terry Eagleton argumenta que nos espaços escolares há a prevalência de um modelo específico de cultura: é uma cultura que ambiciona reproduzir valores dominantes como naturais. Nessa argumentação, pode-se elucidar o porquê nos espaços escolares alguns gêneros literários e alguns autores são vistos como superiores a outros.²³⁵ Há, portanto, uma hegemonia cultural que se manifesta nas práticas pedagógicas e afeta a percepção dos educandos sobre determinados temas e autores. Essa hegemonia, na percepção de Eagleton, reforça as contradições sociais existentes ao naturalizá-las. Sendo assim, para Eagleton, a leitura crítica das obras literárias transcende a percepção das produções literárias apenas como arte; na escola, a cultura literária pode reavivar um espaço de debate e questionamento entre os educandos, os fazendo explorar questões sociais, desenvolverem pensamento crítico e questionar o *status quo*.

Eagleton, amparado nessa reflexão sobre a cultura, argumenta que as artes podem pensar uma “vida refinada”.²³⁶ Essa refinação se realiza a partir do momento em que as artes polemizam o que está no social, trazendo uma determinada temática para o seu terreno de problematização estética. Esse procedimento se efetiva, na percepção de Eagleton, na medida em que a arte incorpora elementos sociais, mas não de forma passiva, pois ela os avalia. As artes “(...) unem o real e o desejável à maneira de uma política radical”.²³⁷

O questionário aplicado em sala de aula traz uma base mais segura para essa reflexão. Nele se pode examinar o papel da escola como um local de incentivo à leitura. Maria do Rosário Mortatti e Fernando Rodrigues de Oliveira comentam que a constituição da literatura infantil no Brasil, também está conexa com a educação escolar, pois esse espaço é um local de “formação de leitores e de circulação de textos”. Essa proposta tem sua gênese, de acordo com a autora, no projeto republicano de nação,

²³⁵ Márcia Abreu, em sua obra *Cultura letrada: literatura e leitura* problematiza como a percepção de diversos intelectuais sobre o “gosto literário” termina por não englobar a diversidade de gostos literários que se localizam no espaço social. Primeiro, não há consenso sobre o gosto literário, pois ele é fluido e pode variar. Segundo, há uma dificuldade, por parte da população, em ter contato com as obras literárias ditas clássicas por uma dificuldade de leitura, por não possuírem tradução para a língua portuguesa e porque outras obras culturais terminam por se tornarem mais atrativas para essas pessoas por uma complexidade de motivos (ABREU, 2006, p. 11 e 12). Posteriormente, esse tema é estudado com mais detalhes nessa dissertação.

²³⁶ Essa ideia de “vida refinada” não se refere a elementos de distinção social, como os praticados pelas aristocracias para se diferenciarem de determinados grupos sociais; mas, como um refinamento da percepção, onde elementos estranhos da vida social passam a serem visualizados. Portanto, é um refinamento no sentido do aprendizado e da leitura crítica.

²³⁷ EAGLETON, 2011, p. 37.

“(…) baseado na modernização e enfocando a urbanização e a escolarização das massas”.²³⁸

Além disso, na fala dos educandos se percebeu a importância dos professores como sujeitos educacionais que possibilitam o contato dos estudantes com as obras literárias. Essa mediação possibilita aos educandos iniciarem um processo amadurecimento em relação a cultura literária. Aprendendo novas formas de leitura das obras literárias. Esse desenvolvimento de uma cultura literária escolar que realce novas possibilidades de interpretação e compreensão do mundo fertiliza o espaço para a constituição de novas formas de consciência e novos aprendizados nos educandos.

3.4 Produção e aplicação do material didático

Para a elaboração do material didático foram selecionadas partes da obra do escritor francês Honoré de Balzac, *História da grandeza e da decadência de César Birotteau*. A escolha dessa obra está conectada ao fato de se conter, em sua tessitura, uma “didática distinção” do “ser nobre” e do “ser burguês”. César Birotteau é um comerciante de perfumes que anseia se tornar nobre.

O perfumista lutou, bravamente, pela manutenção do Antigo Regime, como relatado na obra de Balzac. Em um episódio descrito na obra, Birotteau busca elevar a sua conduta social argumentando que lutou a favor do rei em *13 de Vendemiário*:

Em primeiro lugar, sou realista, fui ferido em Saint-Roch em vendemiário, e não é alguma coisa ter empunhado armas pela boa causa naquela época? Depois, segundo alguns comerciantes, eu me desempenhei das minhas funções consulares com satisfação geral. E, finalmente, sou suplente, e o rei reserva quatro cruzeiros para o órgão administrativo da cidade de Paris.²³⁹

Enfrentando Napoleão Bonaparte durante esse conflito, Birotteau então foi notado pelos recém-implantados novamente no poder: os monarquistas. Birotteau é um comerciante, porém não possui a disciplina exigida pelo novo sistema econômico em ascensão: o capitalismo. Assim, ansiando fazer fama na sociedade em que deseja adentrar, a nobreza, o burguês perfumista vai à falência com as dívidas adquiridas na preparação de um baile: no fundo, a personagem transita entre “dois mundos”.

O material didático então foi elaborado se conjecturando sobre a condição da personagem (principal) balzaquiana. As passagens selecionadas no material didático (Apêndice II) realçam a dualidade da vida da personagem (Cesar Birotteau), imersa

²³⁸ MORTATTI; OLIVEIRA, 2015, p. 14.

²³⁹ BALZAC, 2013, p. 435, 436, 437, 438.

na condição social burguesa e almejando posições de maior destaque na convenção a nobreza. Birotteau amarga um trágico final, traído por pessoas próximas e negando as advertências de sua esposa, que em oposição ao marido, constitui em seu pensamento o modelo de conduta da burguesia emergente. Em oposição à esposa Constança (Constance), Birotteau não interioriza, completamente, o “ser burguês”. Politicamente, a personagem se situa entre os realistas, favoráveis a permanência da nobreza de privilégios, em oposição aos outros grupos, que no referido período na França empreendiam a defesa do poder político e econômico da nova classe em ascensão, a burguesia. Por não possuir uma percepção desse “estado transitório” Birotteau vai falhar em seus empreendimentos.

A divisão do material didático foi constituída de tópicos que intitulam os principais temas discutidos pelas personagens balzaquianas. Em um primeiro momento, nesse material, é realizada uma apresentação da obra e seu enredo. O aluno é então contextualizado nas discussões que perpassam a obra de Balzac. Para uma melhor localização, para os estudantes, dos temas tratados na obra, as passagens possuem tópicos com títulos realçando os assuntos que vão ser discutidos naquele instante pelas personagens da intriga. Ao final do material, há uma atividade de seis questões e uma atividade complementar cujas alternativas deveriam ser relacionadas as afirmações corretas. Sendo assim, o material didático contou com seis questões discursivas e uma atividade complementar de múltipla escolha.

O material didático foi apresentado aos alunos em uma aula expositiva (segunda etapa de aplicação da pesquisa). Nessa aula, alguns conceitos como distinção, *status* social, controle orçamentário, inteligência financeira, racionalidade econômica, religião e predestinação foram definidos e problematizados com a classe. Os educandos também tiveram acesso às seis questões que estavam propostas no material. As respostas buscavam captar a percepção dos estudantes para o comportamento da personagem principal da obra, Cesar Birotteau, bem como a identificação do seu modo de conduta.

Logo após esse momento mais expositivo com a turma, os estudantes tiveram acesso ao material, e a classe foi dividida em grupos. Os grupos foram orientados a ler o texto do material (de forma integral) e se prepararem para a próxima aula em que o material seria debatido e problematizado pelos próprios educandos (início da terceira etapa). Em uma aula posterior, com intervalo de uma semana (após a leitura e resolução das questões propostas), os grupos retornaram à sala de aula sabendo que cada grupo e

seus respectivos membros deveriam ler as suas respostas em relação as questões do material, bem como problematizá-las e abrirem espaço para a crítica de outros colegas.

Nesse momento, de forma muito interativa, os grupos comentaram suas respostas, as exibiram aos seus colegas, ouviram as críticas e confrontaram suas perspectivas de forma interativa e dialógica. Muitos alunos (a)s assimilaram os assuntos os relacionando à gênese dos comportamentos sociais modernos e ao contexto histórico da obra. Grande parte dos estudantes conseguiu, com êxito, distinguir os modelos de conduta nobre e burguês através do comportamento da personagem Cesar Birotteau e sua esposa, Constança Birotteau.

Para se compreender os resultados obtidos com a aplicação do material didático é preciso, agora, examinar como os alunos se posicionaram diante da leitura desse material e quais respostas eles concederam às questões propostas. Além disso, é preciso fazer um balanço das respostas assertivas e incorretas na atividade de múltipla escolha. O referido material contou com seis questões conceituais abertas e uma atividade complementar com questões fechadas, de múltipla escolha.

Cada educando recebeu uma cópia impressa do material didático. Além disso, cada aluno (a) teve que responder a atividade que se localizava no final do material didático. O número de participantes dessa etapa foram de 27 aluno(a)s, sendo que cada um deles (as) foram identificados por siglas como A-1, A-2 e assim, respectivamente, até A-27. A primeira questão possuía o seguinte enredo: “1 – Em sua opinião, a obra permite uma reflexão [pensar] sobre a passagem de uma época para outro período histórico? Comente!”. Nessa questão se objetivou verificar se os educandos perceberiam, nos comportamentos das personagens da obra de Balzac, a passagem do tempo histórico localizada nas ações e comportamentos destas respectivas personagens.

Alguns alunos (a)s responderam a essa indagação da seguinte forma:²⁴⁰

²⁴⁰ Comentário da figura – 5: “Sim, sobre a transição de uma época para outro período histórico, pois retrata as mudanças sociais políticas e culturais que ocorrem nesse processo de transição”.

Comentário da figura – 6: “A obra permite um reflexão sobre a transição entre épocas históricas Ela pode nos fazer pensar sobre as mudanças sociais, políticas e culturais que ocorrem durante esses períodos de transição como e como elas afetam as pessoas e a sociedade como um todo”

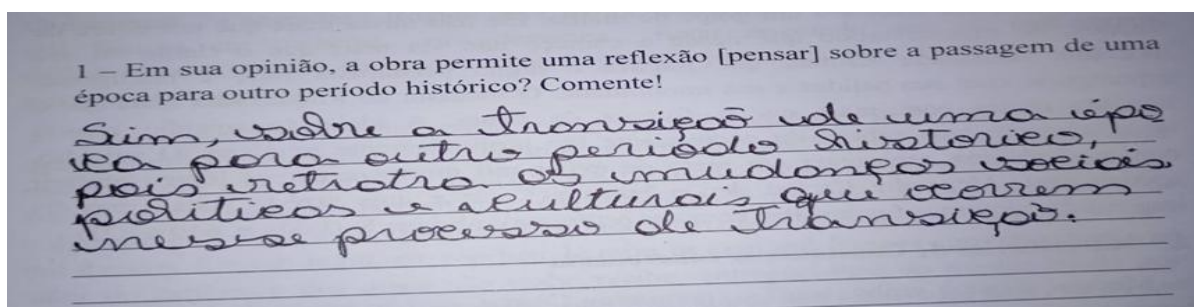


Figura 4 - Resposta aluno (a) A-20.

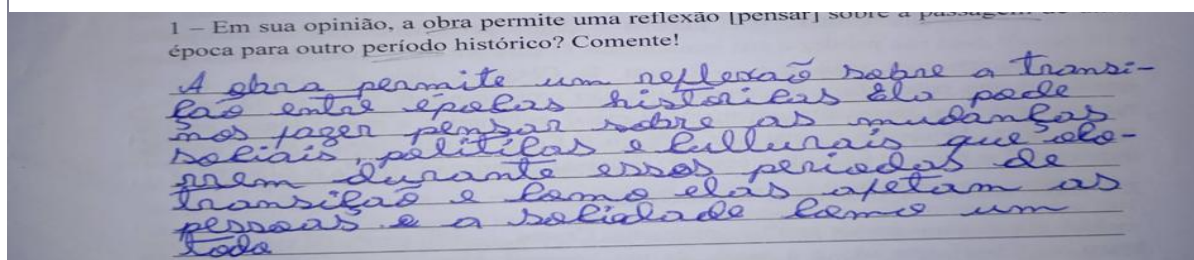


Figura 5 - Resposta aluno (a) A-19.

Nas seguintes respostas mencionadas percebe-se que os alunos (a)s A-20 e A-19 compreenderam que há, na obra de Balzac, uma reflexão sobre o momento histórico francês. Os educandos (a)s esboçaram, em seus comentários, que a obra permite aos indivíduos meditar sobre mudanças culturais e comportamentais na história. Assim, na visão desses alunos (a)s, há uma “história” no interior da obra de Balzac.

Caminhando nessa mesma linha argumentativa, 16 aluno(a)s responderam que a obra de Balzac permite aos sujeitos empreenderem uma reflexão sobre as mudanças culturais, econômicas e históricas vivenciadas em território francês. Em termos de porcentagem, 61.54% dos alunos (a)s conseguiram fornecer respostas satisfatórias a primeira questão do material didático. Conclui-se então, com base nas respostas a primeira indagação do material didático, que os educandos conseguiram “captar” a problematização do *éthos* na obra balzaquiana: há obra literária figura a transição entre dois modelos de conduta.

A segunda questão do questionário apresentou a seguinte problemática aos educandos (as): “2 – Na leitura das passagens da obra, você identificou novas palavras? Quais?”. Os (as) estudantes A-7 e A-9 responderam a essa questão da seguinte forma:²⁴¹

²⁴¹ Comentário da figura – 7: “Sim, as palavras são monologo, funções consulares, transeuntes, arranhar, pressurosa e molinete”.

Comentário da figura – 8: “Soberbo, consulares, suplente, transeuntes, excedê-los, cortesões, solicitude, prazerosa, felicitações, escrúpulo, desmesuradamente”.

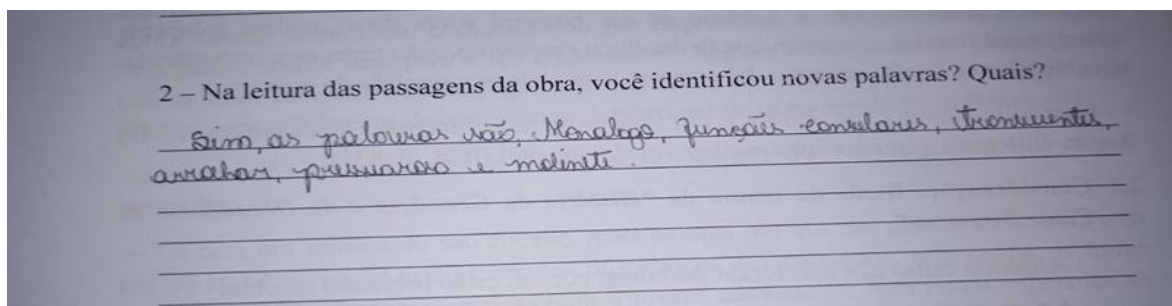


Figura 6 - Resposta aluno (a) A-7.

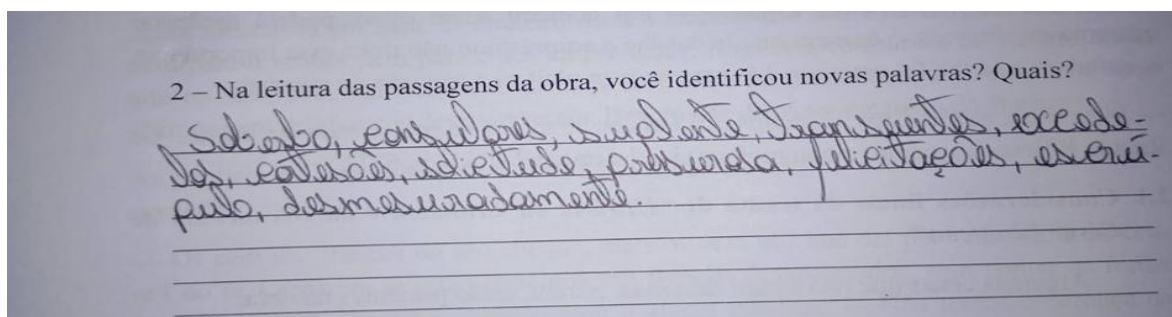


Figura 7 - Resposta aluno (a) A-9.

Se observa nas respostas dos educandos (a)s, que houve um aprendizado de palavras novas com a leitura do material didático. Alinhado com os alunos (a)s A-7 e A-9, 23 outros estudantes apresentaram bons resultados nas respostas concedidas a essa indagação. Os estudantes responderam, de forma afirmativa, que aprenderam palavras novas, e listaram as palavras “novas” que identificaram no texto. Traduzindo em termos de porcentagem, 96.15% dos alunos (a)s responderam a essa questão de forma positiva.

Na questão de número três (n.3), os educandos tiveram que responder a seguinte indagação:

3 – A personagem principal da trama, César Birotteau, é um comerciante que, ao mesmo tempo em que faz sua fortuna, realiza um serie de gastos que o levam à falência. Do seu ponto de vista e com base nas citações da obra *História da Grandeza e da Decadência de César Birotteau* é possível afirmar que César possui um modelo específico de comportamento econômico? Explique sua resposta.²⁴²

Em resposta a essa questão alguns alunos (a)s apresentaram respostas pertinentes. Entretanto, quase nenhum dos alunos (a)s conseguiu identificar os dois modelos de conduta que dividem as ações da personagem principal da trama. Porém,

²⁴² APÊNDICE II.

alguns educandos obtiveram sucesso em captar a essência do comportamento econômico de César como um pequeno-burguês.

Abaixo, algumas respostas concedidas pelos alunos (a)s:²⁴³

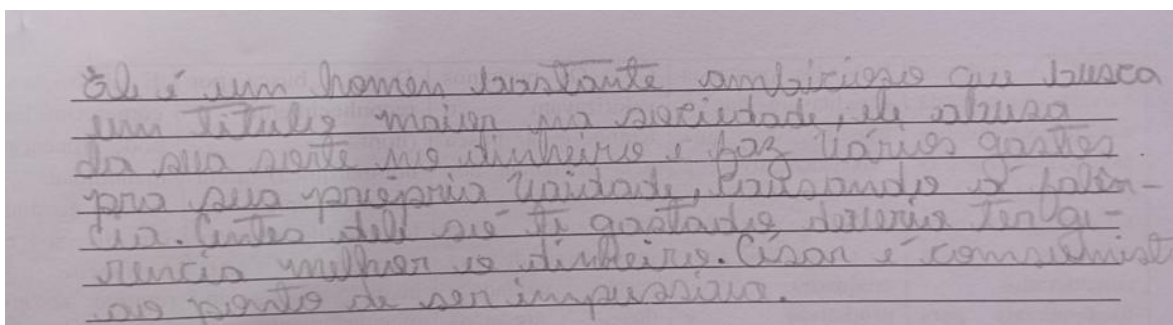


Figura 8 - Resposta aluno (a) A- 2.

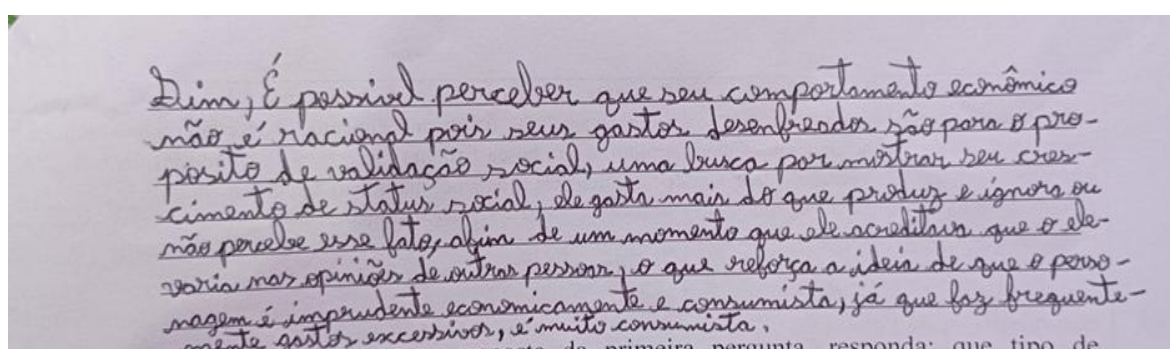


Figura 9 - Resposta aluno (a) A- 4.

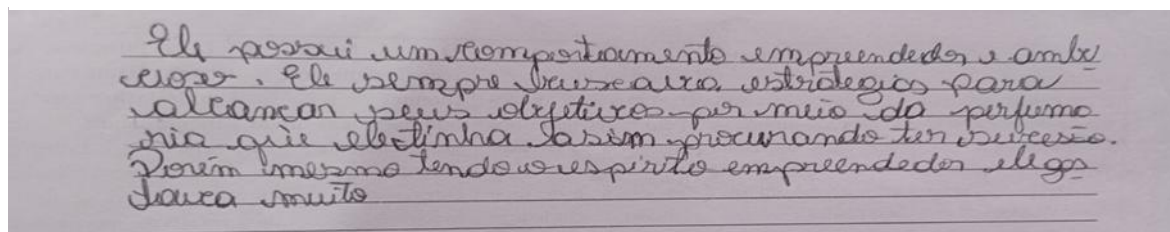


Figura 10 - Resposta aluno (a) A- 26.

Se analisa nas respostas concedidas pelos estudantes, que César possui um comportamento “ambicioso”, que para além do sucesso econômico, o perfumista ambiciona um título nobiliárquico e ele adota a “convenção” nobre pois deseja ser

²⁴³ Comentário da figura – 9: “Ele é um homem bastante ambicioso que busca um título maior na sociedade, ele abusa de sua sorte no dinheiro e faz vários gastos pra sua própria vaidade, causando a falência. Antes dele só se gastado deveria ter gerencia melhor do dinheiro. Cesar é consumista ao ponto de ser impulsivo”.

Comentário da figura – 10: “Sim, é possível perceber que seu comportamento econômico não é racional pois seus gastos desenfreados são para o propósito de validação social, uma busca por mostrar o seu crescimento de status social, ele gasta mais do que produz, e ignora ou não percebe esse fato, afim de um momento que ele acreditava que o elevaria nas opiniões de outras pessoas, o que reforça a ideia de que o personagem é imprudente economicamente e consumista, já que faz frequentemente gastos excessivos, é muito consumista”.

Comentário da figura – 11: “Ele possui um comportamento empreendedor e ambicioso, ele sempre buscava estratégias para alcançar seus objetivos por meio da perfumaria que ele tinha assim procurando ter sucesso. Porém, mesmo tendo espírito empreendedor ele gastava muito”.

reconhecido, estimado, no meio social nobre. E, imergido nesse projeto, a sua racionalidade econômica o leva à falência. Os alunos (as) perceberam que a postura racional nos gastos, resultado da sua gestão da perfumaria de sua propriedade, aos poucos vai se tornando uma postura de gastos excessivos. De forma implícita, os alunos (as) mencionados (as) conseguiram apreender o comportamento dúbio de César: ele é dividido entre o *éthos* burguês e o nobre.

Em termos de porcentagem, foi quantificado o número de aluno(a)s que forneceram respostas positivas a essa questão. Foram consideradas respostas positivas a essa questão aquelas que expuseram, mesmo que de forma mínima, aspectos da conduta financeira de César. Levando em consideração esses critérios, 18 alunos responderam a essa questão de forma satisfatória. Dessa forma, em termos de porcentagem, aproximadamente 69.23% dos estudantes responderam as questões da pesquisa de forma positiva.

A quarta questão do material didático possui a seguinte indagação: “4 – Amparando-se na resposta da primeira pergunta, responda: que tipo de comportamento econômico possui a esposa de César?”. Em resposta a essa questão os alunos (a)s responderam da seguinte forma:²⁴⁴

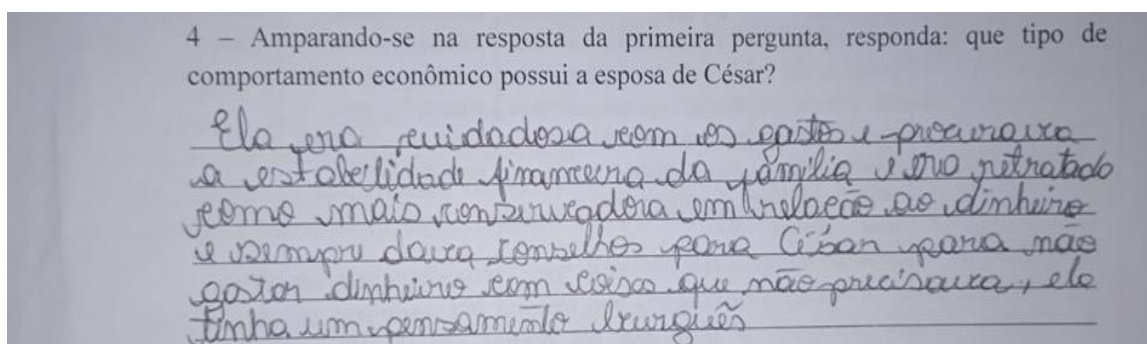


Figura 11 - Resposta aluno (a) A- 26.

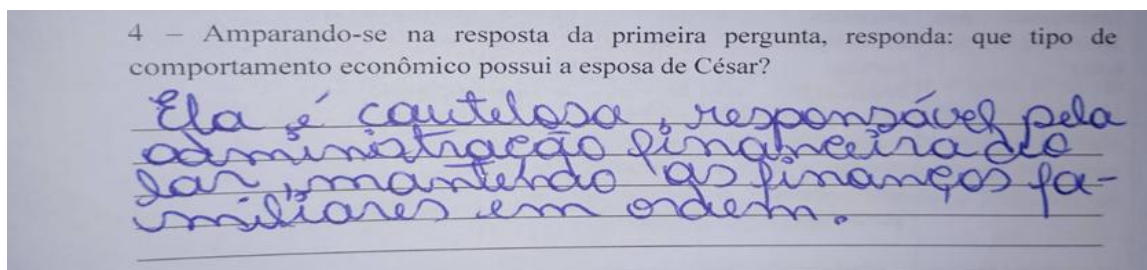


Figura 12 - Resposta aluno (a) A- 15.

família e era retratada como mais conservadora em relação ao dinheiro e sempre dava conselhos para César para não gastar dinheiro em coisa que não precisava, ela tinha um pensamento burguês”.

Comentário da figura – 13: “Ela é cautelosa, responsável pela administração financeira do lar, mantendo as finanças familiares em ordem”.

De forma bastante didática os alunos (as) A-26 e A-15 conseguiram perceber o comportamento da esposa de César. Constança é cautelosa e financeiramente controlada. Os educandos conseguiram entender como Constança possui um equilíbrio financeiro típico da classe burguesa em ascensão. Ela é dotada da racionalidade econômica da burguesia. Pode-se argumentar que a percepção dos alunos (a)s realçou a interiorização do capitalismo por Constança.

Os demais alunos e alunas conseguiram oferecer respostas satisfatórias a essa questão. Em termos numéricos, 20 alunos (a)s responderam a essa questão antagonizando o comportamento de Constança em oposição ao de César. Muitos alunos (a)s compreenderam que a esposa do perfumista possui uma racionalidade econômica no seu modo de conduta e que ela pensa em ganhos e perdas a longo e pequeno prazo. Em termos de porcentagem, 76.92% dos educandos forneceram respostas apropriadas a essa questão.

A quinta questão do material didático propôs a seguinte problemática aos educandos (as): “5 – Em sua perspectiva o que conduz César, como comerciante, a se enganar diante da falência?”. Em resposta a essa questão, os educandos elaboram as seguintes respostas:²⁴⁵

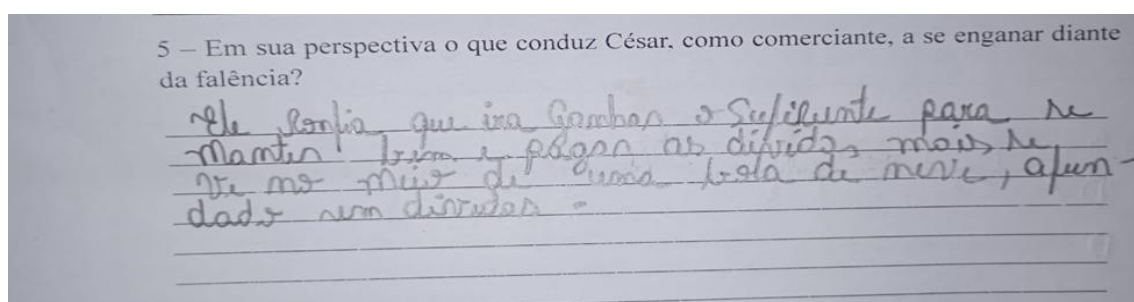


Figura 13 - Resposta aluno (a) A- 23.

²⁴⁵ Comentário da figura – 13: “Ele confia que ira ganhar o suficiente para se manter bem e pagar as dividas, mas se ve no meio de uma bola de neve, afundado em dividas”.

Comentário da figura – 15: “Sua ambição. Ele se ilude com o desejo de manter sua reputação e status social, não admitindo o fracasso e tomando decisões irracionais”.

Comentário da figura – 16: “Ele não sabia gerenciar seu próprio dinheiro e ele acabou se enganando diante da falência por ter um lado muito otimista e ganancioso e foi falindo aos pouco sem mesmo perceber, mesmo sendo alertado pela esposa, a sua ganancia”.

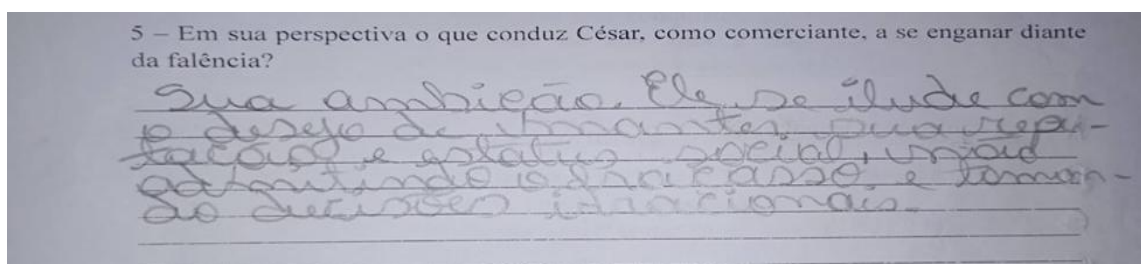


Figura 14 - Resposta aluno (a) A- 12.

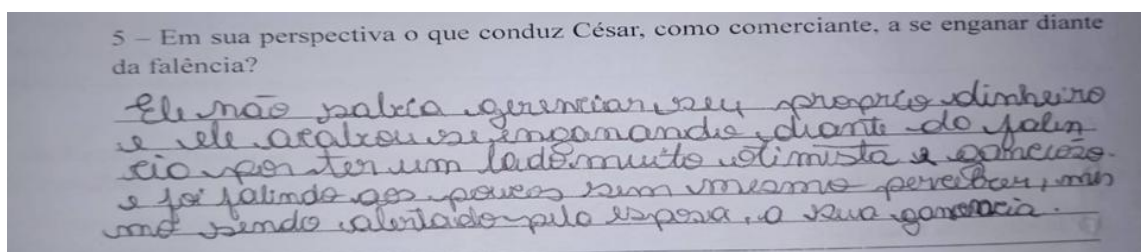


Figura 15 - Resposta aluno (a) A- 26.

Nas respostas elaboradas pelos estudantes percebe-se que a sua confiança em ganhos financeiros futuros, sua ambição, sua ilusão e a sua má gestão dos recursos que dispunha foram os elementos que resultaram na falência do perfumista. Os educandos então perceberam que há uma racionalidade capitalista que opera na gestão dos recursos financeiros. Dessa forma, a má administração desses recursos pode resultar na falência ou em dificuldades financeiras. César, na leitura dos educandos, não soube realizar essa leitura de conjuntura histórica: ele não percebe a posição de sua classe social diante das novas mudanças econômicas.

Em resposta a essa indagação 20 alunos (a)s forneceram boas reflexões sobre os atos que levam César a falência financeira. Conclui-se então que esses educandos compreenderam a falta de astúcia do perfumista em lidar com seus recursos. Em termos de porcentagem, 76.92% responderam a essa questão de forma positiva.

A sexta e última indagação conceitual dispunha da seguinte problemática: “6 – Há uma semelhança entre o modelo de comportamento econômico de César Birotteau e os sujeitos do mundo contemporâneo? Se sua resposta for “sim”, responda: o que pode ser a “causa” desse comportamento?”. O objetivo, dessa indagação foi fazer com que os estudantes desenvolvessem um “nexo” entre os estudos históricos e a vida cotidiana no mundo contemporâneo. Os educandos responderam a essa indagação da seguinte forma:²⁴⁶

²⁴⁶ Comentário da figura – 17: “Sim. O gasto excessivo consumismo. Acredito que uma das causas desse comportamento seja o capitalismo e status social. A falta de inteligência financeira”.

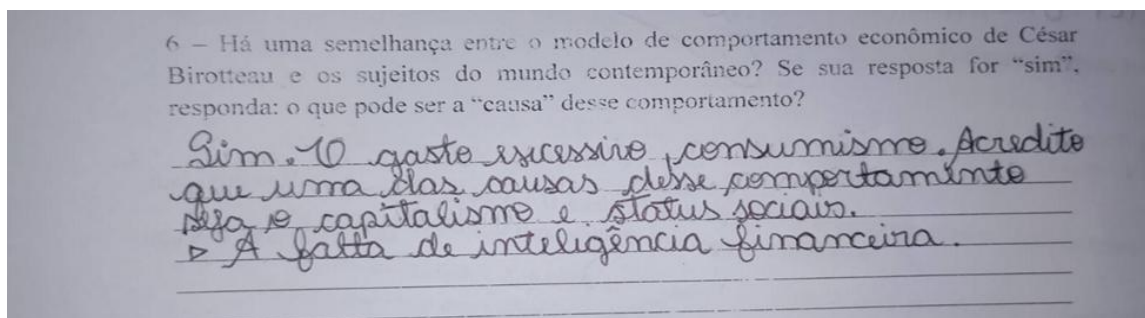


Figura 16 - Resposta aluno (a) A- 24.

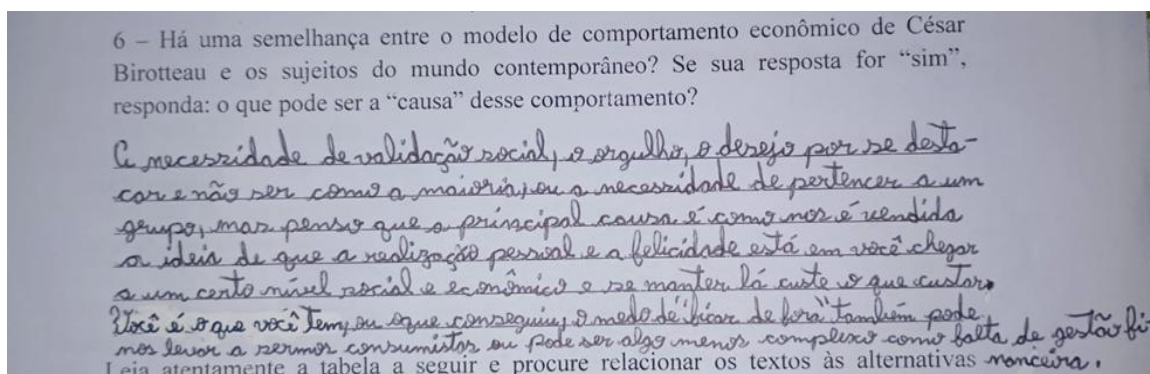


Figura 17 - Resposta aluno (a) A- 4.

As respostas dos alunos (a)s A-24 e A-4 comprovam que os educandos conseguiram empreender uma leitura dos escritos de Balzac em sintonia com seus problemas cotidianos. O consumismo foi um dos temas de destaque nas respostas dos estudantes que observaram essa prática se encontra em sintonia com as demandas do capitalismo. Além disso, a necessidade de validação social, o orgulho, a busca por *status* e anseio por pertencer a um grupo social mais elevado motivam os comportamentos financeiramente descontrolados na visão dos educandos. Nesse sentido, os educandos esboçaram uma percepção frutífera sobre os conhecimentos estudados e sua conexão com a realidade social do mundo contemporâneo.

Em resposta a essa indagação 21 aluno(a)s demonstraram compreender a conexão entre a obra literária e temas da realidade contemporânea. Em termos de porcentagem, 80.77% dos alunos conseguiram fornecer boas respostas a essa indagação. Se ilustra, nessa percepção e com base nos dados fornecidos em forma de porcentagem, que a

Comentário da figura – 18: “A necessidade de validação social, o orgulho, o desejo por se destacar e não ser como a maioria, ou a necessidade de pertencer a um grupo, mas penso que a principal causa é como nos é vendida a ideia de que a realização pessoal e a felicidade está em você chegar a um certo nível social e econômico e se manter lá custe o que custar. Você é o que você tem, ou o que conseguiu, medo de ‘ficar de fora’ também pode nos levar a sermos consumistas ou pode ser algo menos complexo como a falta de gestão financeira”

pesquisa demonstrou um bom aproveitamento da literatura como um recurso para se compreender processos históricos.

Para uma exposição didática sobre os resultados obtidos em forma de porcentagem da avaliação conceitual aberta segue o seguinte quadro:

Pergunta	Respostas Positivas	Respostas Negativas
1 – Em sua opinião, a obra permite uma reflexão sobre a passagem de uma época para outro período histórico? Comente.	61,54%	38,46%
2 – Na leitura das passagens da obra, você identificou novas palavras? Quais?	96,15%	3,85%
3 – A personagem principal da trama, César Birotteau, é um comerciante que, ao mesmo tempo em que faz sua fortuna, realiza uma série de gastos que o levam à falência. Ele possui um modelo econômico?	69,23%	30,77%
4 – Amparando-se na resposta da primeira pergunta, responda: que tipo de comportamento econômico possui a esposa de César?	76,92%	23,08%
5 – Em sua perspectiva, o que conduz César, como comerciante, a se enganar diante da falência?	76,92%	23,08%
6 – Há uma semelhança entre o modelo de comportamento econômico de César Birotteau e os sujeitos do mundo contemporâneo? Se sim, qual é a causa desse comportamento?	80,77%	11,23%

Tabela 3 - Tabela com os dados da pesquisa sobre a atividade conceitual aberta do material didático.

Segue também um gráfico para ajudar na compreensão dos resultados:

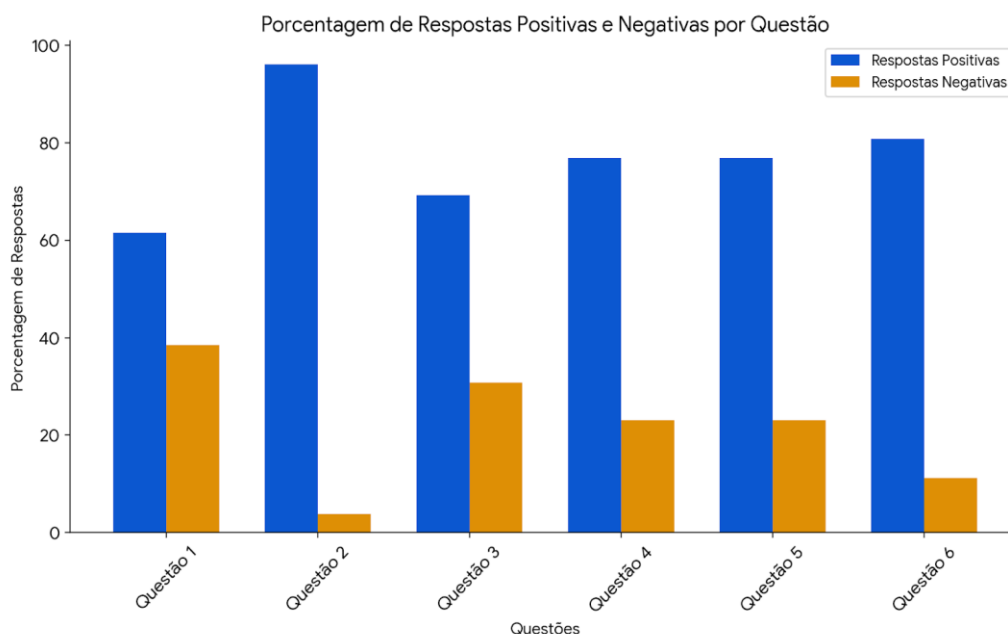


Figura 18 - Gráfico com a quantificação dos dados da pesquisa.

Além das questões conceituais abertas, na última parte do material didático foi confeccionada uma atividade avaliativa fechada com questões de múltipla escolha. Segue abaixo a avaliação apresentada aos alunos (a)s:²⁴⁷

Leia atentamente o quadro a seguir e procure relacionar os textos às alternativas abaixo, preenchendo as lacunas.

²⁴⁷ Quadro – Atividade de múltipla escolha respondida pelos alunos (as).

A – A nobreza valorizava a cortesia e a etiqueta em suas interações sociais. O comportamento refinado e as boas maneiras eram considerados fundamentais para demonstrar o “tipo nobre”.	B – Os puritanos acreditavam que o trabalho era uma "vocação" divina e que cada indivíduo deveria se empenhar ao máximo em suas atividades produtivas e profissionais. O trabalho disciplinado era visto como uma manifestação de devoção a Deus e uma forma de glorificá-lo.	C – Os puritanos valorizavam o tempo e a busca pela eficiência nos negócios. Eles enfatizavam a importância de uma gestão cuidadosa dos recursos (dinheiro) e a busca de lucros por meio de uma conduta empresarial metódica e sistemática.	D – A busca por reconhecimento (honra nobiliárquica) afeta negativamente a tomada de decisão empresarial. Ao invés do reconhecimento, busca-se arrecadar, investir e poupar, esperando assim o momento oportuno para se investir.	E – A posição de um comerciante burguês pode influenciar sua mentalidade em relação ao dinheiro. Em diversos casos, o dinheiro se torna rotativo: se investe para ganhar mais, evitando gastos excessivos.
---	---	---	---	--

() Distinção e *status* social;²⁴⁸

() Controle orçamentário;

() Racionalidade econômica;

() Inteligência financeira;

() Religião e predestinação;²⁴⁹

Os alunos (a)s deveriam relacionar as afirmações as suas respectivas respostas corretas. Antes da aplicação dessa atividade, ainda na segunda etapa, foram esboçados esses conceitos aos alunos e alunas, de forma a promover uma reflexão que facilitasse o entendimento da obra de Balzac. Em resposta a essa atividade, as alternativas que respondiam corretamente as lacunas das alternativas eram: “A) A nobreza valorizava a cortesia e a etiqueta em suas interações sociais. O comportamento refinado e as boas

²⁴⁸ Distinção: ação ou efeito de distinguir(-se), se diferenciar. O termo “*status* social” refere-se à posição que os grupos (ou indivíduos) ocupam na sociedade.

²⁴⁹ Predestinação (do termo latino *praedestinatione*) é uma destinação antecipada à salvação, a grandes feitos, etc. Em teologia, especificamente, é a doutrina segundo a qual todos os eventos têm sido determinados por Deus.

maneiras eram considerados fundamentais para demonstrar o “tipo nobre”. A resposta que se adequava a essa alternativa era “Distinção e *status* social”. Na afirmação:

B – Os puritanos acreditavam que o trabalho era uma "vocação" divina e que cada indivíduo deveria se empenhar ao máximo em suas atividades produtivas e profissionais. O trabalho disciplinado era visto como uma manifestação de devoção a Deus e uma forma de glorificá-lo.²⁵⁰

A resposta que mais se adequava a essa afirmação era “Religião e predestinação”. Já na afirmação “C”, havia a seguinte mensagem:

C – Os puritanos valorizavam o tempo e a busca pela eficiência nos negócios. Eles enfatizavam a importância de uma gestão cuidadosa dos recursos (dinheiro) e a busca de lucros por meio de uma conduta empresarial metódica e sistemática.²⁵¹

A resposta a essa indagação correspondia a “Racionalidade econômica”. Já a afirmação “D” possui a seguinte mensagem:

D – A busca por reconhecimento (honra nobiliárquica) afeta negativamente a tomada de decisão empresarial. Ao invés do reconhecimento, busca-se arrecadar, investir e poupar, esperando assim o momento oportuno para se investir.

Em resposta a essa questão os alunos (a)s deviam relacionar com o conceito de “Controle orçamentário”. Já a última mensagem da atividade possuía a seguinte afirmação: “E – A posição de um comerciante burguês pode influenciar sua mentalidade em relação ao dinheiro. Em diversos casos, o dinheiro se torna rotativo: se investe para ganhar mais, evitando gastos excessivos”. A resposta a essa afirmação é “Inteligência financeira”.

Sobre essa última atividade, as respostas corretas e incorretas foram catalogadas e contabilizadas em termos de porcentagem. Os alunos (a)s que acertaram três ou mais alternativas foram considerados como alunos (a)a que obtiveram um bom desempenho na atividade, já os que acertaram uma quantidade inferior a três foram considerados alunos (a)s que obtiveram um desempenho negativo. Nesse sentido, 18 alunos acertaram mais de três questões nessa atividade e 8 acertaram abaixo de três questões. Em termos de porcentagem 69,23% dos alunos (as) acertaram três ou mais alternativas da atividade e 30,77% obtiveram um rendimento inferior as três questões.

²⁵⁰ APÊNDICE II.

²⁵¹ Idem.

Após a aplicação do material didático em sala de aula, houve um momento (com a turma) em que lhes foi dada a devolutiva. As respostas que obtiveram uma maior sintonia com a proposta da pesquisa foram apresentadas e problematizadas em sala de aula. Nesse sentido, até mesmo os educandos que não obtiveram um “bom resultado” com a avaliação puderam aprender com o processo de correção.

3.5 A formação do gosto na literatura

Márcia Abreu, em *Cultura letrada: literatura e leitura* (2006) esboça uma multiplicidade de leituras sobre o gosto literário. Uma das contribuições da autora é pensar o espaço das produções literárias para além do denominado “gosto intelectual”. Uma das indagações alçadas por Abreu é: haveria consenso sobre o gosto literário? Buscando responder a essa inquietação a autora traz para a sua problematização uma “eleição” empreendida pelo jornal *A Folha de São Paulo* das melhores obras literárias do século XX.²⁵²

Em sua reflexão a autora pondera que as principais obras eleitas pelo jornal, *Ulisses*, de James Joyce, *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust, e *O processo*, de Frank Kafka, dentre várias outras, não condiziam com o gosto de grande parte do público. Além disso, grande parte do público, em diversas ocasiões, nem mesmo teve/tinha contato com essas obras por questões relacionadas à tradução para a língua portuguesa, como no caso específico da obra de James Joyce, *Finnegans Wake*. Assim, Abreu sublinha que “(...) não há consenso quando se trata de gosto e, especialmente, de gosto literário”.²⁵³ Essa afirmação se baliza pela lista dos melhores livros de ficção realizada pela revista *Veja*, em que os livros de Jô Soares, João Ubaldo Ribeiro e de Paulo Coelho alcançaram expressividade em detrimento de autores nacionais mais reconhecidos como Machado de Assis e Mário de Andrade, por exemplo.

A autora também indica que a literalidade de um texto não se conecta somente a seu espaço interno: o que está escrito na obra. Abreu comenta que os apreciadores dos escritos literários possuem dificuldade em aceitar que não é o espaço interno da obra que a consagra, mas as complexas redes de conexões que são exteriores a obra: a literalidade vem de elementos como o nome do autor, o mercado editorial e os critérios de avaliação e crítica em vigor em um determinado momento histórico.²⁵⁴

²⁵² ABREU, 2006, p. 11 e 12.

²⁵³ Ibid., p. 15.

²⁵⁴ Ibid., p. 41.

Com base nessa reflexão a autora postula que grande parte do gosto literário é resultado dos processos que convergem para a transmissão de uma “imagem social”. Muitos autores, mesmo sendo lidos e relidos pelo público, são objetos de uma análise pejorativa por parte da crítica intelectual. Nesse sentido, mesmo com milhares de cópias de seus livros vendidos, Paulo Coelho (na visão da autora) é concebido como um autor inexpressivo para uma parte da crítica literária.

A leitura de Márcia Abreu sobre o gosto literário no Brasil é interessante por realçar os preconceitos e o elitismo de uma classe intelectualizada diante do gosto popular. Rompendo com esse padrão, as escolas então deveriam ensinar os educandos a lerem e gostar de literatura em suas múltiplas formas e perspectivas, seja a literatura clássica ou contemporânea local, que expressem o imaginário de grupos e comunidades. Porém, o que é ensinado nas escolas é que existe um “gosto superior” - o das obras clássicas - que devem ser admiradas, em detrimento do gosto pessoal, que pode convergir para a apreciação de outras obras culturais.

Essa postura contribui para um afastamento dos educandos diante das obras literárias, já que ela edifica o conhecimento literário como sendo parte de uma forma de pensar, meramente intelectualizada e que estaria distante da realidade dos sujeitos. Porém, Maria do Rosário Mortatti, em *Entre a literatura e o ensino: a formação do leitor* (2018) esboça que a literatura não deve ser reduzida a uma prática de interpretação, como ocorre com frequência nas instituições de ensino. A literatura (com suas potencialidades) pode contribuir de forma ainda mais significativa para o processo educacional.

Primeiro, Mortatti argumenta que uma cultura literária só pode ser desenvolvida na prática da leitura. Os educandos devem ser instigados a lerem, problematizarem e vislumbrarem novas possibilidades para o real nos escritos literários.²⁵⁵ Com esse processo é possível se articular uma “pedagogia do desafio e do desejo”. Para isso, a escola não deve ser um meio de confirmação do gosto estabelecido, ela deve estipular, propor novas formas de ler e analisar as obras literárias, “despertar o espírito crítico”.

Outro ponto alçado pela autora, como parte de sua reflexão sobre a leitura literária, é a quebra da “(...) concepção de história como sequência linear ou circular de fatos e de uma linguagem como transparência do real (verbalizado)”. O rompimento

²⁵⁵ MORTATTI, 2018, p. 34.

dessa noção sequencial da História faz com que o educando se aproxime de uma nova concepção de História:

(...) como objeto de uma construção social articulado à linguagem como trabalho coletivo, como ação entre sujeitos, com vistas à sua transformação, ao seu desenvolvimento consciente, em determinado espaço e tempo e de acordo com certas necessidades.²⁵⁶

Há, portanto, nessa leitura uma visualização de novas possibilidades no aprendizado. Agora o educando é instigado não só a esboçar uma interpretação das obras literárias, ele é desafiado a conhecer “o que não se sabe”. As obras literárias, nesse sentido, permitem ao educando pensar o passado, visualizar o seu presente e propor um novo futuro.

Mortatti também ilustra que o gosto pela leitura se forma em decorrência de uma necessidade dos indivíduos pelo cultivo existencial da fantasia e da imaginação. Os indivíduos mobilizam a sua fantasia e sua imaginação buscando, nesta percepção, solucionar seus conflitos internos e de outras ordens. Ao reavivar a imaginação, os textos literários podem induzir os indivíduos a comporem significados e sentidos para a sua existência. Há, portanto, um uso prático da literatura: ela se torna capaz de superar o domínio do factual. A literatura então se torna rica não pela sua semelhança com aparências da vida, mas por suas distinções em relação a ela.

Entretanto, o gosto literário não é algo aleatório que se forma espontaneamente nos educandos. A formação do gosto é aprendida e pode ser ensinada.²⁵⁷ O professor também possui um papel de destaque nessa formação do gosto, na percepção de Mortatti. Ele deve desempenhar uma “intervenção intencional”. Porém, tudo que “(...) vai ser dito sobre a leitura da literatura precisa fazer parte da vida do professor”.²⁵⁸ O professor deve criar condições para o favorecimento e desenvolvimento do gosto literário. Assim, o educador deve propor avanços, problematizar o que se conhece e desafiar os educandos a buscarem novas formas de entendimento do mundo.

Mortatti também expressa que muitas “tendências em voga na escola” realçam o papel da leitura por parte dos educandos.²⁵⁹ No entanto, esse processo não enriquece o aprendizado dos estudantes, pois há uma noção de gosto e leitura situadas nessas propostas que dificultam o aprendizado crítico. Assim comenta a autora:

²⁵⁶ Ibid., p. 36.

²⁵⁷ Ibid., p. 39.

²⁵⁸ Ibid., p. 40.

²⁵⁹ Ibid., p. 34.

Em detrimento das vantagens que possam apresentar, tais propostas parecem muito mais estar servindo para a confirmação do gosto estabelecido, ou seja, para um conformismo educacional e cultural, discrepante em relação aos objetivos explicitados de “despertar o espírito crítico do aluno”, “transformar a sociedade” etc.²⁶⁰

Portanto, essas propostas de leitura não aderem a um modelo (de leitura) crítico, onde o educando possa se deparar com novas possibilidades imagéticas e criativas. O que há é uma reafirmação do gosto já existente. Assim, a percepção crítica dos educandos é emoldurada em uma estrutura de conformismo e confirmação dos valores já existentes. Nesse caminho as leituras literárias não assumem um “distanciamento” do real, o que possibilita a sua melhor apreensão. O mundo envolto em relações de poder e contradições sociais (de todas as ordens) não é objeto de crítica (desnudado); portanto, não é reinventado pelos educandos. Essas leituras então não propõem um “reinventar” de perspectivas e sentidos para a convivência social.

O gosto literário adentra então um espaço de imobilismo. Com a justificativa de democratização da cultura permite-se aos educandos, na percepção de Mortatti, trazer suas preferências de leitura para o ambiente escolar. Entretanto, essas preferências trazem consigo “(...) marcas do aprendizado de leitura, a partir da exposição, desde muito cedo, aos produtos da indústria cultural e ao contexto social em que vivem”.²⁶¹ Entretanto, há um perigo no aprofundamento dessa lógica que “(...) sob a aparência de divulgação e democratização da cultura e das oportunidades educacionais”²⁶² consolida os conjuntos de ideias e valores naturalizados no espaço social. Assim, ao invés de uma democratização, o que se firma nessas práticas pedagógicas é a prevalência de um monologismo.

Aqui, o desenvolvimento do gosto pela leitura e pelas obras literárias que transcendem a cultura *mainstream* pode ser útil ao aprendizado que cultive a desnaturalização das relações sociais. Entendendo que o imaginário é composto pelas diversas formas de representações desenvolvidas pelos indivíduos, socialmente, nas relações que desenvolvem com o mundo político, social e econômico, postula-se que a formação do gosto literário pode “quebrar” o predomínio de representações que cultivam a visão do dominador. A formação pela leitura pode apresentar novas possibilidades de compreensão do real e dos signos sociais hegemônicos.

²⁶⁰ Ibid., 34.

²⁶¹ Ibid., 35.

²⁶² Ibid., 35.

Levando em consideração as perspectivas de Márcia Abreu e Maria do Rosario Mortatti é possível ponderar que o desenvolvimento do gosto literário implica em uma série de temas. *Aisthesis*, em grego, é ser atingido pelos sentidos, uma visão sensorial das coisas. Daí o termo “estética”.²⁶³ Gosto, então, é sentir um prazer com a leitura. Mas que prazer é esse? Imaginativo, que a literatura provoca. Porém, esse gosto também é cultural, diverso de outras formas de gosto. Entendendo o gosto dessa forma, conclui-se que o gosto literário (e sua formação) não é uma tarefa simples de execução para o educador, mas ele deve ser desenvolvido tendo em vista um dialogismo que realce as sinuosidades e singularidades da estética literária e suas contribuições para a percepção das relações sociais. O gosto então se refina.

A literatura possui um potencial de aprendizado para os educandos que auxilia em suas formações para a vida, para os questionamentos e sensibilidades para com as contradições-ingerências (danosas) sociais e suas consequências para os destinos humanos. Dessa forma, o ensino de História pode contar com os textos literários não só como fonte de investigação, mas como forma singular de educação pelo sensível. A História, nesse sentido, com o auxílio dos textos literários, forma novas capacidades de percepção e imaginação, desnaturalizando os preconceitos e elucidando o pensamento de determinados conceitos histórico-sociais no passar dos tempos.

3.6 Considerações finais

Franz Kafka inicia seu conto *Primeira dor* indicando a figura de um trapezista. Kafka descreve como o trapezista, acostumado a viver nas alturas, com pouco contato humano, não entende os desgastes causados pelo tempo. Ao perceber a corrosão de sua arte “excepcional” e “insubstituível” o trapezista cai em lamentos diante do empresário ao qual presta serviços. O pedido do segundo trapézio pelo trapezista expressa, na percepção do empresário, uma “diversificação da apresentação”; mas, também manifesta o desgaste da arte do trapezista. O empresário então percebe, no rosto do trapezista, que as “primeiras rugas começavam a se desenhar-se sobre a lisa fronte infantil do trapezista”.²⁶⁴

Esse conto de Kafka manifesta uma angústia íntima de muitos indivíduos no mundo contemporâneo, na qual a educação limita a capacidade de abstração. Nele se percebe uma problemática em torno da temporalidade e, com isso, o desgaste das

²⁶³ MANIERI, 2023, p. 32.

²⁶⁴ KAFKA, 2020, p. 13.

relações humanas que é ignorado. Nesse sentido, a percepção do tempo e suas transformações são recalçadas. O ensino passa a não mais problematizar o mundo vivido; mas, busca justificar suas ambivalências. Assim como o trapezista que não compreende o auge e decadência de sua carreira, muitos sujeitos não percebem o *devoir* do tempo histórico. Paul Ricoeur comenta:

Como enfatiza Paul Ricoeur, há em torno da história uma espécie de “desconhecimento”, ou seja, é preciso entender que “o fato de que somos afetados pela história e que afetamos a nós mesmos pela história que fazemos”.²⁶⁵ A reflexão de Ricoeur aponta para a complexidade da ação humana. A função da História é esclarecer esta complexidade da história em si. Há aqui a avaliação de que o controle da História se firma na medida em que os sujeitos desconhecem partes da história, e ainda não compreendem que são afetados por ela.

Se localiza nas palavras de Ricoeur uma ambivalência: ao mesmo tempo em que construímos a história, também somos moldados por ela através de nossos atos. Ricoeur então retraduz a percepção que muitos sujeitos possuem da história: como algo inteiramente controlável. O filósofo francês pondera que ao tentar controlar a história, se ignora essa relação de recíproca influência entre sujeito e o momento histórico vivido. Compreender a história como algo inteiramente controlável é um erro, pois as ações empreendidas no presente, ainda que sob determinados fins, terminam gerando implicações inesperadas. Além disso, essas implicações podem retornar para afetar aqueles que as criaram. Assim como o trapezista de Kafka, não somos imunes à ação do tempo e suas transformações: somos seres de temporalidade.

Esse trabalho intentou empreender um aprimoramento do ensino de História ao propor uma aproximação entre o conhecimento histórico e as obras literárias. Para a realização dessa aproximação foi aplicado em sala de aula um questionário, objetivando discernir o grau de contato dos estudantes com as obras literárias. Além disso, se confeccionou uma proposição didática (material didático), buscando realçar as transformações históricas que ocorrem na passagem do *éthos* nobre para o burguês na obra de Honoré de Balzac *História da grandeza e da decadência de César Birotteau*. Essa proposição didática foi organizada tendo em vista a utilização dos textos literários como meio para o aprendizado histórico. Pode-se comprovar que o estudo das obras

²⁶⁵ RICOEUR, 2010b, p. 363.

literárias auxilia a compreensão histórica do passado e a formação de uma consciência histórica mediada pela sensibilidade literária.

Assim, foi apresentada uma proposição didática que pode ser útil aos professores de História no enriquecimento de suas práticas didáticas e metodologias de ensino. A proposta lançada nessa dissertação também pode ser útil para a investigação de outros temas históricos em outras obras literárias. Isto possibilita novas formas de aprendizado dos eventos históricos, e das transformações do tempo, figuradas em obras literárias que abordam outras questões históricas e sociais. As obras literárias contribuem para uma sensibilização em torno de processos históricos. Com o auxílio da literatura, não só se visualiza na história as datas e os “grandes” personalidades históricas; agora, se pode perceber os eventos históricos como uma conjunção de diversas perspectivas analisando, de forma distinta, como os eventos se processam em um determinado espaço-tempo. A literatura traz uma perspectiva diversa em relação ao conhecimento histórico: observar que na época em que Balzac escreve, a própria sociologia está em formação.

Ao se defrontar com esse novo modelo de experiência educacional e histórica, os estudantes conseguiram apreender o conhecimento histórico em outra perspectiva. Foi possível observar, através da percepção das personagens de Balzac, o *devoir* histórico na prática dessas figuras. Os estudantes conseguiram, como esboçado nos dados da pesquisa, compreender as forças sociais que atuam sobre os sujeitos em um determinado momento da história.

Entretanto, não foi possível examinar com mais detalhes o “grau” (ou nível) de aprendizado em relação à nossa proposta. Peter Lee, historiador e pesquisador inglês, desenvolveu bons estudos nesta área ao propor experiências didáticas que objetivam fazer com que os educandos entendam o passado de maneira mais profunda e contextualizada, em vez de apenas memorizar datas e fatos.²⁶⁶ Sua pesquisa sobre os conceitos de Conhecimento Substantivo e Conhecimento Procedimental conseguiram captar os graus de aprendizado dos educandos no que diz respeito à utilização de conceitos históricos em contextos concretos da vida.

Esse formato de investigação também foi pensado em nossa pesquisa. Entretanto, em razão do tempo reduzido das aulas de História, da dificuldade dos educandos de se depararem com outras propostas educacionais que escapem ao modelo

²⁶⁶ SILVA, 2012, p. 218.

de decoração de datas, eventos e características de processos históricos, houve momentos em que a pesquisa encontrou dificuldades de implementação. No entanto, os alunos (a)s conseguiram apreender os conceitos estudados e realizaram o seu uso ao aplicarem os conhecimentos adquiridos em sala de aula na análise do material didático.

Aqui, se vislumbra a contribuição da arte para a efetivação de uma forma sensitiva de apreensão histórica. Além de um meio para o aprendizado histórico, foi possível verificar que a obra de Balzac figura a história de uma maneira específica. Em alguns momentos, tal recepção artística causou uma inflexão na forma como os educandos apreendem as relações sociais.

Balzac, como escritor expoente do realismo francês, figura em sua personagem, César Birotteau, os desafios da temporalidade a que estão sujeitos os seres humanos. A *mímesis* da obra, ou seja, a forma como ela transmite sua particularidade estética reflexiva, evidencia a possibilidade de incompreensão da logicidade dos campos sociais (no caso de Birotteau, o campo econômico). Birotteau é representado como um ser em “dois mundos”, presente ao nível fundamental da ordem econômica capitalista, ele age como um bom nobre.

Levando em consideração essa problemática situada na dissertação é possível afirmar que o uso das obras literárias pode ser benéfico ao ensino de História. Ao abordarem os problemas de ordem social e histórica as obras culturais, como a literatura, figuram as relações humanas ao seu modo particular. Elas incubem a sensibilidade de se fazer ver o que é ocultado no cotidiano. Há, portanto, aqui uma ruptura no regime sensorial comum dos sujeitos, revelando aquilo que se nega. Essa postura traz a luz as ideologias danosas aos seres humanos e impulsionam a capacidade de transformação social, ao permitirem aos sujeitos imaginarem novas possibilidades para o real.

Referências

ADORNO, Theodor W. *Teoria estética*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1982.

ADORNO, Theodor W. *Dialética negativa*. Tradução de Marco A. Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: Unesp, 2006.

ALMEIDA, Simone Garcia; AMADOR, Kassandra Thamyris Maciel. A interdisciplinaridade no ensino de história: relações possíveis entre a História e a Literatura. *Fronteiras & Debates*. 2019, v6, n°: 2, p. 101-118.

BALZAC, Honoré de. *Lá comedie humaine: scènes de la vie de province* – Vol. VIII, Tome IV. Paris: Project Gutenberg - Free eBooks, 2017.

BALZAC, Honoré de. *O pai Goriot*. Tradução de Rosa F. D'Aguiar. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2015.

BALZAC, Honoré de. *A comédia humana volume 8: História dos treze: Ferragus, A duquesa de Langeais, A menina dos olhos de ouro, História da grandeza e da decadência de César Birotteau, A casa Nucingen*. Organização, orientação, introduções e notas de Paulo Rónai; tradução de Ernesto Pelandá, Gomes da Silveira e Vidal de Oliveira; 3. ed. – São Paulo: Globo, 2013.

BARROS, J. D. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico. *Revista Diálogos: Maringá*, v17, n°. 13, 2013.

BARROS, J. D. Realeza, solidariedade nobiliárquica e imaginário cavaleiresco na idade média portuguesa (séc. XIII-XIV). *Revista Ciências Humanas*, [S. l.], v. 2, n. 1, 2009.

BARROS, J. C. D. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico. *Dialogos*, v. 17, n. 3, p. 977-1005, 13 mar. 2013.

BARROS, J. D. Cidade medieval e feudalismo – um balanço da questão. *Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas*, [S. l.], v. 16, n. 2, 2009b.

BARROS, J. D. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 1–27, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 2ª Ed. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, Raul Costa de. *Ensino de história, cotidiano e literatura: escravidão e paternalismo em contos de Machado de Assis*. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciência Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2016.

CORDEIRO, Sara R. Ramos. *O significado do dinheiro em Balzac*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2010.

COELHO, Victor de Oliveira Pinto. Intervenção crítica e política da ficção: aproximações entre Luiz Costa Lima e Jacques Rancière. *Fato e Versões – Revista de História*: v. 10 n. 19, 2018.

COSTA, Lourenço Resende da. *História e literatura: um diálogo interdisciplinar*. *Revista Todas as musas*. Ano 10, Número 02, Jan-Jun de 2019.

CRUZ, Claudio Celso Alano da. Arte, mercadoria e As ilusões perdidas: o artista moderno vai à feira. *Nonada: Letras em Revista*, vol. 1, núm. 14. Porto Alegre, Brasil. maio/setembro de 2010.

DOBB, Maurice Herbert. *A evolução do capitalismo*. Tradução de Manuel do Rêgo Braga. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DOSSE, François. *A história*. Tradução de Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru- São Paulo: EDUSC, 2003.

DUARTE, Rodrigo. Esquematismo e semiformação. *Educ. Soc. Campinas*, v. 24, n. 83, p. 441-457; ago./2003.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Tradução de Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. 6ª Ed. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

EAGLETON, Terry. *A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental* In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Sobre a literatura e a arte*. Lisboa: Estampa, 1971.
FRAGOSO, João. *A sociedade perfeita: as origens da desigualdade social no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2024.

FREITAS, Ângela Maria Xavier. A importância do uso da Literatura como recurso facilitador no processo de aprendizagem. *Perspectivas Sociais*, Pelotas, vol. 06, nº 01, p. 98-110, 2020.

FIANCO, Francisco. Arte e sociedade em "Teoria Estética" de Theodor Adorno. *ARJ – Art Research Journal: Revista de Pesquisa em Artes*, [S. l.], v. 7, n. 1, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

GAGNEBIN, Jeanne-marie. Do conceito de Darstellung em Walter Benjamin ou verdade e beleza. *Revista Kriterion: Belo Horizonte*, nº 112, Dez/2005.

GOMES, Francisco José Silva. A Cristandade medieval entre o mito e a utopia. *Topoi Revista de História*, Rio de Janeiro, Vol. 3, Nº: 5, dezembro 2002, pp. 221-231.

HOLANDA, Luisa Severo Buarque de. Sobre a Mimesis em Aristóteles. *Reflexão*, [S. l.], v. 31, n. 90, 2015.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Tradução de Waltensir Dutra. Ed: 16º, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

KUHNS, Oscar. *John Huss: The Witness*. Cincinnati: Jennings and Graham, 1907.

LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média*. Tradução de Rogério Silveira Muio. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KAFKA, Franz. Um artista da fome, A colônia penal -outras histórias. Tradução de Guilherme da Silva Braga. Porto Alegre: L&PM, 2020.

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Tradução de José A. P. Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1987.

LIMA, Aline Cristina da Silva; AZEVEDO, Crislane Barbosa de. A interdisciplinaridade no Brasil e o ensino de história: um diálogo possível. *Revista Educação e Linguagens*, Campo Mourão, v. 2, n. 3, jul./dez. 2013.

LIMA, Luiz Costa. *Mimesis: desafio ao pensamento*. 2ª edição revista. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

LIMA, Luiz Costa. *A ficção externa e a historiografia*. In: MALERBA, Jurandir (Organizador). *História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2007.

LUKÁCS, Georg. *Ensaio sobre literatura*. Coordenação e prefácio de Leandro Konder. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1965.

LUKÁCS, Gyorg. *História e consciência de classe*. 1º Ed. Tradução de Rodney Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. *Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. 2ª Ed. Tradução de Carlos N. Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MANIERI, Dagmar. *A hermenêutica do mundo grego antigo: vocabulário*. 2. Ed. Cachoeirinha: Editora Fi, 2023.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia y utopia: Introducción a la sociología del conocimiento*. Traducción del inglés por Eloy Terron. Madrid: Aguilar, 1958.

MARX, Karl. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2007.
MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena B. Alves. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2011.

MAAR, Wolfgang Leo. Adorno, semiformação e educação. *Educ. Soc. Campinas*, v. 24, n. 83, p. 459-476; ago./2003.

MORAES, Fernanda Pagungue. *Ensino de história e literatura: diálogos possíveis na educação básica*. Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades, Vitória, 2021.

MORTATTI, Maria do Rosario. *Entre a literatura e o ensino: a formação do leitor*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MORTATTI, Maria do Rosario; OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de. Quatro décadas de produção acadêmica brasileira sobre literatura infantil: avanços, contradições e desafios. *Revista Teias* v. 16, n. 41, abr./jun de 2015.

MÜLLER, A. C. P. O romance no tribunal: o caso Madame Bovary. *Non Plus*, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 54-70, 2017.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista brasileira de história*. São Paulo: v.13, nº 25/26, set. 92/ago. 93.

PLATÃO. *A república*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 9º edição. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1949.

PLATÃO. *Teeteto*. Tradução de Adriana Manuela Nogueira e Marcelo Boeri. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

PESSANHA, José Américo Motta. Platão e as ideias. In: REZENDE, Antônio. *Curso de Filosofia: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação*. 13º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. 2ª Ed. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. Tradução de Ivone C Benedetti. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2014.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa I: a intriga e a narrativa histórica*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2010a.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa III: o tempo narrado*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2010b.

RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Tradução de Nélcio Schneider. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

SANTOS, Fernando Lourenço Ferreira. *Experiência histórica e literatura em tempos de pandemia: contribuições ao Ensino de História*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo: 2021.

SCHÜTZ, Alfred. *A construção significativa do mundo social: uma introdução à sociologia compreensiva*. Tradução de Tomas da Costa. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

SILVA, Cristiani Bereta da. O ensino de história - algumas reflexões do Reino Unido: entrevista com Peter J. Lee. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 216–250, 2012.

SCHAEFER, Sérgio. *A teoria estética em Adorno*. Tese de Doutorado em estudos de literatura – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 478 p., 2012.

SHAKESPEARE, William. *Macbeth*. 2. Ed. Tradução de Manuel Bandeira. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. A disciplina de história no império brasileiro. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.17, p. 1 - 10, mar. 2005.

TOCANTINS. *Documento Curricular do Estado do Tocantins* (DCT/TO). Secretaria de educação de Educação. Caderno 2 - Formação Geral Básica. Etapa: Ensino Médio. Dezembro de 2022.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4ª Ed. Tradução de Alda Baltazar e Maria A. Kneipp. Brasília: Editora da UnB, 2014.

VIEIRA, Martha Victor. Ensino de história e interdisciplinaridade. *Fragments de cultura*, Goiânia, v. 32, n. 2 p. 309-321, 2022.

VIANA, Lucialine Duarte Silva. *Fontes literárias e a construção de saberes históricos: uma proposta didático-pedagógica no ensino de história*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-graduação em História. Araguaína – Tocantins: 2017.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. Tradução de Maria Julia Cottvasser. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZALLA, Jocelito. Interdisciplinaridade e ensino de História: notas sobre a experiência do Projeto Amora. *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, N..2, Vol.2, jan/jun, 2015.

ZANOLA, Gisele. Inversão real e inversão ideal: a crítica da ideologia em A ideologia alemã. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 69–85, 2022.

Apêndice I

QUESTIONÁRIO SOBRE CULTURA LITERÁRIA

PROFESSOR KESSE DHONE VIANA CARDOSO

DISCIPLINA DE HISTÓRIA

ALUNO (A): _____

Serie/Turma: _____ Idade: _____

1 – Você já leu alguma obra literária nacional ou internacional? Se sim, escreva o título/autor da obra.

2 – O que mais lhe chama a atenção nas obras literárias? Você tem o hábito de ler essas obras com frequência?

3 – Você acha que há uma relação entre obras literárias e história? Justifique sua resposta.

4 – Em seu entendimento é possível afirmar que há uma relação entre a literatura e a vida cotidiana? Ela, a literatura, é capaz de ter alguma função no cotidiano?

5 – Em seu entendimento a literatura é capaz de nos fazer pensar sobre a forma de comportamento de outras pessoas em determinadas épocas e sociedades? Responda à questão com um breve comentário.

6 – Em sua família, você já presenciou alguém lendo (ou comentando) algo de literatura? Se sim, qual obra/autor?

7 – Através de quem você teve contato com a literatura? Que indicou: professor, amigo, mídia, pais?

8 – Em sua opinião a literatura contribui em quais aspectos para a formação do indivíduo?

Apêndice II

MANUAL DIDÁTICO

O SUJEITO ECONÔMICO NO CAPITALISMO: O EXEMPLO DE CÉSAR BIROTTEAU

ALUNO (A) _____

SERIE: _____ TURMA: _____

1. Apresentação

História da Grandeza e da Decadência de César Birotteau é uma obra do renomado escritor francês Honoré de Balzac, fazendo parte da série "A Comédia Humana": um extenso conjunto de romances interligados que retrata a sociedade francesa do século XIX. Publicada originalmente em 1837, a história centra-se em César Birotteau, um comerciante de perfumes parisiense que experimenta a ascensão ao sucesso e, subsequentemente, enfrenta a decadência financeira.

A narrativa se inicia com César Birotteau sendo apresentado como um respeitado comerciante de perfumes, um homem que conquistou prestígio e reconhecimento em sua profissão. Através do retrato de sua vida e negócios, Balzac explora as características que fazem de César tanto um nobre quanto um burguês.

1.1 Início - A posição política de César Birotteau /A ideia de promover um baile

— Trata de aquecer-te e dize-me que é que te deu na cabeça — acrescentou a sra. Birotteau, tirando a cinza da lareira e apressando-se a acendê-la novamente. — Estou gelada. Sou uma estúpida por levantar-me só de camisa! Mas cheguei a pensar que te estivessem assassinando.

O comerciante colocou o castiçal em cima da lareira, enrolou-se no chambre e foi maquinalmente buscar uma saia de flanela para a mulher.

— Toma, queridinha, agasalha-te — disse. — Vinte e dois por dezoito — acrescentou, continuando seu monólogo —; podemos ter um soberbo salão.

— Que é isso, Birotteau? Estás ficando louco? Estás sonhando?

— Não, mulher, estou calculando.

— Devias, pelo menos, esperar que clareasse o dia para fazer tuas asneiras — exclamou ela, amarrando a saia por cima da camisola para ir abrir a porta do quarto onde dormia a filha. — Cesarina está dormindo — disse. — Não nos ouvirá. Vamos ver, Birotteau, fala. Que é que tens?

— Podemos dar um baile.

— Dar um baile! Nós? Não há dúvida, estás sonhando, meu caro.

— Não estou sonhando, minha belezinha. Escuta, a gente tem o dever de agir de acordo com a posição em que se encontra. O governo colocou-me em evidência, pertenço ao governo; estamos obrigados a estudar as disposições do governo e estimular suas intenções, dando-lhes maior amplitude. O duque de Richelieu acaba de fazer cessar a ocupação da França. Segundo o sr. de La Billardière, os funcionários que representam a cidade de Paris devem considerar um dever seu, cada um na sua esfera de influência, celebrar a libertação do território. Testemunhemos um sincero patriotismo que fará corar o dos chamados liberais, esses danados intrigantes, hein? Achas que eu não amo o meu país? Quero mostrar aos liberais, aos meus inimigos, que amar o rei é amar a França!

— Então achas que tens inimigos, meu pobre Birotteau?

— É claro, minha mulher, temos inimigos. E a metade dos nossos amigos no bairro são nossos inimigos. Todos eles dizem: “Birotteau tem sorte, Birotteau é um homem de nada, e, contudo, foi nomeado suplente, tudo lhe sai bem”. Pois bem! Eles vão cair das nuvens. És a primeira a saber que sou cavaleiro da Legião de Honra: o rei assinou ontem o decreto.

— Oh! Se é assim — disse a sra. Birotteau, muito comovida —, então precisamos dar um baile, meu bom amigo. Mas que é que fizeste para obter a cruz?

— Ontem, quando o sr. de La Billardière me deu essa notícia — replicou Birotteau, embaraçado —, eu também me perguntei, como tu, quais eram os meus títulos; mas, ao voltar para casa, acabei descobrindo-os e aprovei o governo. Em primeiro lugar, sou realista, fui ferido em Saint-Roch em vendemiário, e não é alguma coisa ter empunhado armas pela boa causa naquela época? Depois, segundo alguns comerciantes, eu me desempenhei das minhas funções consulares com satisfação geral. E, finalmente, sou suplente, e o rei reserva quatro cruzeiras para o órgão administrativo da cidade de Paris. Examinando as pessoas que, entre os suplentes, estavam em condições de ser condecoradas, o prefeito colocou-me em primeiro lugar na lista. O rei, aliás, deve conhecer-me: graças ao velho Ragon, eu lhe forneci o único pó que ele usa; somos os únicos a possuir a receita do pó da falecida rainha, a pobre da augusta vítima! O juiz distrital apoiou-me fortemente. Que queres? Se o rei me dá a cruz sem que eu lha peça, parece-me que não posso recusá-la sem fazer-lhe uma desconsideração. Acaso pedi para ser suplente? Assim, mulher, já que vamos de vento em pompa, como diz teu tio Pillerault nos seus momentos de bom humor, resolvi colocar tudo em nossa casa em harmonia com a nossa grande fortuna. Se posso ser alguma coisa, arriscarei a ser o que o bom Deus quiser que eu seja, subprefeito, se tal for o meu destino. Cometes um grave erro, mulher, julgando que um cidadão pode considerar paga sua dívida para com o país, vendendo durante vinte anos perfumes aos que vinham comprá-los. Se o Estado reclama o concurso das nossas luzes, nós lhas devemos, do mesmo modo que lhe devemos o imposto sobre bens móveis, as portas e janelas et cætera. Queres ficar toda a vida atrás do balcão? Já faz muito tempo, graças a Deus, que estás lá. O baile será a nossa festa. Adeus à venda a varejo, para ti, bem entendido. Queimo a nossa tabuleta da Rainha das Rosas, apago o letreiro César Birotteau, comerciante de perfumes, sucessor de Ragon e mando escrever simplesmente perfumarias em grandes letras douradas. Instalo no

entressolo o escritório, o caixa e um lindo gabinete para ti. Transformo em loja o depósito, a sala de jantar e a cozinha atuais. Alugo o primeiro andar da casa vizinha e abro uma porta na parede entre as duas. Mudo o lugar da escada a fim de deixar no mesmo nível as duas casas. Teremos, assim, um grande apartamento mobiliado que será uma maravilha! Sim, reformo teu quarto, arranjo-te um gabinete elegante e dou um bonito quarto para Cesarina. A caixeira que tomarás, nosso primeiro caixeiro e tua criada de quarto (sim, a senhora terá uma) morarão no segundo andar. No terceiro ficarão a cozinha, a cozinheira e o criado para todo o serviço. O quarto será o nosso depósito geral de garrafas, cristais e porcelanas. E o laboratório dos empregados na água-furtada! Os transeuntes não verão mais colar os rótulos, fazer a embalagem, classificar os frascos, arrolhar os recipientes. Isso é bom para a Rue Saint-Denis, mas na Rue Saint-Honoré... Imagina só! Não fica bem. Nossa loja deve ser luxuosa como um salão. Dize-me uma coisa: somos os únicos perfumistas investidos de honrarias? Não há vinagreiros, comerciantes de mostarda que comandam a Guarda Nacional e são muito bem-vistos no castelo? Vamos imitá-los! Ampliemos nosso negócio e, ao mesmo tempo, lancemo-nos na alta sociedade (BALZAC, 2013, p. 435, 436, 437, 438).

1.2 Gastos excessivos de César Birotteau

— Paris é o único lugar do mundo onde se pode fazer um passe de mágica como este — disse Birotteau, permitindo-se um gesto asiático digno das Mil e Uma Noites. — O senhor me dará a honra de assistir ao meu baile. Nem todos os homens de talento participam do desprezo que se vota ao comércio e o senhor verá aqui um sábio de primeira ordem, o sr. Vauquelin, do Instituto! E também o sr. de La Billardière, o sr. conde de Fontaine, o sr. Lebas, juiz e presidente do Tribunal de Comércio; magistrados: o sr. conde de Granville, da Corte real, e o sr. Popinot, do Tribunal de Primeira Instância, o sr. Camusot, do Tribunal de Comércio, e o sr. Cardot, seu sogro. E, finalmente, talvez também o sr. duque de Lenoncourt, primeiro gentil-homem da Câmara do rei. Vou reunir alguns amigos, tanto... para festejar a libertação do território... como para celebrar a minha... promoção na Ordem da Legião de Honra... Grindot fez um gesto estranho (Ibid., p. 510).

1.3 Advertências da esposa de César sobre seus gastos

— Está bem, está bem, senhor — disse Constança, voltando para o quarto e encostando a cabeça no ombro de Cesarina. — Ah! minha filha, teu pai vai ficar na miséria! Chamou um arquiteto, que tem bigodes e uma pera, e fala em construir monumentos! Vai atirar a casa pelas janelas para construir-nos um Louvre. César nunca se demora quando se trata de fazer uma loucura; falou-me no projeto esta noite e já vai executá-lo esta manhã.

— Ora, mamãe, deixa papai fazer o que quer; o bom Deus sempre o protegeu — disse Cesarina, beijando a mãe e sentando-se ao piano para mostrar ao arquiteto que a filha dum perfumista não era estranha às belas-artes (Ibid., p. 511).

1.4 Gastos excessivos na reforma da residência e da loja de Birotteau/Sensatez de Constança (Esposa de César)

A prosperidade traz consigo uma embriaguez a que os homens inferiores não resistem. Essa exaltação teve um resultado fácil de prever. O sr. Grindot apareceu com o esboço colorido duma deliciosa vista interior do futuro apartamento com os respectivos móveis. Birotteau, seduzido, concordou com tudo. Imediatamente os pedreiros começaram a dar golpes de picareta que fizeram gemer a casa e Constança. Seu pintor de construções, o sr. Lourdois, riquíssimo empreiteiro que se empenhava em nada negligenciar, falou em douraduras para o salão. Ao ouvir essa palavra, Constança interveio.

— Sr. Lourdois — disse ela —, o senhor tem trinta mil francos de renda, mora em casa própria, pode fazer lá o que bem entender; mas nós...

— Minha senhora, o comércio deve brilhar e não se deixar esmagar pela aristocracia. Veja, o sr. Birotteau está no governo, está em evidência...

— Sim, mas ainda está atrás do balcão — disse Constança, diante dos caixeiros e das cinco pessoas que a escutavam. — Nem eu, nem ele, nem seus amigos, nem seus inimigos nos esqueceremos disto. Birotteau ergueu-se na ponta dos pés e deixou-se cair sobre os calcanhares, várias vezes, com as mãos cruzadas nas costas.

— Minha esposa tem razão — disse. — Seremos modestos na prosperidade. Aliás, quando um homem está no comércio, deve ser prudente nas despesas, moderado no luxo; a lei o obriga a isso, ele não se deve entregar a gastos excessivos. Se a ampliação da minha casa e sua decoração ultrapassarem os limites, será imprudente de minha parte excedê-los; você mesmo me censuraria por isso, Lourdois. O bairro inteiro está com os olhos em mim: os que vencem fazem ciumentos, invejosos!

Ah! Logo você há de ver esta verdade, rapaz — disse ao sr. Grindot. — Já que eles nos caluniam, não lhes daremos motivos para difamar-nos.

— Nem a calúnia nem a difamação podem atingi-lo — disse Lourdois. — O senhor está numa situação excepcional e tem tamanha experiência comercial que sabe fundamentar seus empreendimentos, o senhor é um demônio.

— É verdade, tenho alguma experiência de negócios. Sabe por que quero fazer esta ampliação? Se estabeleço uma forte multa relativamente à pontualidade, é porque...

— Não.

— Bem, minha esposa e eu vamos reunir alguns amigos, tanto para celebrar a libertação do país como para festejar a minha promoção na Ordem da Legião de Honra (Ibid., p. 560 e 561).

1.5 O baile é amplamente divulgado/Mais advertências de Constance Birotteau

As magnificências do baile que o perfumista estava preparando, anunciadas pelos jornais à Europa, eram propaladas de maneira completamente diferente no seio do comércio pelos rumores a que davam lugar os trabalhos de dia e de noite. Aqui, dizia-se que César alugara três casas; ali, que mandara dourar os salões; lá, que o banquete apresentaria pratos inventados para a ocasião; acolá, dizia-se que os comerciantes não seriam convidados e que a festa era dada aos membros do governo; mais além, o perfumista era severamente censurado por sua ambição, faziam troça de suas pretensões políticas e negavam que houvesse sido ferido! O baile gerava mais de uma intriga no segundo distrito; os amigos estavam tranquilos, mas as exigências dos simples conhecidos eram enormes. Toda dignidade gera cortesãos. Houve um bom número de pessoas para quem o convite custou mais de uma solicitação. Os Birotteau ficaram pasmos com o número de amigos a quem não conheciam. Essa solicitude assustava a sra. Birotteau, seu aspecto tornava-se cada vez mais sombrio à medida que se aproximava a solenidade. Preliminarmente, confessava a César que nunca saberia que maneiras devia adotar, sentia medo dos inúmeros detalhes duma festa daquele gênero: onde iria encontrar a prataria, os cristais, os refrescos, a baixela, o serviço? E quem se encarregaria de fiscalizar tudo? Pedia a Birotteau que se plantasse à porta da casa para só deixar entrar os convidados, pois ouvira contar estranhas coisas de pessoas que compareciam aos bailes burgueses, invocando amigos cujo nome não sabiam dizer. Quando, dez dias antes da data marcada, Braschon, Grindot, Lourdois e Chaffaroux, o empreiteiro de construções, afirmaram que o apartamento estaria pronto para o famoso domingo, 17 de dezembro, houve uma ridícula conferência, à noite, após o jantar, na modesta sala do entressolo, entre César, a esposa e a filha, para compor a lista dos convidados e endereçar os convites que, pela manhã, um impressor enviara, em belos caracteres ingleses, em papel cor de-rosa e segundo a fórmula do código de civilidade frívola e honesta.

— Cuidado! Não esqueçamos ninguém! — disse Birotteau.

— Se esquecermos alguém — disse Constança —, ele nunca esquecerá. A sra. Derville, que nunca nos visitou, apareceu aqui ontem à noite muito pressurosa.

— Ela estava bem bonita — disse Cesarina. — Gostei dela.

— Antes do seu casamento, contudo, ela era ainda menos do que eu — disse Constança.

— Trabalhava em roupa-branca, à Rue Montmartre, fazia camisas para o teu pai.

— Bem, começemos a lista — disse Birotteau — pelas pessoas mais de cima. Escreve, Cesarina: sr. duque e sra. duquesa de Lenoncourt...

— Meu Deus, César — disse Constança —, não mandes convite às pessoas a quem somente conheces na qualidade de fornecedor. Irás acaso convidar a princesa de

Blamont-Chauvry, que afinal é mais parente da tua falecida madrinha, a marquesa d'Uxelles, do que o duque de Lenoncourt? Vais convidar os dois srs. de Vandenesse, o sr. De Marsay, o sr. de Ronquerolles, o sr. d'Aiglemont, enfim, os teus fregueses? Estás louco, as grandezas te transtornaram a cabeça (Ibid., p. 584, 585 e 586).

1.6 Constance (Sra. Birotteau) deixa de fazer críticas a Cesar. Ela crê no sucesso do baile.

A sala de jantar ficava atrás do quarto de Birotteau e do da esposa; e nela se entrava pela escada. Fora instalada no gênero chamado Luís XVI, com apêndula de Boule, os armários de cobre e madrepérola, as paredes forradas com estofado fixado por tachinhas douradas. A alegria das três pessoas era indescritível, principalmente quando, ao voltar ao seu quarto, a sra. Birotteau encontrou, em cima da cama, o vestido de veludo cereja enfeitado de rendas, presente do marido e colocado lá, sorrateiramente, por Virgínia.

— Este apartamento — disse Constança a Grindot — constituirá uma honra para o senhor. Teremos amanhã à noite cento e tantas pessoas e o senhor vai receber elogios de todos.

— Hei de recomendá-lo — disse César. — O senhor encontrará aqui a nata do comércio e ficará mais conhecido, numa só noite, do que se tivesse construído cem casas.

Constança, comovida, não pensava mais na despesa nem em criticar o marido. Eis por quê.

Pela manhã, ao levar Hero e Leandro, Anselmo Popinot, em quem Constança reconhecia elevada inteligência e grande capacidade, afirmara-lhe o sucesso do Óleo Cefálico, no qual estava trabalhando com um afinho sem exemplo; o apaixonado prometera que, a despeito do vulto das despesas resultantes das loucuras de Birotteau, em seis meses essas despesas seriam cobertas pela sua parte nos lucros proporcionados pelo óleo. Depois de ter vivido cheia de receios durante dezenove anos, era tão agradável entregar-se um só dia que fosse à alegria que Constança prometeu à filha, que não estragaria a ventura do marido com nenhuma reflexão e que concordaria inteiramente com tudo.

Quando, às onze horas, o sr. Grindot os deixou, ela se lançou, pois, ao pescoço do marido e derramou algumas lágrimas de contentamento dizendo:

— César, deixas-me completamente louca e completamente feliz!

— Contanto que isso dure, não é? — disse César, sorrindo.

— Há de durar, não tenho mais medo — disse a sra. Birotteau.

— Já não é sem tempo — disse o perfumista. — Até que enfim me aprecias.

As pessoas dotadas de suficiente grandeza para reconhecer suas fraquezas não de confessar que uma pobre órfã que, dezoito anos antes, era primeira caixeira no Pequeno Marinheiro, na Île Saint-Louis, e um pobre camponês vindo da Touraine para Paris com um bastão na mão, a pé, com sapatos ferrados, tinham de se sentir lisonjeados, satisfeitos, por dar tal festa com tão louváveis motivos (Ibid., p. 596/597).

1.7 O baile de Cesar e sua filha Cesarina: desdém, mentiras e o preludio de uma catástrofe

— Há neste apartamento um perfume de bom gosto que sinceramente me surpreende — disse a insolente moça ao perfumista — e eu o cumprimento por isso.

Birotteau estava tão inebriado pelas felicitações públicas que não compreendeu; sua esposa, porém, corou e não soube o que responder.

— É uma festa nacional que muito o honra — dizia-lhe Camusot.

— Raramente tenho visto um baile tão lindo — dizia o sr. de La Billardière, a quem uma mentira oficiosa não custava nada. Birotteau levava todos os cumprimentos a sério.

— Que maravilhoso conjunto! E que boa orquestra! Vai dar-nos bailes frequentemente? — perguntava a sra. Lebas.

— Que apartamento encantador! Foi o senhor que escolheu o estilo? — dizia-lhe a sra. Desmarets.

Birotteau teve a coragem de mentir, dando a entender que ele é que dirigira as obras.

Cesarina, que naturalmente seria convidada para todas as contradanças, verificou quanta delicadeza havia na alma de Anselmo.

— Se eu escutasse somente o meu desejo — disse-lhe ele ao ouvido, ao saírem da mesa —, eu lhe pediria que me fizesse o favor duma contradança; mas minha ventura custaria caro demais ao nosso mútuo amor-próprio.

Cesarina, que achava que os homens caminhavam sem graça quando se mantinham eretos nas duas pernas, quis abrir o baile com Popinot. Popinot, encorajado pela tia, que o aconselhara a mostrar-se ousado, animou-se a falar no seu amor à encantadora moça durante a contradança, servindo-se, porém, dos rodeios que empregam os namorados tímidos.

— A minha fortuna depende da senhorita.

— Como?

— Só há uma esperança capaz de me fazer consegui-la.

— Espere.

— Sabe exatamente o que representa o que acaba de dizer com uma única palavra?

— Espere a fortuna — disse Cesarina, com um sorriso malicioso.

— Gaudissart! Gaudissart! — disse Anselmo ao amigo, depois da contradança, apertando-lhe o braço com uma força hercúlea. — Vence ou eu me suicido. Vencer representará desposar Cesarina, ela me disse; e vê como é linda!

— Sim, está lindamente vestida — disse Gaudissart — e é rica. Havemos de fritá-la no óleo.

O namoro entre a srta. Lourdois e Alexandre Crottat, sucessor designado de Roguin, foi notado pela sra. Birotteau, que renunciou com profundo pesar a fazer da filha a esposa dum tabelião de Paris. O tio Pillerault, que trocara um cumprimento com o pequeno Molineux, foi instalar-se numa poltrona na biblioteca: observou os jogadores, escutou as conversas e de vez em quando chegara até a porta para ver os cestos de flores móveis constituídos pelas cabeças dos pares dançando o molinete. Sua atitude era a dum verdadeiro filósofo.

Os homens eram pavorosos, com exceção de Du Tillet, que já tinha algum traquejo social; do jovem De La Billardière, pequeno elegante em começo; do sr. Júlio Desmarests; e das personagens oficiais. Mas, entre todos os tipos mais ou menos cômicos que caracterizavam a reunião, havia um particularmente apagado como uma moeda de cem sous republicana, mas que o vestuário tornava curioso. Todos percebem que se trata do tirano da Cour Batave, vestindo roupa branca amarelada no armário, exibindo aos olhares um peitilho de renda recebido de herança e preso por um camafeu azulado, com calções de seda preta que denunciavam as pernas extremamente finas sobre as quais ele tinha a coragem de se amparar. César mostrou-lhe triunfalmente as quatro peças criadas pelo arquiteto no primeiro andar da casa.

— Eh! Eh! Isso é com o senhor — disse-lhe Molineux. — Meu primeiro andar assim reformado ficará valendo mais de mil escudos.

Birotteau respondeu com um gracejo, mas sentiu uma verdadeira alfinetada no tom com que o velhote pronunciara aquela frase. “Logo hei de ficar novamente com o meu primeiro andar, esse homem está se arruinando!” Tal era o sentido da expressão ficará valendo que Molineux lançou como uma unhada.

O rosto um tanto pálido, o olhar assassino do proprietário impressionaram Du Tillet, cuja atenção fora de começo excitada por uma corrente de relógio que sustentava uma libra de diversos berloques sonantes e por uma casaca verde mesclada de branco com colete singularmente decotado que davam ao velhote o aspecto duma cascavel. O banqueiro foi, pois, interrogar o pequeno usurário para saber por que se sentia tão contente.

— Aqui, senhor — disse Molineux, pondo um pé no gabinete —, estou na propriedade do sr. conde de Granville; mas, aqui — acrescentou, apontando para o outro pé —, estou na minha, pois sou o dono desta casa.

Molineux se prestava tão complacentemente a quem o escutasse que, encantado com a expressão atenta de Du Tillet, se abriu com ele, contou-lhe seus hábitos, as insolências

do sr. Gendrin e o acordo que fizera com o perfumista, sem o qual o baile não se teria realizado.

— Ah! Então o sr. César pagou-lhe os aluguéis — disse Du Tillet. — Nada é mais contrário aos seus hábitos (Ibid., p. 604, 605 e 606).

1.8 Após o baile: as despesas

Pelo fim de dezembro, César tinha sessenta mil francos de contas a pagar. Félix, o Café de Foy, Tanrade e os pequenos credores que têm de ser pagos à vista já haviam mandado três vezes as contas a Birotteau. No comércio, essas ninharias prejudicam mais que um desastre, pois o anunciam. As perdas conhecidas são limitadas, o pânico não conhece limites. Birotteau viu o caixa limpo. O medo acometeu então o perfumista, a quem jamais acontecera coisa semelhante durante a sua vida comercial. Como a todas as pessoas fracas que nunca tiveram de lutar contra a miséria, essa circunstância, banal na vida da maioria dos pequenos comerciantes de Paris, levou a perturbação ao cérebro de César.

O perfumista ordenou a Celestino que enviasse as faturas aos fregueses; antes de executá-la, porém, o primeiro caixeiro pediu-lhe que repetisse essa incrível ordem. Os clientes, nobre expressão aplicada pelos varejistas aos fregueses e de que César se servia a despeito da esposa, que acabara dizendo-lhe: “Chama-os como quiseres, desde que paguem!”, os clientes, pois, eram pessoas ricas entre as quais não havia risco de perdas, que pagavam segundo sua fantasia e entre os quais César tinha cinquenta a sessenta mil francos a receber. O segundo caixeiro tomou o livro de contas e pôs-se a copiar as mais avultadas. César tinha medo da mulher. Para não lhe deixar perceber o abatimento causado pelo simum do infortúnio, resolveu sair. (Ibid., p. 17).

1.9 Cesar se arrepende de promover o baile: mais contas a pagar

— Meu caro sr. Birotteau — disse Lourdois, levando-o ao fundo da loja —, minha conta está conferida, regularizada, aprovada, peço-lhe que me dê o dinheiro amanhã. Vou casar a minha filha com o jovem Crottat e preciso de dinheiro, os tabeliães não negociam; além disso, nunca ninguém viu minha assinatura.

— Mande receber depois de amanhã — disse altivamente Birotteau, que contava com o pagamento das contas que enviara. — E o senhor também — disse a Grindot.

— E por que não já? — perguntou o arquiteto.

— Tenho de pagar hoje os trabalhadores da fábrica — disse César, que nunca mentira.

Tomou o chapéu para sair com eles; mas, quando fechava a porta, o pedreiro, Thorein e Chaffaroux o detiveram.

— Senhor — disse-lhe Chaffaroux —, precisamos muito de dinheiro.

— Ora essa! Não sou dono das minas do Peru! — disse César, impacientando-se e seguindo apressadamente a cem passos de distância deles.

“Há alguma coisa no meio disso”, pensou. “Maldito baile! Todo mundo pensa que a gente possui milhões. Além disso, a atitude de Lourdois não me pareceu natural, aqui há gato encerrado.” E seguiu pela Rue Saint-Honoré, sem rumo, com a sensação de ter se derretido (Ibid., p. 619).

Alexandre e César esbarraram um contra o outro à esquina de uma rua, como dois carneiros ou como dois matemáticos absortos pela solução de um problema.

— Ah! Senhor — disse o futuro tabelião —, permita-me uma pergunta: Roguin deu os seus quatrocentos mil francos ao sr. Claparon?

— O negócio foi feito diante dos senhores, Claparon não me deu recibo algum; meus títulos eram... a negociar... Roguin deve ter-lhe entregado... meus duzentos e quarenta mil francos em dinheiro... nós devemos... ficou assentado que se realizariam definitivamente os atos de venda... O sr. Popinot, o juiz, acha que... O recibo!... Mas... por que esta pergunta?

— Por que poderia fazer-lhe semelhante pergunta? Para saber se os seus duzentos e quarenta mil francos estão com Claparon ou com Roguin. Roguin estava, desde havia muito, ligado com o senhor e poderia, por escrúpulo, tê-los entregado a Claparon, e assim o senhor escaparia por um triz! Mas que estúpido que sou! Ele os levou junto com o dinheiro do sr. Claparon, que, por felicidade, ainda não lhe mandara mais que os cem mil francos. Roguin fugiu, ele recebeu de mim os cem mil francos correspondentes ao valor do cartório e dos quais não tenho recibo, entreguei-lhos do mesmo modo que confiaria a minha bolsa ao senhor. Os seus vendedores não receberam nada, estiveram agora mesmo lá em casa. O dinheiro do seu empréstimo sobre os terrenos não existia nem para o senhor nem para o seu emprestador; Roguin o consumira do mesmo modo que os seus cem mil francos... que... já não tinha há muito tempo... Assim, os seus últimos cem mil francos desapareceram, lembro-me de os ter recebido do Banco.

As pupilas de César dilataram-se tão desmesuradamente que ele via apenas uma chama vermelha.

— Os cem mil francos do seu cheque, mais os cem mil que dei pelo cartório e os cem mil do sr. Claparon, aí estão trezentos mil francos desaparecidos, sem contar os furtos que vão ser descobertos — acrescentou o jovem tabelião. — Não temos esperança na sra. Roguin; o sr. du Tillet passou a noite em companhia dela. Du Tillet escapou por um triz! Roguin insistiu com ele durante um mês para metê-lo no negócio dos terrenos, mas, por sorte, ele estava com todo o seu dinheiro empenhado numa especulação com a Casa Nucingen. Roguin escreveu à esposa uma carta pavorosa! Acabo de lê-la. Há cinco anos que ele vinha lançando mão do capital dos clientes, e por quê? Por uma amante, a Bela Holandesa; ele a abandonou quinze dias antes de dar o golpe. Essa esbanjadora está completamente sem dinheiro, venderam os seus móveis, porque ela assinara letras de câmbio. A fim de escapar à perseguição, ela se refugiara numa casa do Palais-Royal,

onde foi assassinada, ontem à noite, por um capitão. Foi bem cedo punida por Deus, ela que, sem dúvida, foi quem devorou a fortuna de Roguin. Há mulheres para as quais nada é sagrado. Devorar um cartório! A sra. Roguin só poderá ficar com dinheiro lançando mão da sua hipoteca legal, todos os bens do velhaco estão gravados além do seu valor. O cartório foi vendido por trezentos mil francos! E eu, que acreditava ter feito um bom negócio, começo por pagar pelo cargo cem mil francos a mais do que vale! Não tenho recibo, há custas do processo que vão absorver o cartório e a caução, os credores pensarão que sou cúmplice se eu falar nos meus cem mil francos e, quando se começa, é preciso cuidar da reputação. O senhor receberá apenas trinta por cento. Na minha idade, ter de engolir uma coisa destas! Um homem de cinquenta e nove anos sustentar uma mulher!... Velho patife! Faz uns vinte dias que ele me aconselhou a não me casar com Cesarina, porque o senhor ia ficar logo na miséria, o monstro!

Alexandre poderia ter falado durante muito tempo, Birotteau estava de pé, petrificado. Cada frase era um golpe de malho. Ele não ouvia mais que um dobre de finados, do mesmo modo que desde o começo não via mais que o clarão do seu incêndio. Alexandre Crottat, que julgava o digno perfumista forte e inteligente, espantou-se com sua palidez e sua imobilidade. O sucessor de Roguin não sabia que o tabelião fugira com mais que a fortuna de César. A ideia do suicídio passou imediatamente pela cabeça do comerciante tão profundamente religioso. O suicídio, num caso desses, representa um meio de evitar mil mortes e parece lógico preferir apenas uma. Alexandre Crottat deu o braço a César e quis fazê-lo andar, mas foi impossível: as pernas fugiam-lhe, como se estivesse embriagado (Ibid., p. 619 a 621).

2. Advertências de Constance se concretizam

— Mas que é que o senhor tem? — perguntou Crottat. — Um pouco de coragem, meu bravo sr. César! Isto não é a morte de um homem! Além disso, poderá recuperar quarenta mil francos, o homem que ia dar-lhe o empréstimo não tinha essa importância, e, como ela não lhe foi entregue, há margem para pleitear a rescisão do contrato.

— Meu baile, minha Cruz, duzentos mil francos de títulos na praça, nada em caixa... Os Ragon, Pillerault... como minha mulher viu claramente! (Ibid., p. 621).

2.1 Considerações finais da trama de “*História da Grandeza e da Decadência de César Birotteau*”

Algumas cenas que não foram descritas; porém, estão presentes na obra:

2.2 O Tribunal de Comércio: Uma das cenas mais dramáticas do livro é o julgamento de César Birotteau no Tribunal de Comércio, onde ele é acusado de má administração de seus negócios. A cena é carregada de tensão e drama, e o destino de Birotteau é decidido aqui.

2.3 O Resgate de Popinot: A cena em que o personagem Popinot, amigo de Birotteau, tenta resgatar a honra e a fortuna de César é um momento emocionante na história. Popinot é um personagem leal e determinado, e sua luta para ajudar Birotteau é comovente.

A Reconciliação: No final do romance, há uma cena de reconciliação entre César Birotteau e sua esposa Constance. Depois de passarem por muitos desafios juntos, eles encontram a paz e o amor um pelo outro novamente.

Essas são algumas das cenas mais importantes do livro "História da Grandeza e da Decadência de César Birotteau" de Balzac, que exploram temas como ambição, orgulho, queda e redenção. A obra é um retrato fascinante da sociedade parisiense do século XIX e das complexidades da natureza humana.

Atividade para Reflexão

1 – Em sua opinião, a obra permite uma reflexão [pensar] sobre a passagem de uma época para outro período histórico? Comente!

2 – Na leitura das passagens da obra, você identificou novas palavras? Quais?

3 – A personagem principal da trama, César Birotteau, é um comerciante que, ao mesmo tempo em que faz sua fortuna, realiza um série de gastos que o levam à falência. Do seu ponto de vista e com base nas citações da obra *História da Grandeza e da Decadência de César Birotteau* é possível afirmar que César possui uma proposição didática específico de comportamento econômico? Explique sua resposta.

4 – Amparando-se na resposta da primeira pergunta, responda: que tipo de comportamento econômico possui a esposa de César?

5 – Em sua perspectiva o que conduz César, como comerciante, a se enganar diante da falência?

6 – Há uma semelhança entre a proposição didática de comportamento econômico de César Birotteau e os sujeitos do mundo contemporâneo? Se sua resposta for “sim”, responda: o que pode ser a “causa” desse comportamento?

Leia atentamente a tabela a seguir e procure relacionar os textos às alternativas abaixo, preenchendo as lacunas.

A – A nobreza valorizava a cortesia e a etiqueta em suas interações sociais. O comportamento refinado e as boas maneiras eram considerados fundamentais para demonstrar o “tipo nobre”.	B – Os puritanos acreditavam que o trabalho era uma "vocação" divina e que cada indivíduo deveria se empenhar ao máximo em suas atividades produtivas e profissionais. O trabalho disciplinado era visto como uma manifestação de devoção a Deus e uma forma de glorificá-lo.	C – Os puritanos valorizavam o tempo e a busca pela eficiência nos negócios. Eles enfatizavam a importância de uma gestão cuidadosa dos recursos (dinheiro) e a busca de lucros por meio de uma conduta empresarial metódica e sistemática.	D – A busca por reconhecimento (honra nobiliárquica) afeta negativamente a tomada de decisão empresarial. Ao invés do reconhecimento, busca-se arrecadar, investir e poupar, esperando assim o momento oportuno para se investir.	E – A posição de um comerciante burguês pode influenciar sua mentalidade em relação ao dinheiro. Em diversos casos, o dinheiro se torna rotativo: se investe para ganhar mais, evitando gastos excessivos.
---	---	---	---	--

() Distinção e *status* social;²⁶⁷

() Controle orçamentário;

() Inteligência financeira;

() Racionalidade econômica;

() Religião e predestinação;²⁶⁸

Boa atividade!

Responda com atenção.

²⁶⁷ “Distinção” diferenciação entre os grupos sociais. O termo “*status* social” refere-se à posição que os grupos (ou indivíduos) ocupam na sociedade.

²⁶⁸ Predestinação (do termo latino *praedestinatione*) é uma destinação antecipada à salvação, a grandes feitos, etc. Em teologia, especificamente, é a doutrina segundo a qual todos os eventos têm sido determinados por Deus.